



**Diogo José Pinto
Teixeira Marques**

**Contributo para a Implementação de um Sistema de
Gestão Ambiental na Sasal – Assentos para
Automóveis, S.A.**



**Diogo José Pinto
Teixeira Marques**

**Contributo para a Implementação de um Sistema de
Gestão Ambiental na Sasal – Assentos para
Automóveis, S.A.**

Relatório apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Mário Miguel Azevedo Cerqueira, Professor Auxiliar do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Professora Doutora Maria Isabel Aparício Paulo Fernandes Capela, Professora Associada, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Maria João Machado Pires da Rosa, Professora Auxiliar, Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro

Professor Doutor Mário Miguel Azevedo Cerqueira, Professor Auxiliar, Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro (orientador)

agradecimentos

Ao Professor Doutor Mário Cerqueira, pela orientação em todas as fases deste estágio curricular, pela motivação e ajuda disponibilizada.

À Rita Lourenço, Coordenadora HSE da Sasal, por todo o acompanhamento, pela transmissão de conhecimentos e de valores, pela disponibilidade que sempre demonstrou em fornecer todos os recursos necessários ao desenvolvimento deste trabalho, pela confiança depositada, por toda a boa disposição, pela paciência.

À Sasal, S.A., por ter aceite esta proposta de realização de estágio curricular, pela experiência disponibilizada, tanto a nível profissional como pessoal.

A todos os colaboradores da Sasal, que de uma forma ou outra, tornaram o meu estágio mais apetecível, um especial obrigada, pela hospitalidade, pelo convívio, pela aprendizagem e pelo apoio.

Aos meus amigos, pela amizade e companheirismo.

À Cristina, pela ajuda, pela paciência, pelo amor.

Aos meus Pais e Irmão, por serem modelos de coragem, pelo seu apoio incondicional, pelo incentivo, pela paciência e total ajuda na superação dos obstáculos que ao longo desta caminhada foram surgindo. Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todo o carinho e dedicação que, constantemente, me oferecem. A eles, dedico este trabalho.

palavras-chave

Aspeto Ambiental, Diagnóstico Ambiental, ISO 14001, Sistema de Gestão Ambiental, Obrigações de Conformidade, Política Ambiental

resumo

O principal objetivo inerente ao trabalho realizado consistiu no contributo para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com o referencial normativo ISO 14001:2015, na Sasal, S.A., empresa do grupo multinacional Faurecia.

Situada no concelho de Vouzela, distrito de Viseu, a Sasal é responsável pela produção de estofos para assentos de automóveis.

A fase inicial deste projeto é dedicada à revisão bibliográfica sobre conceitos relativos aos Sistemas de Gestão Ambiental, seguida de uma análise à norma ISO 14001:2015, permitindo uma compreensão de cada requisito específico desta norma para o seu desenvolvimento dentro da gestão da organização.

Posteriormente, é feita uma descrição pormenorizada da organização, do seu processo produtivo e é ainda realizado o diagnóstico ambiental, por forma a compreender a situação atual da empresa e identificar os comportamentos ambientais resultantes dos mais variados processos e atividades.

No que ao desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental diz respeito, este trabalho incide essencialmente sobre os requisitos pendentes com as fases de Liderança e Planeamento da norma citada. Destacam-se, neste processo de preparação, a definição da Política Ambiental, a atribuição de Funções, Responsabilidades e Autoridades Organizacionais, a identificação e avaliação dos Aspetos Ambientais, a análise das Obrigações de Conformidade e ainda o estabelecimento de Objetivos Ambientais e o planeamento para os atingir.

Pretende-se que o desenvolvimento dos requisitos abordados na organização permita compreender o desenvolvimento de mecanismos, que quando devidamente adotados e implementados, possibilitem a garantia da minimização e/ou eliminação dos seus impactos ambientais, assegurando uma melhoria contínua do desempenho ambiental e ajudando a organização no seu caminho para a certificação ambiental.

keywords

Compliance Obligations, Environmental Aspect, Environmental Diagnosis, Environmental Management System, Environmental Policy, ISO 14001

abstract

The main objective of this work consisted in contributing to the implementation of an Environmental Management System according to the reference standard ISO 14001:2015 in Sasal, S.A., a company of the multinational corporation Faurecia.

Located in Vouzela, district of Viseu, Sasal is responsible for the production of covers for car seats.

The initial phase of this project is dedicated to the literature review of the concepts regarding environmental management systems, followed by an analysis of ISO 14001:2015, allowing an understanding of each specific requirement of this standard for their development within the organization's management.

Furthermore, it is made a detailed description of the organization, the production process and, equally important, is still carried out the environmental diagnosis, in order to understand the current situation of the company and identify the environmental behavior resulting from various processes and activities.

Concerning the development of the Environmental Management System, this work mainly focuses on the outstanding requirements of the various stages of Leadership and Planning. In this preparation process, the highlights are the definition of the environmental policy, the allocation of organizational roles, responsibilities and authorities, the identification and evaluation of Environmental Aspects, the compliance obligations and also the establishment of Environmental Objectives and planning to achieve them.

Given these points, it is intended that the development of the requirements addressed in the organization allow to understand the development of mechanisms which, when properly adopted and implemented, could make it possible to guarantee the minimization and/or elimination of their environmental impacts, ensuring the continuous improvement of environmental performance and helping the organization to achieve the environmental certification.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Âmbito e Objetivos do Trabalho	1
1.2. Metodologia de trabalho	1
1.3. Estrutura do Relatório	2
2. Enquadramento aos Sistemas de Gestão Ambiental	3
2.1. Sistemas de Gestão Ambiental	4
2.2. Benefícios e Custos associados à Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental.....	6
2.3. Instrumentos Normativos dos SGA.....	9
2.3.1. Norma NP EN ISO 14001:2015	10
2.3.2. Principais alterações na nova ISO 14001:2015	14
3. Caso de Estudo	16
3.1. Apresentação do Grupo Faurecia	16
3.2. A Faurecia em Portugal.....	19
3.3. Descrição da Atividade da Sasal – Assentos para Automóveis, S.A.....	19
3.3.1. Processo Produtivo	23
3.3.2. Atividades Auxiliares	26
4. Diagnóstico Ambiental	27
4.1. Situação de Referência	27
4.2. Resíduos	28
4.3. Energia	33
4.4. Água	35
4.5. Emissões Atmosféricas	38
4.6. Ruído	39
5. Implementação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma ISO 14001:2015	41
5.1. Liderança.....	41
5.1.1. Liderança e Compromisso	41
5.1.2. Política Ambiental	41

5.1.3.	Funções, Responsabilidades e Autoridades Organizacionais	42
5.2.	Planeamento	46
5.2.1.	Ações para Tratar Riscos e Oportunidades	46
5.2.1.1.	Generalidades	46
5.2.1.2.	Aspetos Ambientais	47
5.2.1.3.	Obrigações de Conformidade	48
5.2.2.	Objetivos Ambientais e Planeamento para os Atingir	49
5.2.2.1.	Objetivos Ambientais	49
5.2.2.2.	Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais	50
6.	Conclusões	51
6.1.	Bibliografia	53
Anexo I	62
Anexo II	65
Anexo III	67
Anexo IV	76
Anexo V	84
Anexo VI	170

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Etapas de Implementação do SGA (Adaptado de Pinto, 2005)	5
Tabela 2 - Descrição do Processo Produtivo da Organização.....	24
Tabela 3 - Descrição das atividades auxiliares da Organização	26
Tabela 4 - Inventário dos resíduos produzidos na Sasal durante o ano de 2015	29
Tabela 5 - Caracterização dos resíduos produzidos	29
Tabela 6 - Relação entre o número de peças criadas e a quantidade de resíduos produzidos	31
Tabela 7 - Consumo de Energia para o ano de 2015	33
Tabela 8 - Evolução dos consumos de energia nos últimos anos.....	35
Tabela 9 - Equipamentos de ar condicionado contendo gases fluorados.....	38
Tabela 10 - Indicadores de ruído, L_d , L_e , L_n e L_{den}	39
Tabela 11 - Diferença entre níveis sonoros contínuos equivalentes, com e sem níveis sonoros significativos, em dB(A).....	40
Tabela 12 - Acréscimo nos níveis sonoros contínuos equivalentes (L_{Ar} - $L_{Aeq(RR)}$) face à legislação.....	40

Índice de Figuras

Figura 1 - Número de Certificações Ambientais segundo a Norma ISO 14001 em Portugal.....	10
Figura 2 - Estrutura Principal da ISO 14001:2015	11
Figura 3 – Relação entre o ciclo PDCA e a estrutura da ISO 14001:2015 (ISO, 2015)	13
Figura 4 - A Faurecia no Mundo (www.faurecia.com).....	16
Figura 5 - Módulos fabricados no Grupo Faurecia	17
Figura 6 – Percentagem de Vendas por cliente em 2014 (Michelis, 2015)	18
Figura 7 - Implantações fabris em Portugal (www.faurecia.com).....	19
Figura 8 - Localização geográfica e vista área da Sasal, SA.....	20
Figura 9 - <i>Layout</i> da fábrica da Sasal.....	21
Figura 10 - Organograma da Sasal	22
Figura 11 - Fluxograma do Processo Produtivo	23
Figura 12 - Máquina de corte automático	24
Figura 13 - Máquina de Costura	25
Figura 14 - Variação na produção de capas nos últimos anos	28
Figura 15 – Quantidade de resíduos recolhidos ao longo do ano de 2015	30
Figura 16 – Caracterização da Produção Total de Resíduos.....	31
Figura 17 – Evolução do indicador dos resíduos na Sasal	32
Figura 18 – Estudo da evolução do indicador de resíduos no 1º trimestre de cada ano	32
Figura 19 – Distribuição do consumo de energia elétrica ao longo do ano 2015	34
Figura 20 – Distribuição do consumo de gás ao longo do ano 2015	34
Figura 21 - Distribuição do consumo total de energia ao longo do ano 2015	35
Figura 22 – Consumo de água da rede pública durante o ano de 2015.....	36
Figura 23 – Consumo de água referente ao furo de captação durante o ano de 2015 ..	37
Figura 24 - Evolução dos consumos anuais de água.....	37
Figura 25 - Pilares essenciais da Política Ambiental (Adaptado de Pinto, 2005)	41
Figura 26 - Esquema da etapa de planeamento do SGA (Adaptado de (Santos, 2006)).	46
Figura 27 - Vertentes a considerar no estabelecimento de Objetos Ambientais.....	49

Lista de Siglas

ADR	Acordo Europeu de Transporte Internacional de Mercadorias Perigosas
ANLUA	Autoridade Nacional para o LUA
ANR	Autoridade Nacional de Resíduos
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administração da Região Hidrográfica
CAD/CAM	<i>Computer-Aided Design / Computer-Aided Manufacturing</i>
CE	Comissão Europeia
CIE	Consumo Intensivo de Energia
CIRVER	Centro Integrado de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos perigosos
CL	Conformidade Legal
CLP	<i>Classification, Labelling and Packaging</i>
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
CPA	Código do Procedimento Administrativo
D&D	Design e Desenvolvimento
DGAE	Direcção-Geral das Atividades Económicas
DGADR	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAV	Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direcção-Geral de Energia
DL	Decreto-Lei
DRE	Direcção Regional de Economia
ECHA	<i>European Chemicals Agency</i>
EEE	Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
EEG	Empresas de Eletricidade e Gás

EI	Entidade Instaladora
EIC	Entidades Inspetoras de Combustíveis
EIG	Entidade Inspetora de Gás
EINECS	<i>European Inventory of Existing Chemical Substances</i>
ELINCS	<i>European List of Notified Chemical Substances</i>
EMAS	Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria
ESP	Equipamentos Sob Pressão
FAS	<i>Faurecia Automotive Seating</i>
FDS	Ficha de Dados de Segurança
GAP	Grupo Autónomo de Produção
GAR	Guia de Acompanhamento de Resíduos
GPL	Gás de Petróleo Liquefeito
HSE	<i>Health, Safety and Environment</i>
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
IPAC	Instituto Português de Acreditação
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITC	Instituto de Transportes e Comunicações
LER	Lista Europeia de Resíduos
MIRR	Mapa Integrado de Registo de Resíduos
MOD	Mão-de-Obra Direta
MOI	Mão-de-Obra Indireta
NMP	Nemátodo de Madeira de Pinheiro
OUA	Óleos Alimentares Usados

OI	Organismo de Inspeção
PCIP	Prevenção e Controlo Integrados da Poluição
PDCA	<i>Plan, Do, Check, Act</i>
PDM	Plano Diretor Municipal
PRE	Plano de Racionalização de consumos de Energia
RAC	Recipientes sob pressão de Ar Comprimido
REACH	<i>Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals</i>
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REI	Regime de Emissões Industriais
RGGR	Regime Geral de Gestão de Resíduos
RGR	Regulamento Geral de Ruído
RJPCIP	Regime Jurídico de prevenção e controlo integrado da poluição
SAGE	<i>Strategic Advisory Group for the Environment</i>
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGCIE	Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia
SIR	Sistema da Indústria Responsável
SIRAPA	Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente
SIRER	Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos
TAU	Taxa Ambiental Única
TEP	Tonelada por Equivalente de Petróleo
TRH	Taxa de Recursos Hídricos
TUA	Título Único Ambiental
UAP	Unidade Autónoma de Produção
ZER	Zonas Empresariais Responsáveis

1. Introdução

1.1. Âmbito e Objetivos do Trabalho

O presente trabalho relata a experiência de um estágio realizado no âmbito da unidade curricular de “Dissertação/Projeto/Estágio”, referente ao quinto ano do curso de Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente, lecionado no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.

O estágio, com início a 10 de fevereiro e término a 31 de julho de 2016, decorreu na SASAL, S.A., do grupo Faurecia, sob a orientação do Prof. Dr. Mário Cerqueira, da Universidade de Aveiro e da coordenadora HSE, Ana Rita Lourenço, por parte da referida empresa.

Este estágio permitiu ao autor a criação de um vínculo entre os conceitos teóricos adquiridos durante o mestrado e a sua aplicação em ambiente profissional.

O principal objetivo inerente ao trabalho realizado passa pelo contributo do estagiário para a implementação de um sistema de gestão ambiental de acordo com o referencial normativo ISO 14001:2015, incidindo principalmente sobre os requisitos pendentes com a fase de planeamento.

Neste contexto, pretende-se que a implementação do Sistema de Gestão Ambiental na organização, permita compreender o desenvolvimento de mecanismos, que quando devidamente adotados e implementados, possibilitam a garantia da minimização e/ou eliminação dos seus impactos sobre o meio ambiente, assegurando uma melhoria contínua do desempenho ambiental.

Para que a finalidade deste projeto fosse atingida com sucesso, foi definido previamente um conjunto de tarefas:

- i. Pesquisa e revisão bibliográfica sobre Sistemas de Gestão Ambiental e o referencial normativo ISO 14001;
- ii. Análise do processo produtivo e realização do diagnóstico ambiental à organização;
- iii. Identificação e avaliação de aspetos ambientais;
- iv. Identificação e avaliação dos Requisitos Legais aplicáveis à organização;
- v. Definição de objetivos, metas e programa de gestão ambiental;
- vi. Elaboração de procedimentos ou instruções operacionais;

1.2. Metodologia de trabalho

Este relatório encontra-se dividido em 3 fases de trabalho.

Uma primeira fase é dedicada à revisão bibliográfica de forma a obter uma base teórica de conceitos relativos aos sistemas de gestão ambiental. Ainda nesta fase é analisada a norma ISO 14001:2015, permitindo uma compreensão de cada requisito específico desta norma para o seu posterior desenvolvimento dentro da gestão da organização.

A segunda fase de trabalho representa a caracterização do caso de estudo. Aqui é feita uma descrição pormenorizada da organização, do seu processo produtivo e é ainda realizado o diagnóstico ambiental.

A terceira e última fase do trabalho consiste no desenvolvimento da implementação do Sistema de Gestão Ambiental. Inicialmente são identificados os aspetos ambientais relevantes e definida uma metodologia para a sua posterior avaliação. São também definidos os objetivos, metas e um programa para a gestão ambiental, para além da identificação e avaliação dos requisitos legais aplicáveis à organização. Numa outra etapa do trabalho são elaborados alguns procedimentos e instruções operacionais.

1.3. Estrutura do Relatório

Este relatório encontra-se dividido em cinco capítulos e neles são desenvolvidos os temas considerados necessários à sua compreensão.

No capítulo 1 é feita uma pequena introdução, onde se definem os objetivos, enquadramento, metodologia e estrutura do trabalho.

No capítulo 2 é feita a revisão da teoria e da bibliografia sobre Sistemas de Gestão Ambiental, analisando especificamente quais as vantagens da sua implementação, e ainda o estudo da Norma NP EN ISO 14001:2015. O seu principal objetivo é fornecer conhecimento em bases teóricas para o desenvolvimento do restante trabalho.

O capítulo 3 inclui uma breve apresentação da empresa, sendo exposto o perfil da organização e feita uma breve explicação sobre o seu processo produtivo.

No capítulo 4 é realizado o diagnóstico ambiental da organização industrial, com levantamento do ponto de situação inicial de diversos integrantes: resíduos, energia, água, emissões atmosféricas e ruído.

O capítulo 5 encontra-se dividido em vários subcapítulos e descreve a implementação do sistema de gestão ambiental segundo a Norma NP EN ISO 14001:2015. É nesta fase do trabalho que é abordada a definição da política ambiental, o planeamento ambiental e a implementação de procedimentos operacionais.

Por último, o capítulo 6 trata das conclusões. É avaliado o cumprimento dos objetivos propostos inicialmente, são feitas as considerações finais e apresentadas propostas de melhoria.

2. Enquadramento aos Sistemas de Gestão Ambiental

O crescente protagonismo das questões ambientais tem determinado fortes alterações na forma como os agentes socioeconómicos encaram as suas estratégias de desenvolvimento, desencadeando uma modificação das prioridades estabelecidas no âmbito dos seus processos internos de gestão, o que resulta na introdução significativa da temática ambiental neste contexto (Ferrão, 1998).

A intensidade deste interesse pela temática ambiental sofreu inúmeras oscilações, destacando-se, no entanto, um acentuado crescimento a partir da década de 90, resultado da emissão do relatório Brundtland, apresentado em 1987, e da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Alguns dos motivos responsáveis por este crescimento estão relacionados com o processo da integração europeia, com a internacionalização dos mercados e ainda com o aparecimento de problemas ambientais graves, nomeadamente a drástica redução da disponibilidade de recursos naturais, o aumento do buraco da camada de ozono e o aquecimento global (Welford, 1998).

Perante a constatação dos problemas averiguados, as organizações, de todos os tipos, estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho ambiental sólido, através do controlo dos impactes das suas atividades, produtos e serviços no ambiente, em coerência com a sua política e objetivos ambientais. Estas preocupações surgem também no contexto do aparecimento de legislação cada vez mais restritiva, do desenvolvimento de políticas económicas e de outras medidas que fomentam cada vez mais a proteção ambiental, e de um crescimento generalizado das inquietações de partes interessadas sobre questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável (ISO, 2012).

O aparecimento destas medidas provoca uma crescente introdução de mecanismos de gestão nas empresas, destinados a controlar e a minimizar os impactes ambientais significativos das suas operações. É neste sentido que a Gestão Ambiental tem vindo a sofrer uma evolução, passando de um simples “Controlo de Poluição”, que consistia em monitorizar a poluição tendo em conta o cumprimento da legislação, para uma posterior “Gestão de Prevenção”, que considera a variável ambiental e possui influência nas decisões de compra de matéria-prima e na seleção de fornecedores, exercendo um controlo do desempenho ambiental da organização por meio de auditorias. Atualmente pretende-se que a gestão ambiental seja “Pró-ativa”, consistindo já numa interferência por parte da administração de topo das organizações, que confere autoridade aos responsáveis de cada atividade para poderem agir em todos os setores da empresa, levando a que sejam adotadas as melhores práticas ambientais (Jabbour & Santos, 2006).

Perante estas razões, conscientes da fragilidade do meio ambiente e pressionadas por uma opinião pública cada vez mais atenta e sensível à problemática da defesa do ambiente, como pelos custos da poluição que têm crescido de forma drástica, as organizações começaram a aderir a uma forma de regulação voluntária – a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (Pinto, 2005).

2.1. Sistemas de Gestão Ambiental

A globalização da gestão ambiental é uma realidade irrefutável, a qual surge constantemente associada à promoção do desenvolvimento sustentável, resultando de grande esforço no sentido da normalização e criação de bases de dados fiáveis que caracterizem os processos e produtos. Para assegurar a sua eficácia, foram desenvolvidos os sistemas de gestão ambiental, os quais proporcionam uma base sólida para as organizações conseguirem enfrentar as mudanças ambientais e obter os inúmeros benefícios inerentes a este processo (Gonçalves, 2001).

A conceção e implementação de Sistemas de Gestão Ambiental têm como pressuposto uma forma organizada, metódica e coerente de analisar e potenciar o desempenho ambiental de uma organização (Basílio et al., 1999).

Um Sistema de Gestão Ambiental é entendido como um subsistema do sistema global de gestão da organização, devendo interagir e ser compatível com os demais subsistemas e é utilizado para estabelecer uma política, objetivos e metas. Inclui a estrutura organizacional, as atividades de planeamento, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e os recursos para desenvolver, executar, prosseguir, rever e manter a política ambiental da organização. É composto por um conjunto de diretrizes a seguir pelos colaboradores dos vários níveis da organização, embora não substituam as leis, nem os regulamentos nacionais (Pinto, 2005).

O principal intuito é promover a melhoria contínua do desempenho ambiental mediante uma avaliação sistemática e objetiva, a comunicação de informações e um diálogo aberto com o público e com outras partes interessadas, bem como a participação ativa do pessoal das organizações e a sua formação adequada (Regulamento (CE) n.º 1221/2009). Para tal é adotada uma filosofia de ciclo de melhoria contínua.

Este é um processo dinâmico visto que está sujeito a uma avaliação periódica, onde são analisados os objetivos e metas traçados, o seu cumprimento e a eficácia das medidas corretivas implementadas (Pinto, 2005).

O Sistema de Gestão Ambiental ajuda a organização a definir, implementar, manter e melhorar estratégias pró-ativas, de forma a identificar e resolver os impactes ambientais negativos e potenciar os aspetos positivos, decorrentes das atividades da organização (Pinto, 2005).

A gestão eficaz das organizações tendo em consideração a vertente ambiental exige uma mudança fundamental nas linhas orientadoras de gestão. Isso inclui a ponderação da renovação dos processos de produção, a avaliação do impacto ambiental, a averiguação das tecnologias utilizadas e escala de operações, e uma reavaliação geral do desenvolvimento através do crescimento (Shrivastava, 1995; Westley & Vredenburg, 1996).

Segundo Pinto (2005), um Sistema de Gestão Ambiental pode ser implementado por etapas. Estas etapas, representadas na tabela seguinte, não têm necessariamente fronteiras estanques, ou seja, existem (ou podem existir) intersecções entre as atividades referidas na tabela seguinte.

Tabela 1 - Etapas de Implementação do SGA (Adaptado de Pinto, 2005)

Fase de Implementação	Descrição
Levantamento da Situação Inicial	Análise ao estado atual da organização em matéria ambiental. Estudo do que a organização faz, como faz e com o quê.
Sensibilização da Gestão	Sensibilização para as vantagens da implementação do SGA. A organização deve começar a ministrar formação apropriada aos seus quadros superiores e médios.
Definição da Política Ambiental	Definição da política ambiental, tendo em conta os recursos que a organização pode disponibilizar, de forma que seja adaptada às suas necessidades. Escolha do referencial a adotar e do representante para a sua implementação.
Definição da Equipa de Projeto	A organização analisa o trabalho que tem de ser feito e quem o pode fazer. Definição da equipa de projeto, que será responsável por: <ul style="list-style-type: none"> • Participar na elaboração da documentação; • Implementar o Sistema de Gestão Ambiental; • Promover o envolvimento de todos os colaboradores da organização.
Formação da Equipa de Projeto em Sistemas de Gestão Ambiental	A organização providencia formação especializada a fim de dotar a equipa de projeto das competências necessárias para a prossecução do projeto.
Definição do Projeto de Implementação	A organização estabelece os objetivos do projeto, a sua calendarização, as competências e responsabilidades individuais, a forma de monitorização dos processos e a periodicidade das reuniões de acompanhamento.
Planeamento	A organização redige o procedimento de identificação de aspetos ambientais e determinação da sua significância. Paralelamente, é também avaliado o cumprimento dos requisitos legais existentes.

Implementação e Funcionamento	Definição dos recursos, atribuições e responsabilidades dos colaboradores envolvidos no desempenho ambiental da organização. Implementação de procedimentos de formação, comunicação, gestão e controlo de documentos, de prevenção e capacidade de resposta a emergências.
Verificação e Ações Corretivas	Realização da análise crítica ao SGA e desenvolvimento dos mecanismos de controlo sistemático e permanente de forma a agir pró-ativamente sobre o sistema.
Certificação	Esta etapa constitui a meta final de todo o processo, em que a entidade certificadora assegura que o sistema cumpre os requisitos do referencial.

Um dos principais motivos subjacentes a este processo aparece como uma consequência da estratégia ambiental das organizações, a qual está fortemente condicionada pelas exigências do grupo a que pertence, bem como com a consciência ambiental dos seus gestores de topo. Este aspeto está vulgarmente associado a organizações pertencentes a grupos multinacionais, onde a missão global desse grupo visa uma melhoria contínua do desempenho ambiental da totalidade das empresas que o constituem (Santos, 2002).

Então, um Sistema de Gestão Ambiental, de um modo geral, permite que determinada empresa adquira uma visão profunda dos aspetos ambientais mais importantes a ter em conta no desenvolvimento das suas atividades, permitindo-lhe igualmente identificar os processos que necessitam de ser melhorados através da inclusão de medidas ambientais eficazes, inclusive em termos de redução de custos (Calado, 2007).

Contudo, a adoção deste sistema de gestão, por si só, não garante resultados ambientais ótimos. Para que estes resultados sejam alcançados deve-se ter em conta sempre as melhores técnicas disponíveis, sempre que seja adequado e economicamente viável (ISO, 2012).

2.2. Benefícios e Custos associados à Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental

A implementação de um sistema de gestão ambiental permite às organizações alcançar uma maior credibilidade perante a sociedade, devido à qualidade e competitividade dos seus produtos, possibilitando, deste modo, a obtenção de um conjunto diversificado de benefícios. Estes benefícios podem subdividir-se em três grupos, nomeadamente, benefícios para o interior, benefícios para o exterior e benefícios económicos (Carvalho, 2009).

Por conseguinte, no que diz respeito aos benefícios internos de uma organização, estes estão essencialmente relacionados com os seguintes aspetos (Carvalho, 2009):

- i. Aumento da motivação de todos os colaboradores da organização;
- ii. Melhoria das condições de trabalho;
- iii. Acentuada redução da ocorrência e da gravidade dos acidentes/incidentes;

Relativamente aos benefícios para o exterior, podem enumerar-se os seguintes (Carvalho, 2009):

- i. Redução dos riscos de acidentes ambientais (como por exemplo, derrames ou emissões) e da poluição regular ou accidental;
- ii. Diminuição dos prémios de seguros;
- iii. Otimização do relacionamento com os fornecedores e com os clientes e influência sobre os mesmos para a adoção das melhores práticas ambientais;
- iv. Melhoria da imagem pública da organização, tanto perante os consumidores como perante a opinião pública geral;
- v. Aumento da confiança por parte dos consumidores ou de possíveis investidores;
- vi. Alcance da conformidade com a legislação ambiental, reduzindo a possibilidade de aplicação de multas e coimas.

Por último, no que diz respeito aos benefícios económicos, estes são fundamentados pelos seguintes aspetos (Carvalho, 2009):

- i. Minimização da utilização de recursos naturais, energia e matérias-primas;
- ii. Diminuição dos custos associados ao aumento da capacidade de produção e à melhoria da eficiência dos processos (o que é visível pelo lema produzir mais e melhor, com menos gastos);
- iii. Redução da quantidade de resíduos produzidos e das emissões de gases com efeitos poluentes, situações que induzem uma diminuição dos custos inerentes aos processos de acondicionamento, transporte, tratamento e eliminação.

Alguns destes benefícios não são imediatos e alguns tornam-se difíceis de avaliar e quantificar a curto prazo.

Importa referir que, de uma maneira geral, os benefícios económicos acabam por estar implícitos em todos os outros benefícios, na medida em que, qualquer uma das vantagens expostas, irá, de forma direta ou indireta, desencadear a otimização dos recursos financeiros da organização.

No entanto, é normal existir alguma preocupação, por parte das organizações, com a relação custo/benefício decorrente do cumprimento das suas obrigações em matéria ambiental. Será relevante portanto indicar, para além dos benefícios resultantes da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, já referidos, os principais custos que lhe estão associados.

Posto isto, pode indicar-se que obstáculos inerentes à implementação duma iniciativa deste tipo devem-se, principalmente, à necessidade de afetação de recursos humanos e materiais, nomeadamente (Pinto, 2005):

- Afetação do técnico responsável pela implementação do sistema e, eventualmente, despesas decorrentes da contratação de consultores;
- Afetação de meios materiais para implementação do sistema (*hardware e software* técnico, etc.);
- Tempo despendido pelo envolvimento da administração no acompanhamento das atividades;
- Tempo despendido pelos colaboradores que constituem a equipa de projeto e dos que colaboram no desenvolvimento da documentação;
- Investimento na formação dos recursos humanos.

Os custos acima referidos variam muito, de organização para organização, e dependem de um conjunto de fatores (Pinto, 2005):

- Estado atual da organização em matéria ambiental;
- Dimensão da organização;
- Complexidade e dimensão dos impactes ambientais associados às atividades, produtos ou serviços da organização;
- Competências internas de que a organização dispõe.

Para além dos custos enunciados anteriormente, existe um custo bastante pesado para as organizações, o qual diz respeito ao processo de certificação propriamente dito. O processo de certificação do SGA possui implicações monetárias bastante elevadas, nem sempre suportáveis pelas organizações.

Segundo Pinto (2005), muitas vezes, as organizações, de uma forma incorreta, consideram como custos de implementação do sistema, os que resultam da implementação das ações corretivas e preventivas, resultantes da avaliação dos impactes ambientais. No entanto, estes custos não devem ser associados aos custos do sistema, uma vez que as medidas para eliminar ou reduzir os impactes negativos para um nível que a organização considere aceitável, teriam de ser implementadas, com ou sem sistema. Estes custos devem ser considerados como investimento e não como custo do sistema.

2.3. Instrumentos Normativos dos SGA

Cada Organização pode implementar o seu próprio Sistema de Gestão Ambiental, não recorrendo a nenhuma norma ou regulamento, desde que controle os seus aspetos ambientais e os mantenha dentro dos limites legais. No entanto, a utilização de referenciais normativos permite a certificação dos sistemas, que podem usufruir assim de metodologias aplicadas em todo o mundo e que vão além do cumprimento legal (Almeida & Real, 2005).

Perante esta perspetiva surge a *International Organization for Standardization* (ISO), uma organização não-governamental e independente, constituída por membros de organizações de normalização provenientes de 163 países. Devido a toda a crescente consciencialização ambiental que se começou a verificar, a ISO começou a ponderar a necessidade de criação de normas internacionais para a gestão ambiental. Assim, em 1991 surgiu o SAGE - *Strategic Advisory Group for the Environment*, para verificar se tais normas seriam úteis, nomeadamente, na promoção de uma abordagem comum à gestão ambiental, no aumento de capacidade das organizações melhorarem o seu desempenho ambiental e na simplificação do comércio pela remoção de barreiras comerciais. Em vários países foram também surgindo normas ambientais, como por exemplo, no Reino Unido, em 1992, a publicação a Norma BS 7750, relativa a Sistemas de Gestão Ambiental, e em 1993, a ISO forma o Comité Técnico 207 (ISO/TC 207) sobre Gestão Ambiental. O seu objetivo é padronizar ferramentas e sistemas na área de gestão ambiental, baseando-se no pressuposto de que melhorar as práticas de gestão é a melhor maneira de melhorar o desempenho ambiental das organizações e seus produtos. Este comité tem trabalhado no sentido de desenvolver padrões internacionais, nomeadamente a série de normas da família ISO 14000, para que sejam claros, práticos e aplicáveis a todo o tipo de atividade, independentemente do seu estado de desenvolvimento. Providencia, assim, meios eficazes de melhoria de desempenho das organizações e dos seus produtos, facilitando o comércio mundial e contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Almeida & Real, 2005).

Em Portugal, a escolha do referencial para implementar um Sistema de Gestão Ambiental, apresenta dois “candidatos”, o EMAS ou a Norma NP ISO 14001.

Relativamente ao EMAS, a Norma NP ISO 14001 apresenta as vantagens de ser um referencial mais reconhecido internacionalmente e a sua compatibilidade com o referencial ISO 9001, o que facilita a possível integração dos sistemas de qualidade e ambiente.

Independentemente da norma escolhida, ela deve ser encarada como um ponto de partida e não como um ponto de chegada.

2.3.1. Norma NP EN ISO 14001:2015

Em 1996, a *International Organization for Standardization* (ISO) publica a Norma ISO 14001, constituindo o primeiro referencial internacional para a implementação de Sistema de Gestão Ambiental. Esta norma foi desenvolvida de forma a ser aplicável a todo o tipo de organizações independentemente da sua diversidade geográfica, cultural, social ou dimensional. A 15 de novembro de 2004, a ISO publicou a segunda versão das Normas ISO 14001, cuja revisão pretendeu clarificar alguns aspetos da primeira edição, bem como reforçar a compatibilidade desta norma com a ISO 9001:2000 (Pinto, 2005).

A aceitação desta norma foi rápida e à escala global. No ano de 1998, quase 8 mil empresas, em setenta e dois países, tinham o seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001 (Rondinelli & Vastag, 2000). Aproximadamente 54% correspondiam a empresas europeias, mas o Japão foi o país que mais cedo começou a incentivar as suas empresas a certificarem-se. De acordo com a ISO, em 2007 já existiam mais de 130.000 empresas em todo o mundo, cujos Sistemas de Gestão Ambiental estavam implementados segundo os critérios da ISO 14001 (Nawrocka, 2008).

No gráfico abaixo, é possível observar a evolução do número de certificações obtidas segundo a Norma ISO 14001, no que a organizações no território Português diz respeito. (ISO Survey, 2014)

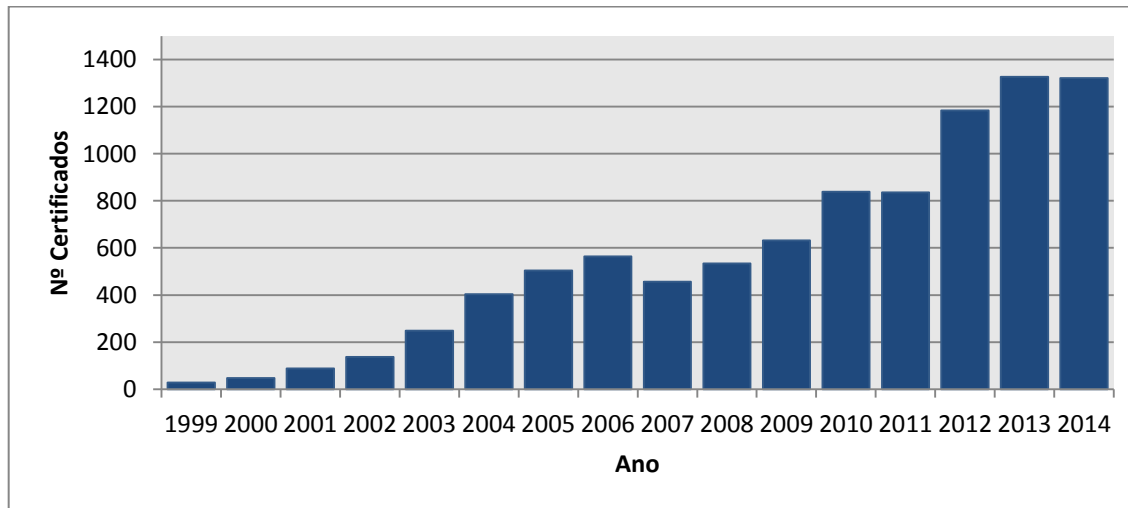


Figura 1 - Número de Certificações Ambientais segundo a Norma ISO 14001 em Portugal

De forma a manter os seus requisitos atuais, refletindo sobre o ambiente cada vez mais complexo, exigente e dinâmico das organizações, a comissão representante da ISO, apresenta em setembro de 2015, a versão mais recente da ISO 14001.

Com algumas alterações significativas relativamente a edições anteriores, a estrutura dos principais conteúdos da norma internacional ISO 14001:2015 encontra-se presente no quadro representado adiante.

1. Âmbito
2. Referências Normativas
3. Termos e Definições
4. Contexto da Organização
5. Liderança
6. Planeamento
7. Suporte
8. Operacionalização
9. Avaliação de Desempenho
10. Melhoria

Figura 2 - Estrutura Principal da ISO 14001:2015

Esta norma constitui um documento normativo contratual de referência para efeitos de certificação, permitindo às organizações evidenciar a responsabilidade relativamente às questões ambientais assim como a existência de uma cultura e metodologias pró-ativas para uma melhoria do desempenho ambiental (Basílio et al., 1999). Em suma, o intuito geral desta norma é proporcionar um enquadramento para proteger o ambiente e responder às alterações das condições ambientais, em equilíbrio com as necessidades socioeconómicas (ISO, 2015).

A base para a abordagem subjacente a um sistema de gestão ambiental e a esta norma, baseia-se no conceito de *Plan-Do-Check-Act* (PDCA). O modelo PDCA fornece um processo iterativo usado pelas organizações para alcançar a melhoria contínua. Este pode ser aplicado a um sistema de gestão ambiental como um todo ou a cada um dos seus elementos individuais (ISO, 2015).

A filosofia do ciclo de melhoria contínua consiste em utilizar o processo de aprendizagem de um ciclo para aprimorar e ajustar expectativas para o ciclo seguinte (Pinto, 2005). Este processo, baseado em quatro fases intimamente relacionadas com a estrutura dos sistemas de gestão, encontra-se sucintamente descrito abaixo e representado na Figura 3.

→ Plan: estabelecer objetivos ambientais e os processos necessários para fornecer resultados de acordo com a política ambiental da organização (ISO, 2015). A política deve ser apropriada ao tamanho e complexidade das operações, mas geralmente não deve ultrapassar uma a duas páginas. Esta deve incluir, para além de um compromisso de melhoria contínua e prevenção da poluição, um compromisso de cumprimento da legislação em vigor, normas, linhas de orientação e códigos de boas práticas. Deve incluir ainda a missão, a visão, os valores e as convicções da empresa, condições regionais ou locais específicas, a coordenação com outras políticas organizacionais, como a política de qualidade, e ainda as exigências das partes interessadas.

O planeamento deve incluir a identificação dos aspetos ambientais e avaliar os impactos ambientais associados, requisitos legais, política ambiental, critérios de avaliação interna de desempenho, objetivos e alvos e ainda planos e programas de gestão (Environmental Innovations Branch, 2004).

→ Do: implementação dos processos conforme o planeado (ISO, 2015). A política e o plano desenvolvidos para melhorar o desempenho ambiental, devem ser documentados e comunicados a todos os colaboradores, as responsabilidades de cada um devem ser atribuídas e devem ser feitos exercícios para garantir a integração de todos no plano da organização. É também necessária a existência de um sistema de controlo documental, procedimentos para controlo de impacto ambiental e planos de resposta a emergências. Na implementação devem estar presentes políticas, distribuição de recursos, controlos e documentação, formação, estrutura de obrigações, sistemas de análise e comunicação (Environmental Innovations Branch, 2004).

→ Check: monitorizar e medir os processos implicados na política ambiental, incluindo os seus compromissos, objetivos ambientais e critérios operacionais, relatando devidamente os resultados (ISO, 2015). Pode ser conduzida uma auditoria nesta fase. Este processo deve incluir os aspetos ambientais e seus impactos, ações de formação, inspeção, calibração e manutenção, recolha de dados e sua interpretação, detalhes de não conformidade, informação dos fornecedores e ainda as auditorias do SGA (Environmental Innovations Branch, 2004).

→ Act: instauração das ações devidas para a melhoria contínua (ISO, 2015). O SGA deve ser regularmente revisto, no sentido de melhorar continuamente o seu desempenho. Deve conter a análise do desempenho, das metas e objetivos, os resultados das auditorias, eficácia e sustentabilidade da política definida (Environmental Innovations Branch, 2004).



Figura 3 – Relação entre o ciclo PDCA e a estrutura da ISO 14001:2015 (ISO, 2015)

A presente norma é aplicável a qualquer organização, independentemente da sua dimensão, tipo e natureza e aplica-se aos aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que a organização determine que pode controlar e influenciar, considerando uma perspetiva de ciclo de vida. Em consonância com a política ambiental da organização, os resultados pretendidos de um sistema de gestão ambiental incluem (ISO, 2015):

- Melhorar o desempenho ambiental;
- Cumprir as obrigações de conformidade;
- Atingir os objetivos ambientais;

A aplicação desta norma pode diferir de uma organização para outra consoante o contexto da organização. Duas empresas podem desenvolver atividades semelhantes mas podem ter obrigações de conformidade, compromissos na sua política ambiental, tecnologias ambientais e metas de desempenho ambiental diferentes, e, no entanto, ambas podem estar em conformidade com os requisitos presentes na norma.

A Norma NP EN ISO 14001 não contém requisitos específicos para outros sistemas de gestão, como os da qualidade, segurança e saúde no trabalho, a energia ou a gestão financeira. No entanto, permite a uma organização utilizar uma abordagem comum e pensamento baseado no risco para integrar o seu sistema de gestão ambiental com requisitos de outros sistemas de gestão (ISO, 2015). Salienta-se, contudo, que a aplicação de diversos elementos do sistema de gestão poderá diferir segundo a finalidade pretendida e as diversas partes interessadas.

O nível de detalhe e de complexidade do sistema de gestão ambiental irá variar consoante o contexto da organização, o âmbito do seu sistema de gestão, as obrigações de conformidade e natureza das suas atividades, produtos e serviços, incluindo os seus aspetos e impactes ambientais (ISO, 2015).

2.3.2. Principais alterações na nova ISO 14001:2015

A ISO 14001 foi originalmente redigida tendo como principal foco o Ambiente, prioridade que permanece na recente versão do ano 2015.

Todas as normas do sistema de gestão ISO estão sujeitas a uma revisão periódica de acordo com as regras através das quais foram redigidas. Seguindo um conjunto de estudos substanciais, o comité redige a nova versão de modo a manter a sua relevância no mercado atual e continuar a oferecer às organizações um melhor desempenho e benefícios de negócio (BSI Group, 2015)

Foi estabelecido que, a partir da data de publicação da nova Norma, a existência de um período de transição de 3 anos, durante o qual as duas versões se manterão válidas, no sentido de permitir a existência de certificados de acordo com as duas versões.

A ISO 14001:2015 é baseada no Anexo SL – a nova estrutura de alto nível, que apresenta uma estrutura comum para todos os sistemas de gestão. Este fator ajuda a manter a coerência e a alinhar diferentes normas de sistemas de gestão, aplicando uma linguagem comum a todas as normas. Com a nova norma em funcionamento, será mais fácil para as organizações incorporar o seu sistema de gestão ambiental nos processos centrais de negócio e obter um maior envolvimento da alta administração. (BSI Group, 2015).

Tendo em conta a comparação entre a ISO 14001:2004 e a sua mais recente versão de 2015, devem ser tidas em conta diversas alterações, entre elas (EIC, 2015):

- Adoção da estrutura alinhada com outras normas de gestão (Anexo SL);
- Maior abrangência de conceitos de Partes Interessadas relevantes para o Sistema de Gestão Ambiental, necessidades e expectativas;

- Obrigatoriedade de determinação de aspetos externos e internos relevantes para o Sistema de Gestão Ambiental;
- Liderança – Maior envolvimento da gestão de topo no Sistema de Gestão Ambiental;
- Obrigatoriedade de comunicar externamente a informação relevante para o Sistema de Gestão Ambiental;
- Ao nível das operações – Planeamento e Controlo – inclusão de perspetiva do ciclo de vida de produtos e serviços, quer ao nível da compra ao mercado, quer ao nível da conceção dos mesmos;
- Monitorização e medição com maior detalhe;
- Requisitos adicionais ao nível do conteúdo dos dados de entrada e de saída da revisão pela gestão do Sistema de Gestão Ambiental;

No anexo B da ISO 14001:2015 é realizada uma correspondência entre os diferentes requisitos da sua estrutura em comparação com a edição anterior, a ISO 14001:2004. Através da tabela presente no Anexo I do presente relatório, é possível analisar cuidadosamente essa correspondência.

3. Caso de Estudo

3.1. Apresentação do Grupo Faurecia

A Faurecia nasceu em 1999 como resultado da fusão entre um especialista em assentos para automóvel, *Bertrand Faure*, e o grupo *Ecia*, um grande fornecedor automóvel de sistemas de escape, sistemas de interior e blocos frontais. Desde então, o grupo tem por objetivo alcançar a liderança no mercado de fornecedores do setor automóvel.

Sediado em França, o grupo Faurecia está representado em 34 países em todo o mundo, possuindo na totalidade cerca de 300 unidades fabris e empregando cerca de 100000 colaboradores (Faurecia, 2016).

Possui perto de 40 centros de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e Design e Desenvolvimento (D&D), com 300 patentes registadas até 2010, sendo assim o terceiro maior fornecedor de componentes da Europa, sexto a nível mundial (Faurecia, 2016).



Figura 4 - A Faurecia no Mundo (www.faurecia.com)

Através da presença destas instalações operacionais junto dos principais mercados de automóveis do mundo, o Grupo estabeleceu uma posição forte como o parceiro preferido de uma grande variedade de fabricantes de automóveis, com uma perspetiva cada vez mais global nas suas operações comerciais.

A Faurecia é especialista no desenvolvimento, conceção, fabrico e distribuição dos principais módulos que integram os veículos ligeiros (Figura 5). A sua dedicação ao progresso contínuo, à melhoria constante do processo de fabrico, ao desenvolvimento dos produtos e a forte aposta na investigação e inovação de novas tecnologias, fazem da Faurecia um fornecedor de excelência no setor automóvel.

O Grupo é especialista em seis grandes módulos. Por módulo entende-se que é uma série de componentes combinados para formar uma unidade. Então, a empresa concebe, desenvolve e produz bancos, painéis de portas, blocos frontais, sistemas de escape, painéis de instrumentos e revestimentos acústicos, como é possível observar na figura seguinte.



Figura 5 - Módulos fabricados no Grupo Faurecia

Relativamente aos principais clientes da Faurecia, estes correspondem a enormes indústrias do mundo automóvel, tal como é representado no gráfico abaixo. Segundo os dados de 2014, a Wolskwagen lidera com 24,6 % das vendas, seguida pela Ford com 14,6% e ainda pelo Grupo PSA - Peugeot Citroen, com 13,7 %. (Michelis, 2015)

Ainda pela análise do gráfico, e atendendo à localização das diferentes marcas, é possível verificar que os mercados mais importantes situam-se na Europa e América do Norte. Estudos recentes demonstram que a América do Sul e a Ásia são mercados em expansão e com boas perspetivas de crescimento.

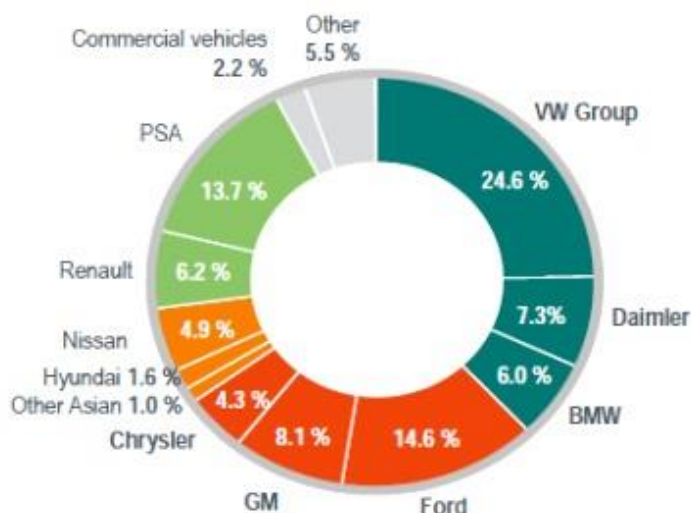


Figura 6 – Percentagem de Vendas por cliente em 2014 (Michelis, 2015)

A Missão da Faurecia consiste em criar e fornecer produtos (assentos, sistemas de interior, sistema de escape e blocos frontais), soluções técnicas e serviços inovadores e de alta qualidade, que promovam a competitividade dos clientes e representem um valor acrescentado para os colaboradores e acionistas. A preservação ambiental e a responsabilidade social são prioridades para a Faurecia.

O Objetivo da Faurecia passa por tornar-se líder mundial em cada uma das suas linhas de produtos. Pretende atingir esta marca focalizando-se na satisfação do cliente, tornando-se referência no mercado de equipamentos e servindo os maiores construtores de automóveis a nível mundial. A Faurecia pretende ter um ritmo de crescimento superior ao do mercado, gerando uma rentabilidade sustentável. O objetivo é a perfeição técnica e o motor, a paixão automóvel.

Em termos de Valores, a Faurecia compromete-se a promover um ambiente estimulante, saudável e seguro a todos os colaboradores, em todo o mundo. A Faurecia empenha-se em conduzir um futuro individual e coletivo orientado pela excelência, de acordo com os sete valores básicos do Grupo:

- Iniciativa;
- Responsabilidade;
- Transparência;
- Motivação;
- Trabalho de equipa;
- Rapidez;
- Definição do futuro.

A aspiração do Grupo Faurecia é ser global, baseando-se numa exigência permanente aliada a uma atitude de escuta e antecipação constante para poder fazer frente às necessidades dos seus clientes.

3.2. A Faurecia em Portugal

Em Portugal, a Faurecia começou a funcionar em 1962, em São João da Madeira, e até 2002 adquiriu as restantes fábricas em terreno nacional. A agregação da Sasal, dá-se no ano de 2000, aquando da aquisição da TECNOX, fábrica que produzia equipamentos militares, para extensão da atividade de produção de capas para bancos, tornando-se um pólo da Faurecia de São João da Madeira. A empresa foi crescendo e em 2005 tornou-se independente, obtendo um ano depois a 1ª certificação ISO/TS 16949.

Assim, a distribuição geográfica do grupo Faurecia apresenta 5 locais distintos, tal como é visível na figura que se segue. Em Bragança (sistemas de controlo de emissões), em Palmela (sistemas interiores e exteriores), Nelas, São João da Madeira e Vouzela (assentos automóveis).

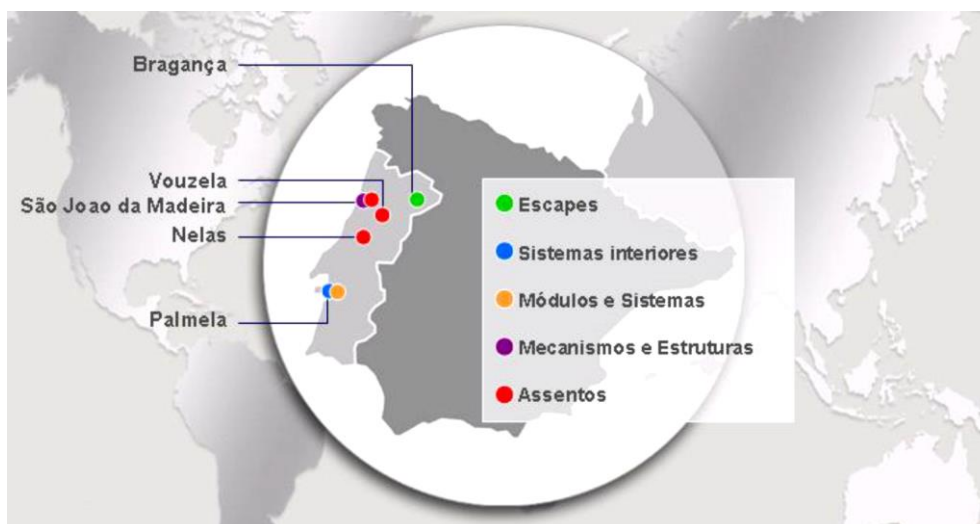


Figura 7 - Implantações fabris em Portugal (www.faurecia.com)

3.3. Descrição da Atividade da Sasal – Assentos para Automóveis, S.A.

Situada no concelho de Vouzela, distrito de Viseu, a Sasal é responsável pela produção de estofos para assentos de automóveis de marcas internacionais prestigiadas. A organização trabalha 5 dias por semana, operando 24h/dia, em três turnos de oito horas, contando com cerca de 720 colaboradores, entre mão-de-obra direta (MOD) e mão-de-obra indireta (MOI). Apresenta uma área total de 10500 m², sendo que a área de construção da fábrica é equivalente a 6421 m².

Na figura que se segue é representada a localização da organização e exibida uma vista aérea da sua implementação industrial.



Figura 8 - Localização geográfica e vista área da Sasal, SA

A estrutura da unidade fabril da Sasal é dividida essencialmente em três grandes grupos, organizados de forma a assegurar um conjunto de diferentes procedimentos operacionais:

- Unidade Autónoma de Produção A e B (UAP A e UAP B): divididas em vários Grupos Autónomos de Produção (GAP's), é nesta zona de trabalho que são realizadas todas as tarefas alusivas à costura das peças que dão origem ao produto final;
- Unidade Autónoma de Produção C (UAP C): espaço direccionado para uma importante fase do processo produtivo, o corte dos diferentes tecidos e peles.
- Logística: local da organização onde se realiza o planeamento, controlo e execução do fluxo de produtos.

Todas as áreas acima descritas estão devidamente assinaladas no *layout* da fábrica que se encontra representado de seguida.

Layout - SASAL

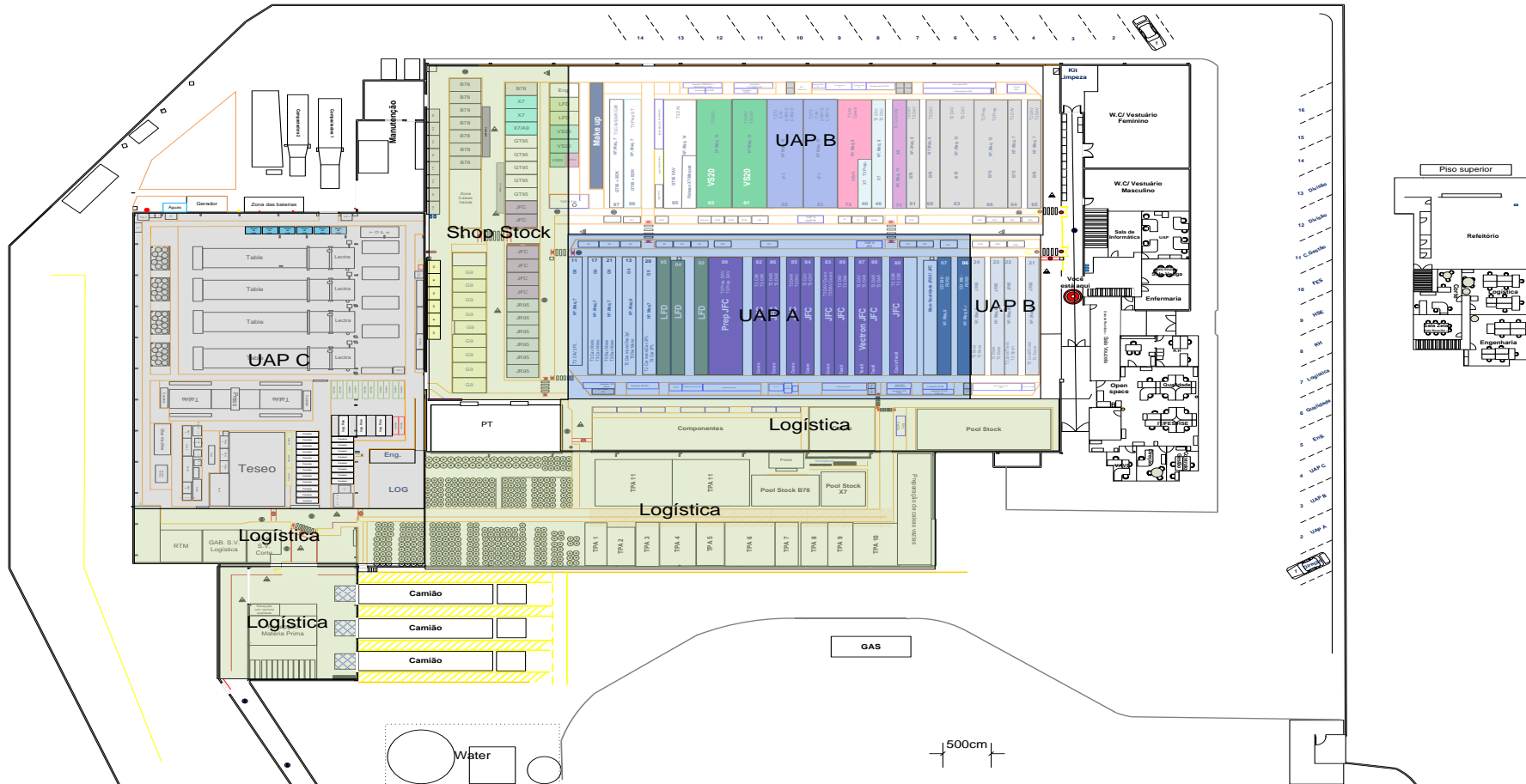


Figura 9 - Layout da fábrica da Sasal

De forma a realizar uma análise à estrutura e organização dos recursos humanos da empresa, apresenta-se em baixo um organograma da Sasal onde é possível observar as diferentes subdivisões existentes, referentes aos diversos campos de atividade.

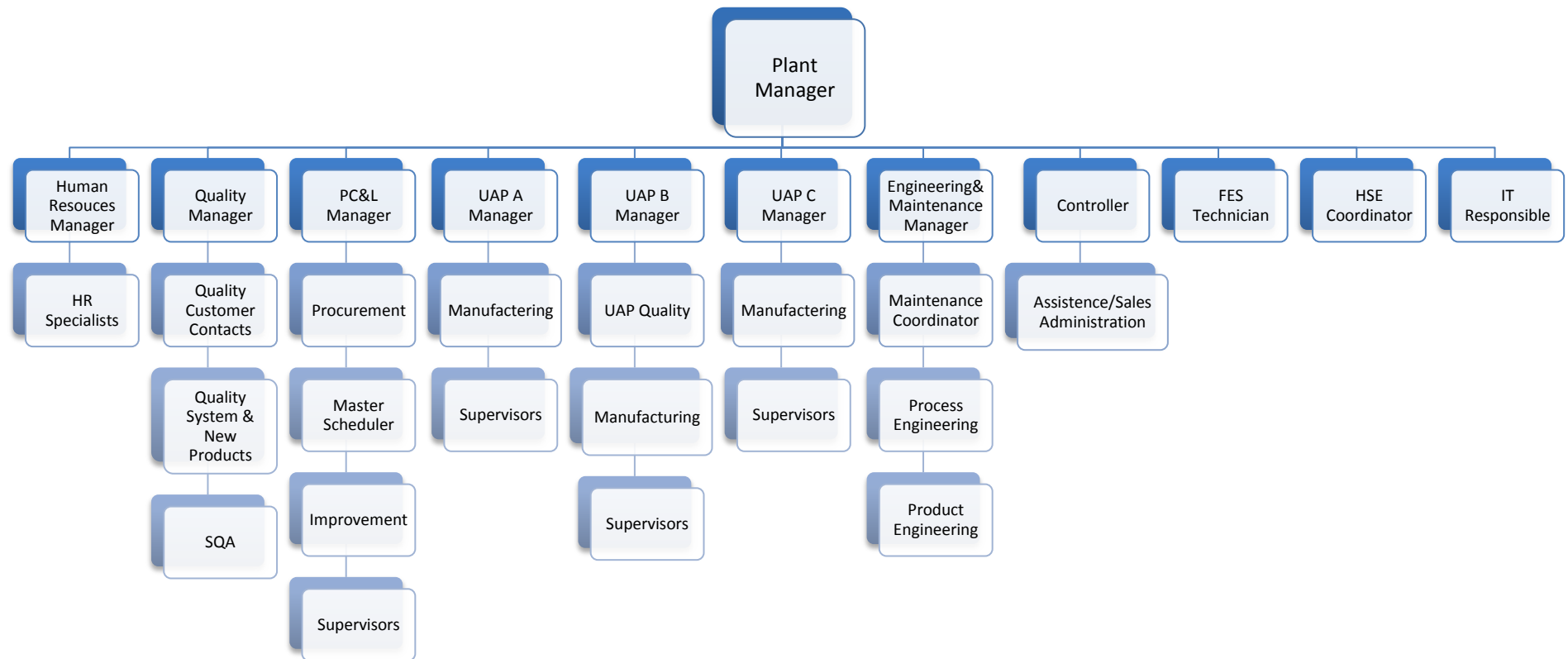


Figura 10 - Organograma da Sasal

3.3.1. Processo Produtivo

Para se perceber melhor o contexto do projeto desenvolvido na organização, é necessário um enquadramento geral do processo produtivo dos componentes. A produção de uma capa para um assento de automóvel engloba um conjunto de etapas produtivas que contribuem diretamente para o produto final e a cada uma delas estão afetas determinadas matérias-primas e equipamentos.

O Processo é iniciado com o requisito de um determinado número de assentos por parte do cliente. Conforme o pedido do cliente, o departamento de logística solicita imediatamente o material necessário aos diferentes fornecedores.

Na figura que se segue está representado o diagrama das atividades desenvolvidas no processo produtivo nas instalações da Sasal, das quais se destacam o processo de corte e costura. Na Tabela 2 é realizada uma descrição do que ocorre em cada atividade.

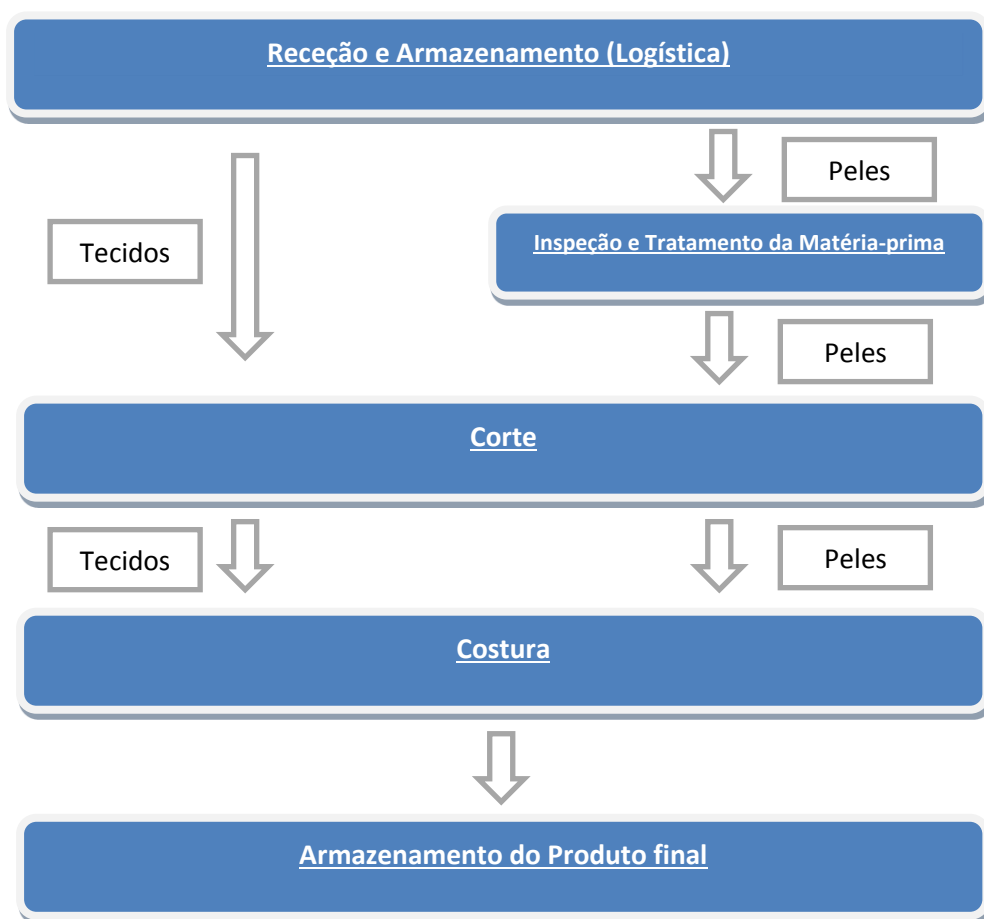


Figura 11 - Diagrama do Processo Produtivo

Tabela 2 - Descrição do Processo Produtivo da Organização


<i>Atividade & Descrição</i>	
1. <u>Receção e Armazenamento</u>	
Nesta etapa ocorre a receção da matéria-prima na zona designada aos procedimentos de Logística, onde é feito o armazenamento dos diferentes tecidos em rolos e, mais tarde, o transporte para a Unidade de Corte.	
2. <u>Inspeção</u>	
Esta fase do processo produtivo diz apenas respeito ao material constituinte de pele (couro), onde são encontradas e tratadas as mais diferentes anomalias referentes a esta matéria-prima.	
3. <u>Corte</u>	
	<p>Nesta fase, os processos de atividade são divididos consoante o material a cortar é em pele ou tecido.</p> <p>Segundo o plano de produção, o material é estendido na mesa da máquina de corte num comprimento pré-determinado (folhas) e empilhados (formando um de colchão de tecido).</p> <p>Após esta preparação inicial, as peças podem ser cortadas utilizando duas tecnologias diferentes: CAD/CAM ou prensa, para pele, ou apenas CAD/CAM para os restantes tecidos.</p> <p>O equipamento CAD/CAM é constituído por uma máquina de comando numérico, uma mesa de sucção e uma lâmina de corte (oscilante ou circular).</p>
	<p>O tecido, depois de ser estendido, é coberto por uma camada de plástico com o intuito de permitir um sistema de vácuo durante o processo de corte provocado pela mesa de sucção. O sistema de vácuo permite que as camadas se mantenham todas alinhadas e não se movam da posição definida durante o processo de corte, conferindo uma melhor precisão ao processo. Trata-se de um processo rápido mas de qualidade inferior quando comparado com a prensa.</p> <p>O corte por prensa é efetuado por pratos que embatem num molde de aço têxtil designado por “cortante”. Neste processo, as folhas de tecido são dispostas sobre a mesa da prensa e sobre estas folhas são colocados os “cortantes”. O embate dos pratos da prensa nos cortantes provoca o corte das diferentes peças.</p> <p>O corte por prensa é um processo com elevada qualidade mas de cadência inferior à máquina CAD/CAM. Por outro lado tem a desvantagem da colocação dos cortantes ser manual, o que conduz a espaçamentos entre peças superiores aos verificados na máquina CAD/CAM e consequentemente a um maior desperdício de matéria-prima.</p>

Figura 12 - Máquina de corte automático

4. Costura



Figura 13 - Máquina de Costura

Etapa onde, em linhas de produção de seis a dez operadores, se produzem os estofos. As peças anteriormente cortadas chegam a esta secção em *kits* (caixas constituídas pelas diversas peças que após costura dão origem aos componentes pretendidos). Em cada linha de produção, cada operador possui uma máquina de costura onde trabalha, sendo que, para cada linha de produção, as máquinas são ajustadas consoante o produto que é costurado. É importante referir que existem máquinas específicas, entre elas, as máquinas de perfis e as máquinas de pesponto simples e duplo.

A costura é efetuada sempre com os materiais do avesso e é guiada por picas. As picas não são mais do que pequenas marcas (macho e fêmea), efetuadas no corte, que permitem orientar os colaboradores durante o processo.

As máquinas de costura dispõem de uma agulha e dois cones de linha. Um cone para a linha de costura principal e um outro para a canela (linha que garante a tensão da linha de costura principal). Dispõem também de um calcador, mecanismo que prende o material para costura e que permite o avanço do mesmo. As mesas das máquinas são reguláveis em altura para que possam ser adaptadas a diferentes estruturas físicas, sendo que cada colaboradora ajusta a máquina antes de iniciar a costura.

O processo de costura é efetuado na posição vertical, uma vez que, por meio de diversos estudos ficou comprovado que esta postura é mais benéfica.

De salientar também que são tidos em conta diversos cuidados tais como: proteção ocular e, em alguns casos, proteção para as mãos.

Em cada linha de produção pode encontrar-se também um operador denominado por *Gap Leader* que tem como função abastecer a própria linha, para além de toda a documentação que lhe compete. Por fim, existe ainda o controlador final, localizado no final da linha, que possui a função de rever o estofa por completo, evitando deixar passar defeitos para o cliente. Ainda na produção, existem os supervisores que supervisionam o trabalho de algumas linhas de produção, resolvendo os mais variados problemas das mesmas.

5. Armazenamento do Produto Final

Corresponde ao armazenamento do produto final, de onde será enviado posteriormente para o cliente.

3.3.2. Atividades Auxiliares

No processo industrial, para além das atividades produtivas anteriormente referenciadas, existem também as atividades denominadas de auxiliares. Apesar de não gerarem resultados diretos, estas prestam serviço ou apoio a outras atividades, contribuindo assim para o desempenho geral da organização. Destas atividades resultam consumos importantes que importa serem tidos em conta na avaliação do desempenho ambiental da empresa.

Na tabela que se segue são descritas as atividades auxiliares inseridas no contexto do caso de estudo.

Tabela 3 - Descrição das atividades auxiliares da Organização

Atividade Auxiliar	Descrição
Cantina	Existência de uma cantina com confeção de alimentos para todos os colaboradores, cuja exploração está a cargo de uma entidade externa.
Suporte Técnico e Administrativo	Conjunto de escritórios onde é realizado um conjunto de operações de forma a fornecer apoio técnico e administrativo.
Pré-armazenamento de Resíduos	Armazenamento temporário dos resíduos numa zona do exterior da fábrica, até à devida recolha por parte de uma entidade licenciada.
Instalações sanitárias	Conjunto dos vários WC existentes e de dois balneários para os diferentes sexos.
Limpeza	Operações relacionadas com a limpeza dos mais diferentes espaços da organização.
Manutenção	Conservação e reparação dos mais variados equipamentos utilizados.
Transporte de matéria-prima e produto acabado	O transporte no interior da unidade fabril é realizado por empilhadores e pequenos comboios elétricos.

4. Diagnóstico Ambiental

4.1. Situação de Referência

De momento, a Sasal não tem implementado qualquer sistema normalizado de gestão ambiental – ISO 14001 ou EMAS – e não possui certificação ambiental. Contudo, tem implementada uma estrutura de gestão que inclui metodologias e procedimentos de trabalho, através da qual assegura o reconhecimento dos requisitos legais que lhe são aplicáveis.

A realização do diagnóstico ambiental inicial, embora não sendo imposto pela norma ISO 14001, permite compreender a situação atual e identificar os comportamentos ambientais da organização, servindo de base para a implementação do SGA.

É realizado um controlo de todo o processo produtivo, nomeadamente no que diz respeito à produção de resíduos, consumo de água, ruído emitido e consumo de energia.

Em última instância, os resultados obtidos neste diagnóstico devem ser comunicados de forma a sensibilizar a gestão de topo para as vantagens de implementar um sistema de gestão ambiental, e a fim de conseguir a adesão de todos os colaboradores, para que a implementação do sistema seja bem-sucedida (Pinto, 2005).

Para o estudo dos diferentes componentes analisados é pertinente ter em consideração que as atividades da fábrica se encontram interrompidas num total de 4 semanas num ano, três delas no verão (Agosto) e uma no Inverno (Dezembro).

Também os níveis de produção nos diferentes anos abordados, estipulados através do número de capas criadas, deve ser tido em conta na análise dos diferentes pontos estudados no diagnóstico ambiental. Estes valores encontram-se apresentados sob a forma de gráfico, na figura que se segue.

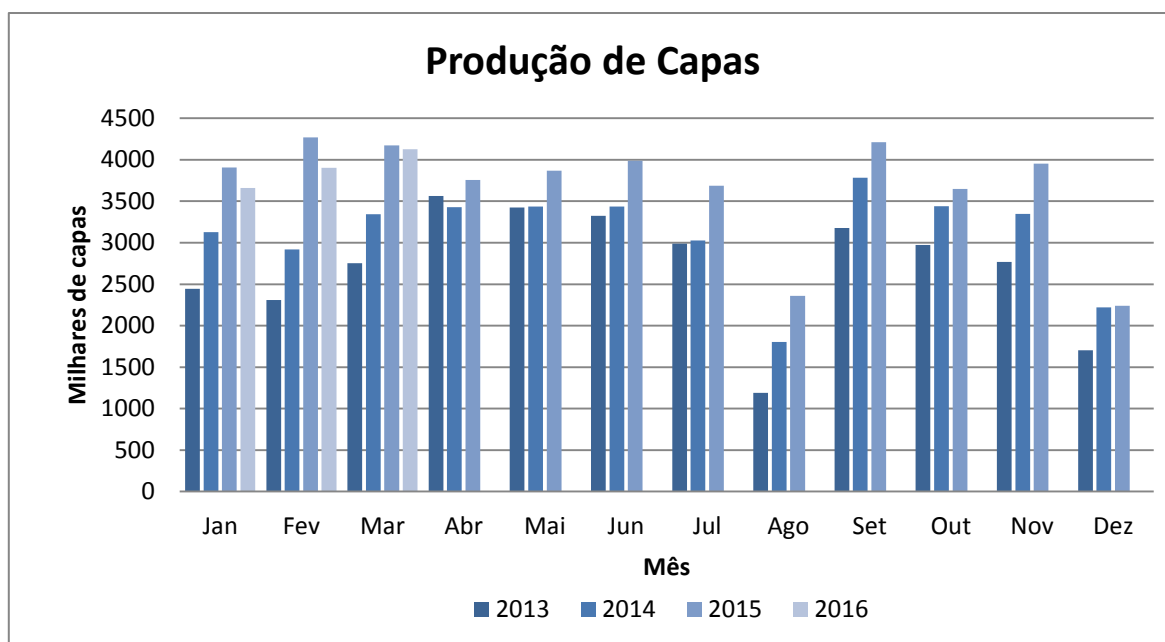


Figura 14 - Variação na produção de capas nos últimos anos

4.2. Resíduos

No que diz respeito à gestão dos seus resíduos, a Sasal, na sua organização atual, já apresenta implementado na sua unidade um sistema de identificação, triagem, acondicionamento e armazenamento temporário dos resíduos produzidos. Posteriormente, os resíduos produzidos são então encaminhados para o seu destino final por empresas devidamente licenciadas para o efeito, tendo em conta as características e classificação atribuídas aos resíduos. O transporte dos resíduos é realizado com a presença de guias de acompanhamento de resíduos (GAR), e são classificados de acordo com os códigos LER, constantes da Decisão 2014/955/UE de 18 de Dezembro de 2014.

Neste processo, a Sasal consegue obter retorno financeiro através da valorização dos resíduos de plástico, papel e cartão, metais e couro (pele).

O inventário dos resíduos produzidos durante o ano de 2015 é apresentado e caracterizado nas tabelas que se seguem.

Tabela 4 - Inventário dos resíduos produzidos na Sasal durante o ano de 2015

	Identificação do Resíduo		Operação de Gestão	Produção (ton/ano)
	Designação	Código LER		
Resíduos Não Perigosos	Embalagens de papel e cartão	15 01 01	R13 - Valorização	132,906
	Embalagens de plástico	15 01 02	R13 -Valorização	10,602
	Embalagens de madeira	15 01 03	R13 -Valorização	1,380
	Equipamento elétrico e eletrónico	20 01 36	R12 -Valorização	0,13
	Metais	20 01 40	R13 - Valorização	6,36
	Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	20 03 01	R13 - Valorização	0,09135
	Resíduos urbanos e equiparados não anteriormente especificados	20 03 99	R12/R13 - Valorização	0,03393
	Resíduos de materiais compósitos	04 01 09	R13 - Valorização	35,08
	Resíduos de fibras têxteis processadas	04 02 22	R13 - Valorização	321,652
Resíduos Perigosos	Componentes retirados de equipamento fora de uso	16 02 16*	R13 - Valorização	0,039
	Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infeções	18 01 03*	D9 - Eliminação	0,027
	Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso contendo componentes perigosos	20 01 35*	R12 - Valorização	0,025

Tabela 5 - Caracterização dos resíduos produzidos

Quantidade total de Resíduos Produzidos em 2015 (ton)	508,33
% Quantidade de Resíduos Perigosos	0,02%
% Quantidade de Resíduos Não Perigosos	99,98%
Variedade de Resíduos	12
% Resíduos para Valorização	92%
% Resíduos para Eliminação	8%

Da análise da Tabela 4 e da Tabela 5, é perceptível que existe uma grande diferença entre a percentagem de resíduos não perigosos e perigosos, representando os últimos apenas uma percentagem de 0,02% da quantidade total produzida. É também importante salientar que a grande maioria dos resíduos segue uma operação de gestão de valorização no que respeita ao seu destino final.

Na Figura 15 está representada a produção de resíduos ao longo do ano de 2015, verificando-se que a quantidade de resíduos recolhida é superior no mês de Setembro e inferior nos meses de Agosto e Dezembro, uma vez que, como já foi referido anteriormente, a fábrica se encontra temporariamente inactiva nestes períodos.

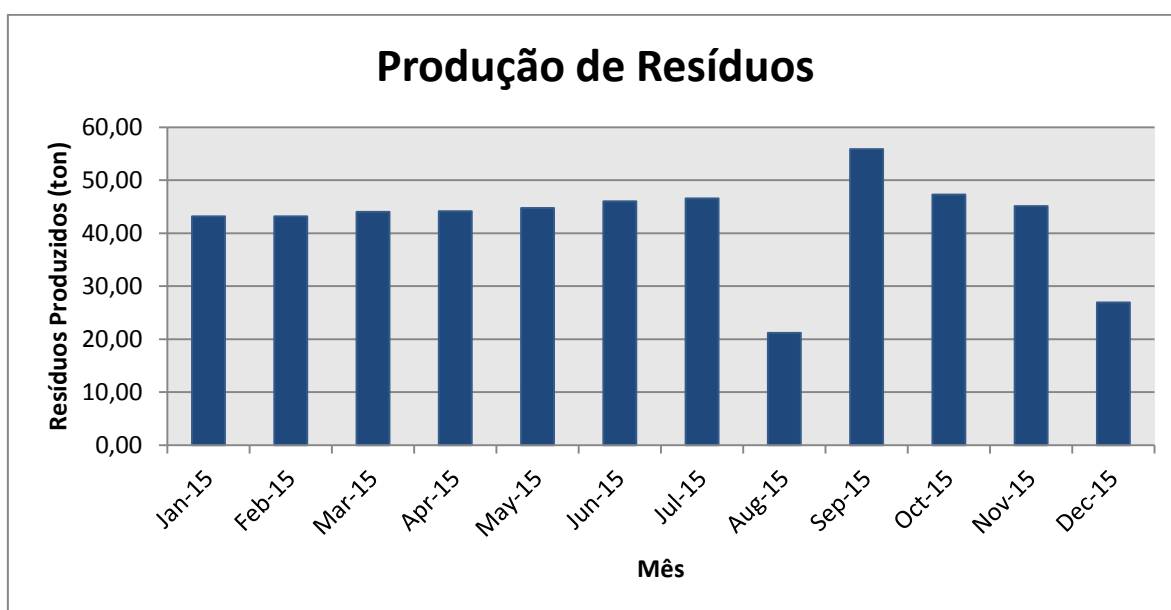


Figura 15 – Quantidade de resíduos recolhidos ao longo do ano de 2015

De forma a perceber a relevância de cada tipo de resíduo para o contexto da organização, é elaborada a Figura 16, que demonstra as diferentes percentagens relativas à produção total de resíduos. É então visível que as maiores quantidades de resíduos produzidas são relativas às fibras têxteis processadas, embalagens de papel e cartão e os resíduos de materiais compósitos, apresentando uma grande diferença relativamente a outros tipos de resíduos produzidos.

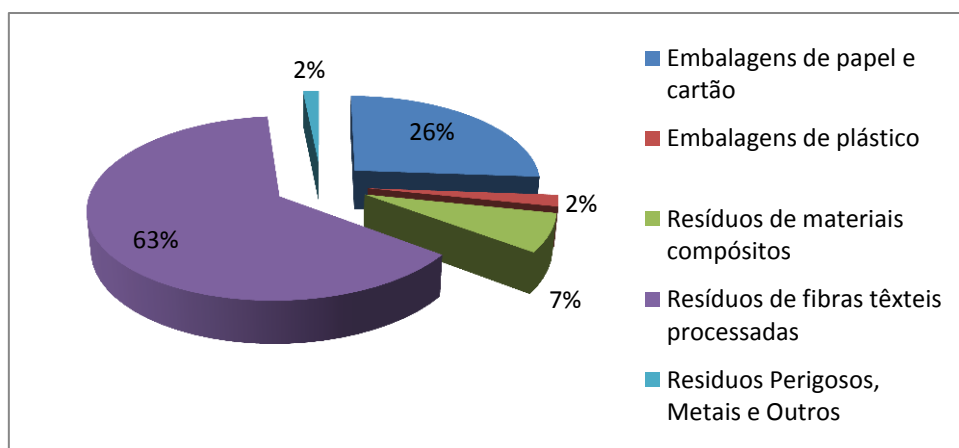


Figura 16 – Caracterização da Produção Total de Resíduos

Um indicador interessante na abordagem a esta temática, passa pela relação entre o número de peças criadas pela fábrica e a quantidade de resíduos produzidos. Esta relação está espelhada na tabela a seguir apresentada.

Tabela 6 - Relação entre o número de peças criadas e a quantidade de resíduos produzidos

	Total de Resíduos Produzidos (kg)	Nº Peças Criadas	Kg Resíduos / Peça Criada
Jan-15	43171,310	3908039	0,011
Fev-15	43191,310	4268400	0,010
Mar-15	44026,090	4174329	0,011
Abr-15	44130,310	3754861	0,012
Mai-15	44761,090	3867203	0,012
Jun-15	46031,310	3988449	0,012
Jul-15	46571,310	3688769	0,013
Ago-15	21206,090	2358165	0,009
Set-15	55851,310	4211003	0,013
Out-15	47318,310	3647951	0,013
Nov-15	45111,310	3953197	0,011
Dez-15	26956,530	2240049	0,012

Independentemente da tabela acima, uma vez que nos últimos anos, a empresa tem utilizado como indicador apenas a quantidade dos resíduos têxteis em função do número de peças criadas, é demonstrada na Figura 17 a evolução deste parâmetro na organização.

A criação deste gráfico tem como objetivo último uma visão do passado recente da fábrica em termos de produção de resíduos, permitindo uma maior facilidade para a criação de objetivos futuros nesta área.

Os dados obtidos não apresentam uma evolução linear, o que torna mais complicado a obtenção de conclusões pertinentes.

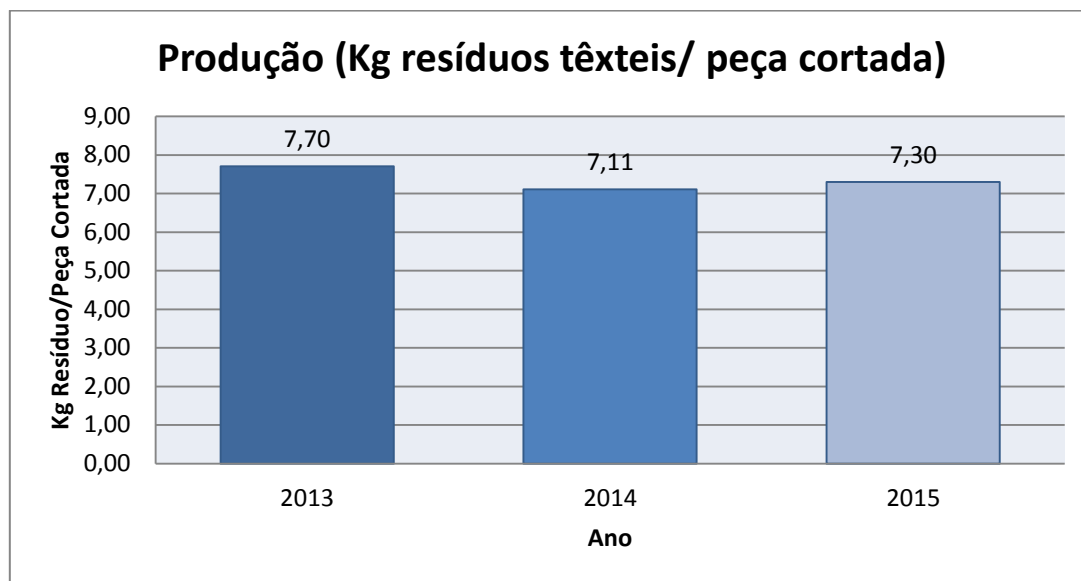


Figura 17 – Evolução do indicador dos resíduos na Sasal

Tendo em conta ainda o mesmo indicador, é pertinente um estudo da evolução do mesmo, já considerando os valores referentes ao primeiro trimestre do presente ano. A representação gráfica desta análise é apresentada na Figura 18.

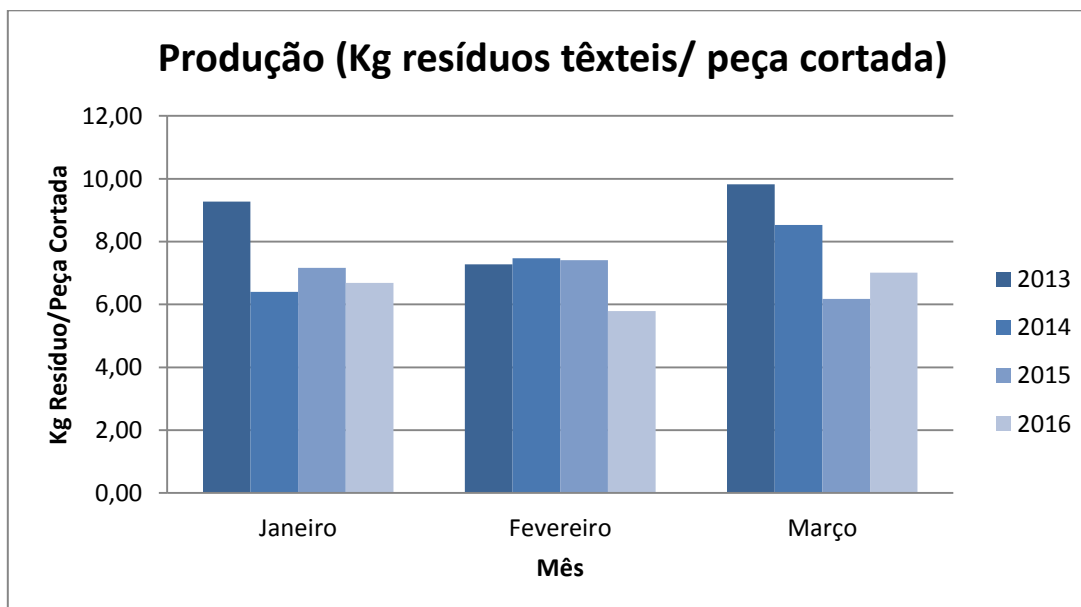


Figura 18 – Estudo da evolução do indicador de resíduos no 1º trimestre de cada ano

Pela análise do gráfico, é possível verificar uma tendência anual global de diminuição da produção de resíduos têxteis, tendo em conta o número de peças cortadas. No entanto, num balanço mensal, é observável que esta tendência não se demonstra de forma linear.

4.3. Energia

Toda a energia consumida na Sasal é proveniente da rede pública de distribuição de eletricidade ou resultante da queima de combustíveis fósseis (gás natural) nas instalações da empresa.

O consumo de energia por parte da organização encontra-se detalhado na tabela que se segue, tendo como referência o ano para o qual estão disponíveis dados mais recentes. Nesta tabela, é também possível visualizar o valor de conversão de KWh e Tonelada de Gás para Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP), de acordo com o cálculo proposto pelo despacho nº 17313/2008, de 26 de Junho.

Ainda na componente de Energia, a utilização de combustíveis fósseis na referida instalação industrial é restrita à utilização de gás natural, que visa o aquecimento dos locais afectos à produção, através de equipamentos denominados termoblocos, e ainda o abastecimento para a confeção de alimentos na cantina.

Tabela 7 - Consumo de Energia para o ano de 2015

	Rede			Gás				Total Consumo (TEP)
	Consumo (KWh)	Conversão	Consumo (TEP)	Consumo (Kg)	Consumo (ton)	Conversão	Consumo (TEP)	
Jan	93729,41	0,000215	20,15	4957,50	4,96	1,077	5,34	25,49
Fev	96852,45		20,82	3627,00	3,63		3,91	24,73
Mar	98135,93		21,10	628,68	0,63		0,68	21,78
Abr	94950,35		20,41	338,52	0,34		0,36	20,78
Mai	106279,5		22,85	339,00	0,34		0,37	23,22
Jun	94950,35		20,41	339,00	0,34		0,37	20,78
Jul	108102,2		23,24	229,60	0,23		0,25	23,49
Ag	54959,82		11,82	145,10	0,15		0,16	11,97
Set	102054,3		21,94	387,00	0,39		0,42	22,36
Out	95574,21		20,55	338,52	0,34		0,36	20,91
Nov	89939,84		19,34	1085,00	1,09		1,17	20,51
Dez	63066,64		13,56	1340,00	1,34		1,44	15,00
Total 2015	1098595		236,20	13755	13,75		14,81	251,01

A Figura 19 e a Figura 20 são alusivas aos valores presentes na tabela anterior, permitindo uma visualização da distribuição dos dois tipos de consumo de energia ao longo do ano de 2015.

Na análise da Figura 19, é visível um consumo mais ou menos constante de energia, com exceção dos meses de Agosto e Dezembro devido aos já referidos períodos de inatividade das unidades de produção.

Conforme expectável, na análise da Figura 20, é perceptível um maior consumo de gás natural nos meses de Inverno, onde é feita a queima de combustível de forma a obter energia térmica para combater a descida das temperaturas.

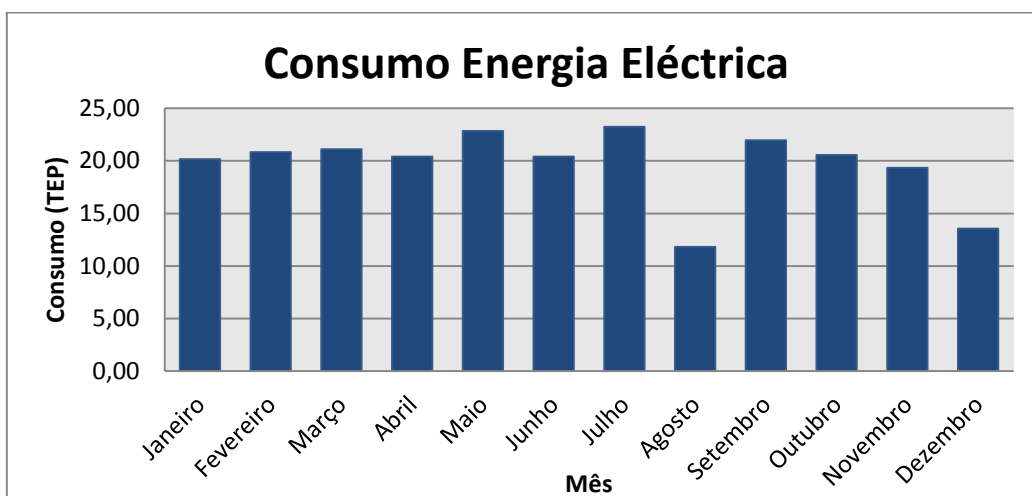


Figura 19 – Distribuição do consumo de energia elétrica ao longo do ano 2015

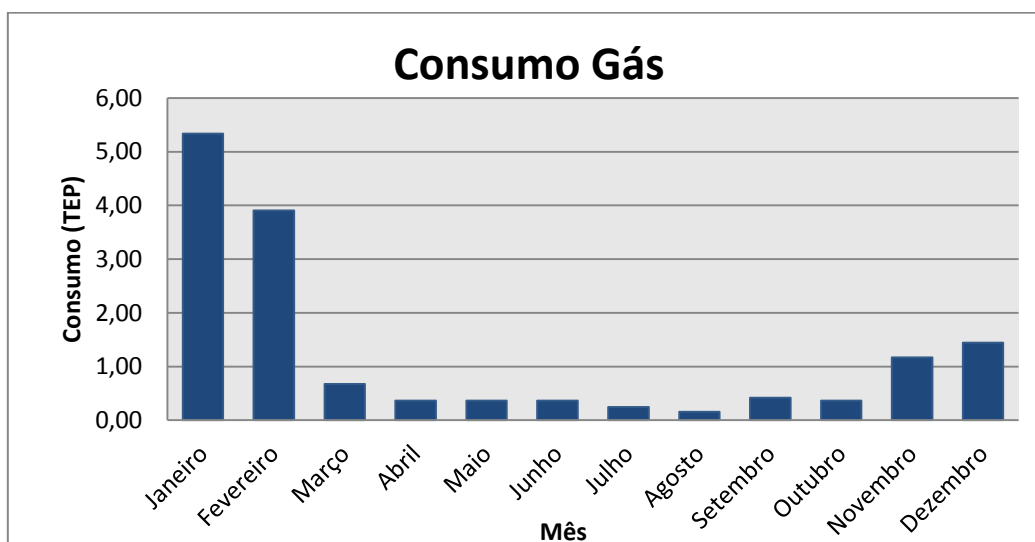


Figura 20 – Distribuição do consumo de gás ao longo do ano 2015

De forma a perceber o total de energia consumida pela empresa, quer sob a forma de energia elétrica, quer sob a forma de consumo de gás, é representado o gráfico abaixo, resultado dos valores acumulados.

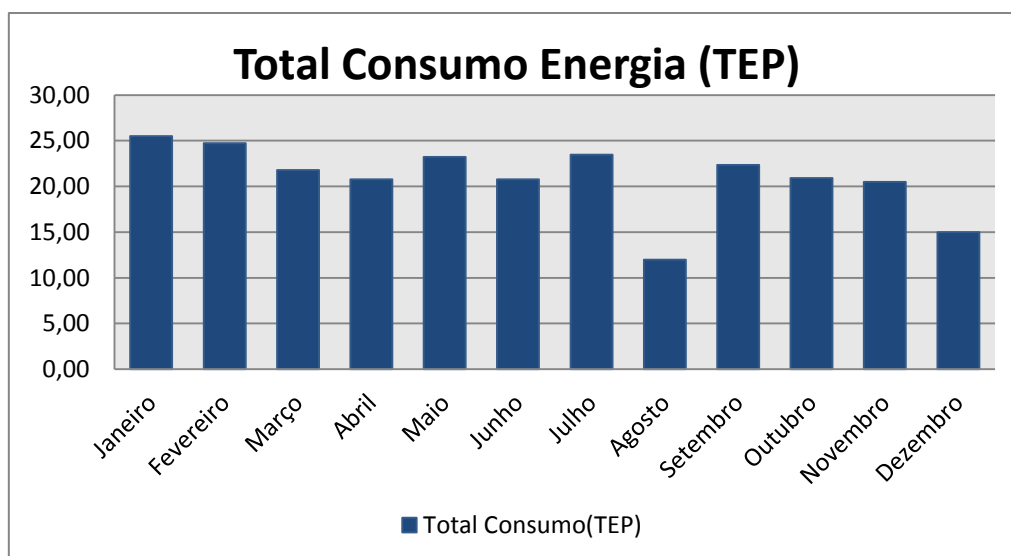


Figura 21 - Distribuição do consumo total de energia ao longo do ano 2015

A evolução dos consumos de energia na empresa, tanto em termos elétricos como em termos de consumo de gás, está representada na tabela abaixo.

Tabela 8 - Evolução dos consumos de energia nos últimos anos

Ano	Eletricidade		Gás	
	KWh	TEP	Kg	TEP
2013	86691,77	18,64	1364,28	1469,332
2014	87539,58	18,82	1004,918	1082,297
2015	91549,58	19,68	1146,243	1234,504

Da análise da tabela podemos verificar um aumento gradual do consumo de energia elétrica ao longo dos anos, muito possivelmente diretamente ligada ao também aumento gradual do número de peças criadas durante o mesmo período. No que se refere ao consumo de gás não é visível uma evolução linear do seu consumo, o que dificulta a análise da informação.

4.4. Água

A origem de água de abastecimento consumida na Sasal tem duas formas de abastecimento distintas, sendo elas a rede pública e a captação através de um furo nas suas imediações. O furo em causa possui uma profundidade de 100 m e uma potência de bomba de captação de 2.0 cv. Existe 1 contador no furo de captação que realiza a contagem e registo do volume total captado, de acordo com a obrigatoriedade imposta pela autorização de utilização dos recursos hídricos para captação de água.

É importante salientar que, no que diz respeito a atividades diretamente ligadas ao processo produtivo da organização, não existe qualquer tipo de consumo de água.

O abastecimento de água para as instalações sanitárias e dos balneários e ainda para rede de proteção contra incêndios é proveniente da captação pelo furo. No entanto, como à entidade apenas é permitida a captação de 20 m³ por mês através do furo, recorre-se à rede pública para atender às restantes necessidades de consumo.

Para além do acima descrito, o depósito de água inerente à rede pública serve também para satisfazer o consumo referente às atividades da cantina.

Nos gráficos que seguem, são apresentados os valores dos consumos de água da organização, referentes à rede pública e ao furo de captação, respetivamente, para o ano de 2015. No gráfico referente ao abastecimento através da rede pública, é perceptível um maior consumo nos meses de verão, nomeadamente junho e julho.

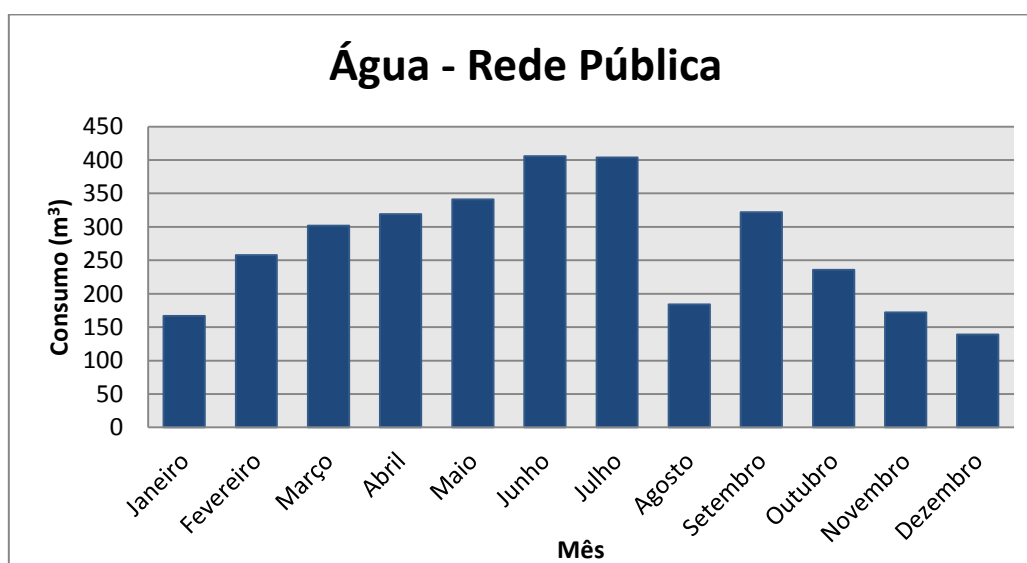


Figura 22 – Consumo de água da rede pública durante o ano de 2015

No que diz respeito ao abastecimento de água através do furo de captação (figura abaixo), é de salientar a existência de irregularidades relativamente ao valor máximo já acima referenciado, de 20 m³, nos últimos cinco meses do ano.

Esta situação ocorreu devido à instalação de uma nova bomba de captação, uma vez que existiam problemas de natureza técnica com a anterior. Assim, de forma a regularizar esta situação, a organização necessita de realizar um pedido para o aumento do volume captado, junto da entidade competente.

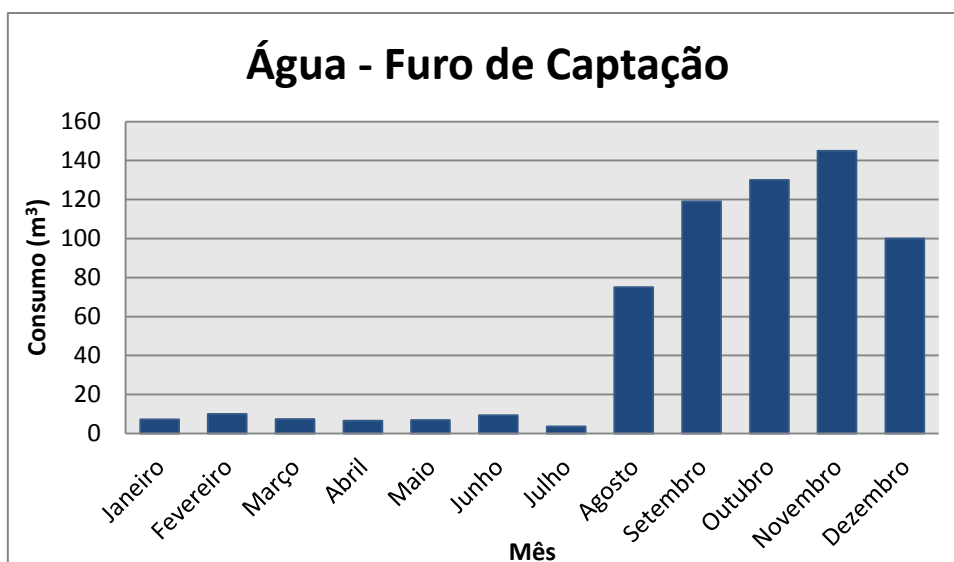


Figura 23 – Consumo de água referente ao furo de captação durante o ano de 2015

No seu passado recente, a Sasal, no que ao consumo de água diz respeito, utiliza como indicador nesta área o abastecimento através da rede pública. A análise do consumo dos últimos anos, está presente na figura em baixo.

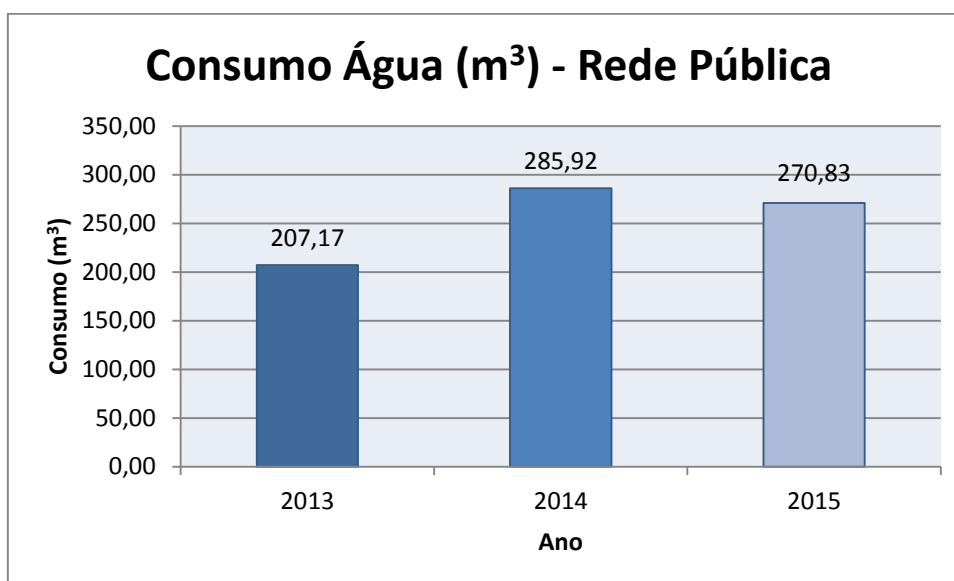


Figura 24 - Evolução dos consumos anuais de água

Como se pode observar, o desenvolvimento dos consumos de água nos últimos anos não é regular.

Todos os efluentes líquidos produzidos dentro das instalações da Sasal são rejeitados no coletor municipal.

4.5. Emissões Atmosféricas

O processo produtivo da Sasal não apresenta emissões de poluentes atmosféricos de natureza pontual ou difusa. No entanto, de acordo com o DL nº 56/2011, a organização está obrigada a verificar os equipamentos que contenham gases fluorados com efeito de estufa, nomeadamente os equipamentos de ar condicionado.

A tabela que se segue apresenta o levantamento dos equipamentos de ar condicionado na fábrica, referindo o tipo e a quantidade de gás presente nos diversos dispositivos.

Tabela 9 - Equipamentos de ar condicionado contendo gases fluorados

Marca	Localização	Gás	Quantidade (g)	Quantidade (ton eq CO ₂)
Midea	Logística produção	R410A	670	0,01
Midea	Gabinete Engenharia	R407C	1200	2
Midea	Gabinete Logística	R407C	1200	2
Midea	Gabinete Corte	R407C	850	2
Midea	Sala Zela	R407C	850	2
Sanyo	Sala Vouga	R410A	1250	3
Sanyo	Gabinete UAP	R410A	1250	3
Sanyo	Sala IT	R410A	1100	2
Sanyo	Sala Vouzela	R410A	1250	3
Sanyo	Gabinete Divisão	R410A	1000	2
Sanyo	Gabinete Diretor	R410A	1000	2
Sanyo	Gabinete Controlo Gestão	R410A	1000	2
Sanyo	Open Space	R410A	1600	2
Sanyo	Open Space	R410A	1600	2
Midea	Gabinete Rec. Humanos	R407C	1200	2
Midea	Cantina	R407C	2600	4,61
Midea	Gabinete RTM	R410A	1200	3
Midea	Cantina	R410A	2200	4,59
Midea	Cantina	R410A	2200	4,59
EMERSON	Sala IT - bastidores	R407C	2500	4
MTA	Secador de ar comprimido	R134a	1250	2

Pela análise da tabela, é possível observar a conversão da quantidade de gás em gramas para toneladas equivalentes de CO₂, feita através de um conversor disponibilizado no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Como nenhum dos valores apresentados atinge as 5 ton eq CO₂, pelos critérios apresentados no DL n.º 56/2011, a Sasal não necessita de reportar os seus dados anualmente à APA.

4.6. Ruído

Não especificado no plano diretor municipal (PDM), é assumido que a empresa Sasal S.A. está localizada numa zona classificada como Zona Mista, uma vez que se encontra numa zona industrial. No ano de 2008, foram realizadas medições do ruído ambiente decorrente do funcionamento da instalação para avaliação dos requisitos legais aplicáveis nos recetores mais próximos, potencialmente mais afetados pelo ruído. Apesar dos valores obtidos datarem o já distante ano de 2008, estes resultados podem ainda ser considerados válidos, uma vez que a fábrica e o seu processo produtivo não sofreram alterações significativas.

Os resultados foram avaliados conforme o Regulamento Geral do Ruído (RGR), aprovado pelo Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de Janeiro, de acordo com o artigo 13º, Critério dos Acréscimos, Incomodidade Sonora, CI, para o período diurno e Critério de Exposição Máxima, CEM, artigo 11º, para os períodos diurno, entardecer e noturno.

As medições foram realizadas nas imediações da fábrica, na sua envolvente, a sensivelmente 7 metros de distância, situados à mesma cota da fonte emissora, local aparentemente mais desfavorável. As medições acústicas foram efetuadas durante os meses de junho e julho em duas amostragens, representativas e abrangentes de modo a caracterizar a envolvente em estudo, mediante diversas medições.

O procedimento utilizado para a obtenção dos valores de medição está de acordo com a metodologia constante na NP 1730 e na ISO 1996-2_2007.

Na Tabela 10 são apresentados os diversos valores do nível sonoro contínuo equivalente do Ruído Ambiente, $LA_{eq,T}$, obtido nas diferentes recolhas, durante a vigência dos diversos períodos de referência e ainda os diversos Indicadores de ruído, L_d , L_e , L_n e L_{den} , valores descritos em dB(A).

Tabela 10 - Indicadores de ruído, L_d , L_e , L_n e L_{den}

	Período Diurno	Período Entardecer	Período Noturno
$LA_{eq,T}$	54,4	52,4	51,6
Cmet	0	0	0
	L_d	L_e	L_n
	54,4	52,4	51,6
Lden	58,4		

Na Tabela 11 são apresentados os níveis sonoros contínuos equivalentes com ($LA_{eq}(RA)$) e sem ($LA_{eq}(RR)$) níveis sonoros significativos nas imediações da atividade em análise, bem como, a respetiva diferença de valores, nos diferentes pontos. Através destes valores e tendo em conta as devidas correções, é calculado o valor de L_{AR} .

Tabela 11 - Diferença entre níveis sonoros contínuos equivalentes, com e sem níveis sonoros significativos, em dB(A)

Medição	int./ext.	$LA_{eq}(RA)$ fast/impul.	$LA_{eq}(RA)_{imp-}$ $LA_{eq}(RA)_{fast}$	$LA_{eq}(RR)$ fast/impul.	$LA_{eq}(RR)_{imp-}$ $LA_{eq}(RR)_{fast}$	K1	K2	LAr
Diurno R1	ext	<u>51,8</u> 53,2	1,4	<u>54,1</u> 55,9	1,8	0	0	51,8
Diurno R2	ext	<u>53,9</u> 55,5	1,6	<u>51,5</u> 54,1	2,6	0	0	53,9
Entardecer R1	ext	<u>51,6</u> 54,5	2,9	<u>52,5</u> 53,6	1,1	0	0	51,6
Entardecer R2	ext	<u>53,4</u> 55,4	2,0	<u>52,6</u> 56,0	3,4	0	0	53,4
Noturno R1	ext	<u>50,8</u> 52,3	1,5	<u>51,1</u> 53,7	2,6	0	0	50,8
Noturno R2	ext	<u>51,9</u> 53,1	1,2	<u>49,1</u> 50,4	1,3	0	0	51,9

A análise do acréscimo nos níveis sonoros contínuos equivalentes ($LAr - LA_{eq}(RR)$) face à legislação vigente é apresentada na Tabela 12, verificando o cumprimento dos requisitos impostos.

Tabela 12 - Acréscimo nos níveis sonoros contínuos equivalentes ($LAr - LA_{eq}(RR)$) face à legislação

	LAR	$LA_{eq}(RR)$	$LAr - LA_{eq}(RR)$	Limite	Cumprimento CL
Período Diurno	53,0	53,0	0,0	5	Cumpre
Período Entardecer	52,6	52,6	0,0	4	Cumpre
Período Noturno	51,4	50,2	1,2	3	Cumpre

Do ensaio efetuado e da análise dos resultados apresentados, tendo por base o Regulamento Geral do Ruído, verifica-se que:

- O indicador do ruído diurno-entardecer-noturno (L_{den}) obtido foi de 58,4 dB(A) e o indicador de ruído noturno (L_n) obtido foi de 52 dB(A), face ao limite permitido para L_{den} de 63 dB(A) e L_n de 53 dB(A), logo cumpre com o regulamentado;
- Na envolvente das instalações da atividade em análise, num local aparentemente mais desfavorável o acréscimo nos níveis sonoros contínuos equivalentes ($LAr - LA_{eq}(RR)$) é de 0 dB(A), 0 dB(A) e 1 dB(A) face ao limite permitido de 5 dB(A), 4 dB(A) e 3 dB(A) no período diurno, entardecer e noturno, respetivamente, cumprindo assim com o regulamentado.

5. Implementação do Sistema de Gestão Ambiental de acordo com a norma ISO 14001:2015

5.1. Liderança

5.1.1. Liderança e Compromisso

Nesta fase inicial do projeto, a gestão de topo da Sasal, representada no seu mais alto nível pelo seu diretor de fábrica, assume o compromisso de fornecer todos os recursos necessários para a implementação do Sistema de Gestão Ambiental na organização.

A *posteriori*, os órgãos de liderança da Sasal, indicam a nomeação do responsável pela coordenação HSE da fábrica, ficando este com a responsabilidade de assegurar o planeamento, desenvolvimento e funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental e reportar toda a informação relevante sobre o seu desempenho à gestão de topo, assim como ideias de melhoria.

5.1.2. Política Ambiental

A Política Ambiental deve constituir a força de arranque para a implementação e melhoria do SGA, de forma a que a organização melhore continuamente o seu desempenho ambiental. Para tal, deve definir, de forma clara, as diretrizes do SGA, refletindo o compromisso da gestão de topo e servir de guia ao estabelecimento dos objetivos e metas. Deve estar documentada e assentar em três pilares essenciais, identificados e descritos na ilustração que se segue (Pinto, 2005).

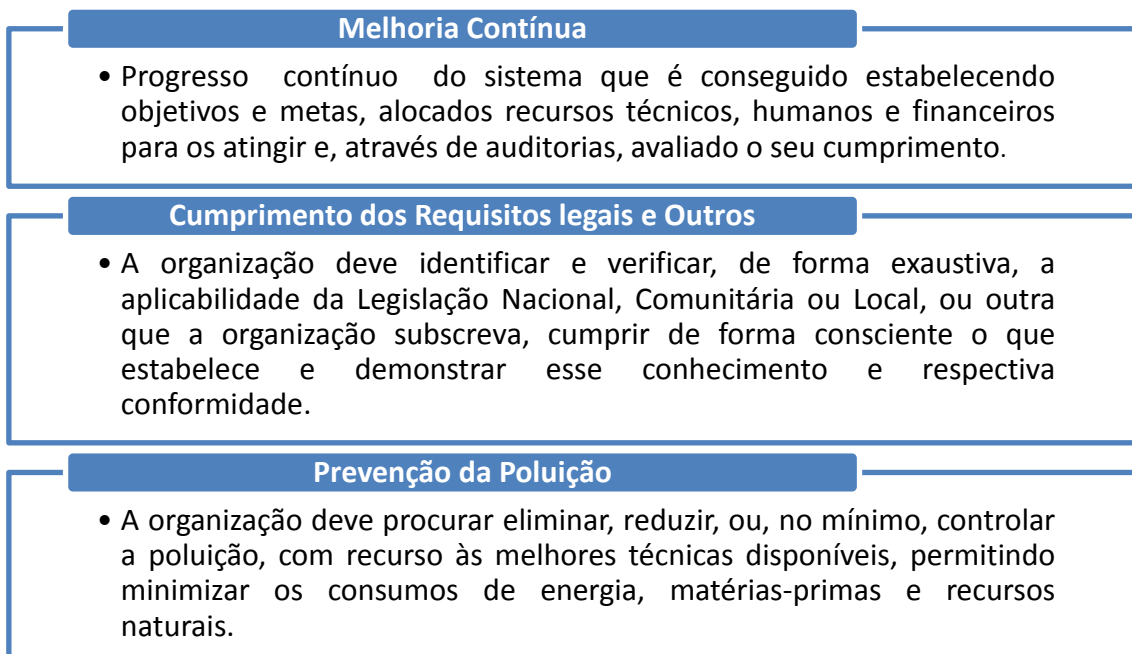


Figura 25 - Pilares essenciais da Política Ambiental (Adaptado de Pinto, 2005)

Dentro desta temática da Política Ambiental, são apresentados os seguintes requisitos na última versão da ISO 14001 (ISO, 2015):

- Apropriada para o propósito e contexto da organização, incluindo a natureza, a escala e os impactes ambientais das suas atividades, produtos e serviços;
- Proporcionar um enquadramento para a definição dos objetivos ambientais;
- Incluir um compromisso para a proteção do ambiente, incluindo a prevenção da poluição e outros compromissos específicos relevantes para o contexto da organização;
- Incluir um compromisso para o cumprimento das obrigações de conformidade;
- Incluir um compromisso para a melhoria contínua do sistema de gestão ambiental, a fim de melhorar o desempenho ambiental.

A Política Ambiental deve (ISO, 2015):

- Ser mantida como informação documentada;
- Ser comunicada no seio da organização;
- Estar disponível para as partes interessadas.

Tendo em conta a informação apresentada e de forma a corresponder a todos os requisitos definidos na ISO 14001, foi criada a Política Ambiental da Sasal S.A.. Este documento é apresentado no Anexo II deste relatório.

5.1.3. Funções, Responsabilidades e Autoridades Organizacionais

A Organização deve definir e documentar as atribuições, as responsabilidades e a autoridade para as funções dos colaboradores que gerem, executam e verificam o trabalho associado ao SGA (Segurado & Oliveira, 2009).

As atribuições e responsabilidades devem ser bem definidas, comunicadas e entendidas por todas as pessoas que trabalhem para a Organização ou em seu nome (Segurado & Oliveira, 2009).

Perante isto, e uma vez que o organograma representativo da estrutura funcional da Sasal já se encontra apresentado no ponto 3.3 do presente relatório, é demonstrada abaixo a distribuição das funções e responsabilidades dos diferentes postos de trabalho dentro da organização perante o Sistema de Gestão Ambiental.

➤ Diretor de Fábrica

Estão definidas como responsabilidades do diretor de fábrica perante o SGA as seguintes:

- Verificação da consistência entre as políticas da fábrica e as políticas do grupo, tendo em conta a regulamentação local, regional e nacional;

- Delegação de responsabilidades relacionadas com funções de trabalho específicas, relativas à segurança e ao meio ambiente dentro da organização;
- Fornecer os recursos e a autoridade necessária para que os colaboradores possam ser encarregues da conformidade de determinados requisitos;
- Trabalhar, junto do coordenador do SGA, na informação prestada à comunicação social e a outras partes interessadas;
- Garantir que todos os colaboradores com responsabilidades relacionadas com os aspetos ambientais são devidamente formados e instruídos, para que possa ser atingido e mantido um estado de conformidade em melhoria contínua.

➤ **Coordenação HSE**

Como já mencionado no ponto 5.2.1., Liderança e Compromisso, o coordenador HSE é o responsável eleito pela gestão de topo, ficando este com a responsabilidade de assegurar o planeamento, desenvolvimento e funcionamento do Sistema de Gestão Ambiental e reportar toda a informação relevante sobre o seu desempenho à gestão de topo.

Esta responsabilidade deverá ser dada a conhecer a todos os órgãos relevantes. A descrição das responsabilidades mencionadas, embora de forma não exaustiva, encontram-se a seguir expostas:

- Principal responsável pela implementação e eficácia do Sistema de Gestão Ambiental;
- Prestação de relatórios periódicos à gestão de topo sobre a eficácia do SGA, indicando qualquer potencial de melhoria, e quaisquer desenvolvimentos que afetem o programa de implementação;
- Coordenação na definição de objetivos e metas ambientais e desenvolvimento dos programas associados;
- Identificação e atualização de todos os requisitos legais relevantes para a organização;
- Principal responsável por assegurar que a instalação cumpre com a legislação ambiental aplicável, requisitos da ISO 14001, e todos os outros requisitos ambientais da empresa e da divisão;
- Coordenação de inspeções e auditorias;
- Definição de não-conformidades, ações corretivas e medidas preventivas;
- Supervisão da manutenção de procedimentos e registos relacionados com o sistema de gestão;
- Coordenar outros membros da equipa com responsabilidades ambientais específicas;
- Liderar o desenvolvimento e implementação da conformidade ambiental: redução de riscos, reciclagem, minimização da produção de resíduos e

minimização de consumo de energia, resposta de emergência, segurança de processos, gerenciamento de produtos químicos, investigação de incidentes e outros programas;

- Avaliar os riscos ambientais e recomendar ações para minimizá-los;
- Revisão de mudanças referentes aos impactes ambientais;
- Fornecer formação específica na área ambiental para os colaboradores da organização;
- Executar e documentar auditorias periódicas às instalações que necessitem de supervisão em matéria ambiental;
- Identificação e criação de registos de todos os fluxos de resíduos criados pelas diferentes operações dentro da organização.
- Definição de práticas de monitorização de limpeza e manuseamento de materiais perigosos, de forma a assegurar que não exista nenhuma ameaça para a saúde humana, assim como para o meio ambiente.
- Consciencialização da comunidade e realização de programas educativos de forma a promover a responsabilidade ambiental.

➤ **Responsável IT**

As responsabilidades do departamento informático são as seguintes:

- Proporcionar espaço no servidor da organização para armazenamento de documentos ambientais.
- Conforme necessário, fornecer outro suporte de gerenciamento de dados.

➤ **UAP Managers e Supervisores**

Descrição das responsabilidades dos UAP *Managers* e respetivos supervisores:

- Servir de primeiro contacto no que diz respeito às questões ambientais nas diferentes unidades de produção;
- Auxiliar na implementação do sistema de gestão ambiental, redução de riscos, reciclagem, minimização da produção de resíduos, minimização de consumos de energia, resposta de emergência, gerenciamento de produtos químicos, investigação de incidentes e outras iniciativas ambientais, conforme apropriado;
- Apoiar ativamente e promover a Política Ambiental nos processos dentro da sua unidade de produção;
- Acompanhamento da conformidade ambiental nas suas unidades e realização de relatórios apresentando não-conformidades ao responsável do SGA;
- Auxiliar na identificação e avaliação dos aspetos ambientais;

- Fornecer informação sobre as necessidades de formação dos diferentes operadores;
- Assegurar que todos os procedimentos ambientais sejam cumpridos nas suas unidades de produção.

➤ **Manutenção**

Relacionadas com o SGA, as responsabilidades dirigidas aos responsáveis da manutenção são as seguintes:

- Realização de toda a manutenção necessária sobre os instrumentos e equipamentos críticos;
- Executar todas as calibrações necessárias nos equipamentos;
- Manter os registos necessários referentes à manutenção e calibração.

➤ **Departamento PC&L**

Estão definidas como responsabilidades do Departamento PC&L perante o SGA as seguintes:

- Compreender e implementar políticas da organização em matéria de contratos de fornecedores;
- Considerar as implicações ambientais nas decisões de compra, incluindo os efeitos gerais sobre as instalações e resíduos do cliente;
- Garantir que todos os produtos adquiridos receberam aprovação ambiental.

➤ **Controlo de Gestão**

As funções do departamento de controlo de gestão passam pelo seguinte:

- Garantir que o *input* é obtido tendo em conta a função de gestão ambiental durante o desenvolvimento dos orçamentos operacionais e de capital;
- Assegurar uma análise ambiental na aprovação de projetos de capital;
- Ter em conta a função ambiental no desenvolvimento de dados financeiros para análise de custo.

➤ **Todos os Colaboradores**

No mínimo, todos os funcionários da Sasal devem:

- Apoiar ativamente a Política Ambiental da organização e os programas para a sua implementação;
- Praticar continuamente a proteção ambiental e incentivar outros a fazer o mesmo.

- Cumprir com os controlos operacionais aplicáveis aos seus postos de trabalho, em matéria ambiental;
- Informar imediatamente os seus supervisores de quaisquer perigos ambientais que vão além de sua capacidade ou autoridade para corrigir.

5.2. Planeamento

5.2.1. Ações para Tratar Riscos e Oportunidades

5.2.1.1. Generalidades

Nesta fase da implementação do sistema de gestão pretende-se estabelecer os objetivos e processos necessários para alcançar os resultados de acordo com os requisitos ambientais e estratégicos da organização.

Para que tal fim seja atingindo, numa primeira etapa é estabelecido um procedimento que permita a identificação dos aspetos ambientais associados às atividades, serviços e produtos englobados na organização, com determinação dos respetivos impactes ambientais. Através de uma metodologia elaborada internamente, é realizada uma avaliação que permite identificar os aspetos ambientais mais significativos.

Posteriormente, é feito um levantamento de todos os requisitos legais e outros requisitos aplicáveis à Sasal, e finalmente são elaborados objetivos e metas ambientais, que deverão ser mensuráveis e consistentes com a política ambiental. Para que tais operações sejam efetuadas com sucesso é essencial redigir a forma como se realizam, controlam e registam as atividades e práticas efetuadas na organização.

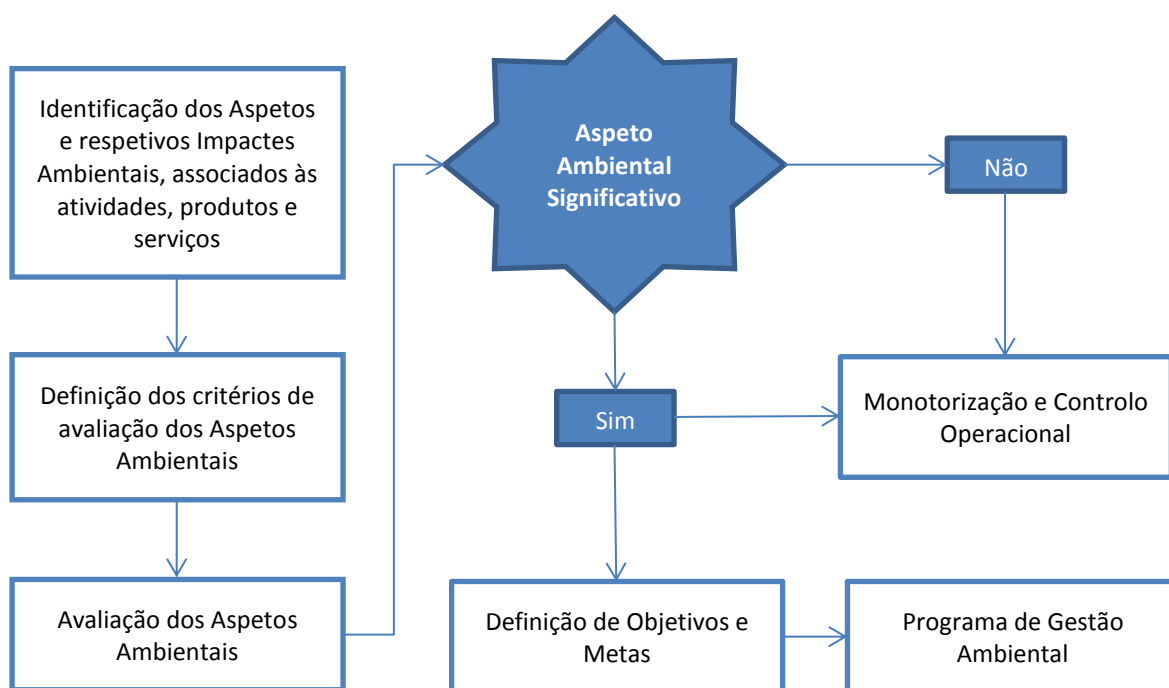


Figura 26 - Esquema da etapa de planeamento do SGA (Adaptado de (Santos, 2006))

5.2.1.2. Aspetos Ambientais

Como demonstrado no esquema acima, uma das etapas fundamentais para o planeamento de um SGA passa pela identificação e avaliação de aspetos ambientais. Segundo a norma ISO 14001:2015, um aspeto ambiental é um elemento da organização, atividades, produtos ou serviços que interagem ou podem interagir com o ambiente. A estes aspetos encontram-se associados impactes ambientais, definidos pela mesma norma como modificações no meio ambiente, podendo ser positivos ou negativos, que resultam dos aspetos ambientais, existindo assim uma relação causa-efeito.

O levantamento dos diferentes aspetos ambientais foi realizado tendo em conta as atividades desenvolvidas em cada um dos setores da empresa. Para cada setor foram indicadas as atividades desenvolvidas associando-se os aspetos ambientais e respetivos impactes ambientais. Os aspetos ambientais são obtidos sob a forma de entradas (consumos) e saídas (produções e emissões).

Atendendo que cada aspeto ambiental e respetivo impacto têm um peso diferente em matéria de contaminação ambiental, os aspetos ambientais devem ser avaliados relativamente à sua significância, determinando os que têm ou podem ter impactos ambientais significativos sobre o ambiente.

A significância de um aspeto refere-se à importância atribuída à alteração provocada no ambiente (impacte ambiental), considerando-se assim que os aspetos ambientais podem ser Significativos ou Não Significativos.

Uma vez que a norma ISO 14001 não especifica uma metodologia a adotar para a avaliação dos aspetos ambientais, neste trabalho foi adotada uma metodologia baseada em diversos métodos de avaliação, optando por utilizar os parâmetros e critérios que mais se adequam à realidade da Sasal.

A metodologia criada encontra-se descrita no procedimento referente aos aspetos ambientais, para identificação e avaliação dos mesmos e respetivos impactes. A metodologia recorre a critérios de análise, nomeadamente funcionamento da atividade (normal, anormal ou emergência), tipo de impacto (direto ou indireto) e critérios ambientais (Probabilidade, Gravidade, Magnitude e Escala), encontrando-se este procedimento descrito no Anexo III.

A tabela referente à matriz de identificação e Avaliação dos Aspetos e Impactes Ambientais encontra-se representada no Anexo IV.

A identificação de aspetos ambientais e a determinação da sua significância constitui a base de todo o sistema de gestão, pelo que é muito importante que seja bem elaborada, sob risco de inviabilizar a eficácia de todas as etapas posteriores, nomeadamente (Pinto, 2005):

- Estabelecimento dos objetivos, metas e programas;
- A formação e a sensibilização;
- A gestão e o controlo ambiental corrente.

5.2.1.3. Obrigações de Conformidade

As obrigações de conformidade, diretamente relacionadas com o cumprimento dos requisitos legais e outros requisitos, é um critério importante no planeamento do sistema de gestão ambiental, pois fornece segurança jurídica à empresa, bem como a minimização de custos por via das coimas (Almeida & Real, 2005). Para além do referido, a aplicação da legislação, bem como a sua atualização, são importantes dado que na política ambiental se menciona o compromisso da organização em cumprir os requisitos legais, visto que pode comprometer a imagem da organização.

Neste ponto, a organização deve estabelecer a forma de aceder e identificar os requisitos legais (legislação Internacional, Nacional, Regional, Local ou Municipal) que lhe são aplicáveis ou outros que a organização subscreva (normas, acordos com autoridades públicas, clientes, etc.), determinando a forma como esses requisitos se aplicam aos seus aspetos ambientais e a forma de mantê-los atualizados (Pinto, 2005).

Além do conhecimento, a organização deve compreender a forma de aplicar esses requisitos, pelo que deve analisar a aplicabilidade dos documentos legais e especificar e registar as obrigações deles recorrentes (Pinto, 2005).

Para que este requisito seja alcançado com sucesso, a Sasal mantém um contrato de subscrição de legislação anotada com uma empresa especializada, garantindo que o acesso aos requisitos legais se mantém devidamente atualizado e a informação da forma sob a qual devem ser aplicados.

Assim, para efeitos do presente trabalho, foi realizado um levantamento dos requisitos legais na temática ambiental, que se encontra apresentado na tabela do Anexo V. Na referida tabela, é avaliada a aplicabilidade e a conformidade dos requisitos referentes aos diferentes diplomas, associados aos diversos temas: âmbito geral, resíduos, ruído, ar, água, energia, produtos químicos, equipamentos sob pressão e petróleo, derivados e gás.

Depois da análise da conformidade, os parâmetros em que se verifiquem não conformidades, são estudados pela organização e são criados planos de ações para que a situação seja revista. Mesmo em caso de conformidade, se a gestão de topo assim o entender, são apresentadas propostas de melhoria. Estas ações encontram-se representadas no planeamento para o atingir dos objetivos, abordado em 5.2.2.2..

5.2.2. Objetivos Ambientais e Planeamento para os Atingir

5.2.2.1. Objetivos Ambientais

Um Objetivo Ambiental entende-se como uma finalidade ambiental geral, que decorre da política ambiental, sendo quantificado, quando possível, e que a organização se propõe a atingir (Pinto, 2005). São a base para o êxito do processo de melhoria contínua, visando proporcionar um melhor desempenho ambiental.

A definição de objetivos deve considerar as seguintes vertentes, tendo em conta os seus riscos e oportunidades (Segurado & Oliveira, 2009):

- Concordância com a Política Ambiental;
- Requisitos legais e outros: não devem ser estabelecidos objetivos que ponham em causa o cumprimento de limites legais ou outros aceites pela organização;
- Aspetos Ambientais Significativos: o estabelecimento de objetivos deve ter em conta os aspetos que são classificados como significativos. O relevante é que todos os aspetos significativos sejam entradas para o processo de definição de objetivos, não significando que todos tenham de ter um objetivo associado;
- Opinião das partes interessadas: na definição de objetivos e metas, a organização deve tentar ir ao encontro das preocupações das partes interessadas.

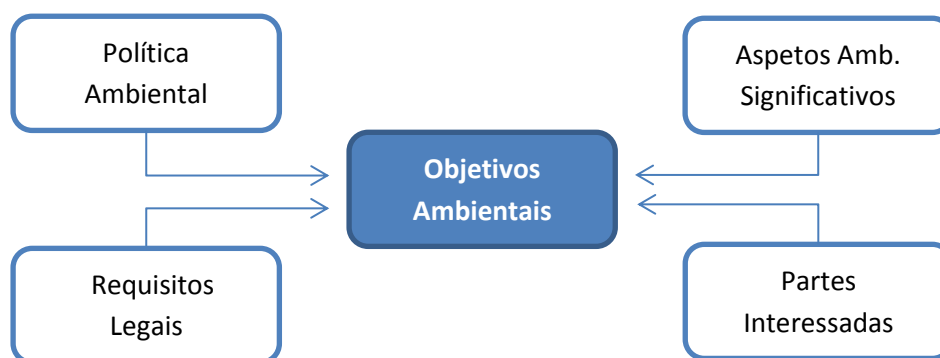


Figura 27 - Vertentes a considerar no estabelecimento de Objetos Ambientais

Nesta fase do trabalho e diretamente relacionadas com os Objetivos Ambientais, é usual a consideração das metas ambientais. Estas podem ser definidas como um critério importante para um desempenho ambiental pormenorizado, quantificado, que decorre de um objetivo ambiental e que deve ser estabelecido e concretizado de modo a atingir esse objetivo.

Os objetivos ambientais deverão ser comunicados às pessoas que trabalham sob o controlo da organização e que tenham a capacidade de influenciar o atingir dos objetivos ambientais (ISO, 2015).

Os objetivos e metas devem ser periodicamente analisados e criticamente revistos.

Posto isto, os objetivos e metas ambientais referentes à Sasal encontram-se estipulados segundo os critérios aqui descritos e depois de revistos pela gestão de topo, apresentados no Plano de Ações para tratar Riscos e Oportunidades, presente no anexo VI, e descrito no ponto abaixo.

5.2.2.2. Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais

O Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais é visto como uma ferramenta para a concretização dos mesmos e das metas ambientais definidas. Este planeamento informa o modo como a organização se propõe a atingir os seus objetivos e metas, e deve conter a calendarização, os responsáveis e os recursos necessários à sua implementação. Deve ainda ser documentado e comunicado aos colaboradores, devendo ser acompanhado quanto ao seu grau de concretização, de forma a ser periodicamente reavaliado e caso necessário ajustado (Segurado & Oliveira, 2009).

O plano tem de ser aprovado pela gestão de topo, uma vez que é necessário garantir que os meios e recursos necessários à sua concretização sejam previamente assegurados (Segurado & Oliveira, 2009).

O alcance do programa depende das capacidades financeiras, tecnológicas e humanas da Organização. Deve ter em consideração que uma meta está associada a um objetivo, que por sua vez está associado a um ou mais aspetos ambientais. Para cada objetivo, devem ser respondidas as seguintes questões: *Quem?, Faz o quê?, Com que meios?, Em que prazos?* (Segurado & Oliveira, 2009).

Como já anteriormente referido, foram indicados pela coordenação HSE à gerência da Sasal um conjunto de vários exemplos de objetivos e metas que poderiam ser implementados na empresa.

Após a análise destes, foram então definidos e estabelecidos, no Planeamento de Ações, apresentado no Anexo VI, os objetivos e metas a implementar, bem como as ações a realizar para os alcançar, os prazos adequados e os meios necessários.

Posteriormente, devem ser desenvolvidos métodos para recolha e registo de dados para posterior análise, por forma a medir e monitorizar os objetivos traçados. A monitorização destes dados é importante, visto que é a partir destes que é possível efetuar-se uma análise ao desempenho ambiental da organização.

Quanto à atribuição de responsabilidades, é fundamental averiguar os conhecimentos, a formação e as capacidades que uma determinada atividade exige.

6. Conclusões

O principal objetivo inerente ao trabalho realizado consistiu no contributo para a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental de acordo com o referencial normativo ISO 14001:2015, na Sasal – Assentos para Automóveis, S.A., do grupo multinacional Faurecia.

Neste relatório, incidindo principalmente sobre os requisitos pendentes com as fases de Liderança e Planeamento da Norma citada, o conjunto de propósitos definidos inicialmente foram, na sua generalidade, atingidos com sucesso. Destacam-se, neste processo de preparação do SGA, a definição da Política Ambiental da organização, a atribuição de Funções, Responsabilidades e Autoridades Organizacionais, a identificação e avaliação dos aspetos ambientais, a análise das Obrigações de Conformidade e ainda o estabelecimento de Objetivos Ambientais e o planeamento para os atingir.

Após o processo de identificação dos aspetos ambientais, tendo em conta todas as operações e atividades da organização, foi definido um procedimento que permite a avaliação dos mesmos, onde é indicada uma metodologia que foi internamente desenvolvida para se adaptar às características da empresa. A aplicação desta metodologia permite uma avaliação da significância, classificando os aspetos ambientais como significativos ou não significativos. Do resultado desta avaliação, surgem como aspetos ambientais significativos os seguintes: Produção de Resíduos (Resíduos de Fibras Têxteis, Plástico, Madeira e RSU), Consumo de Energia (Elétrica e Gás Propano), Consumo de Água, Consumo de Produtos Químicos e, em caso de emergência, as Emissões Atmosféricas resultantes de um incêndio.

Na fase de análise das Obrigações de Conformidade, onde se procede à identificação dos requisitos legais e outros requisitos e à avaliação da sua conformidade, foram identificadas algumas inconformidades legais, devidamente assinaladas no decorrer do presente relatório.

Tendo então em conta as inconformidades legais referidas, assim como os aspetos ambientais significativos identificados, e relacionando estes com a Política Ambiental e a relevância das Partes Interessadas, foram finalmente definidos os Objetivos Ambientais da organização e elaborado o planeamento para os atingir.

Durante a realização deste trabalho surgiram algumas dificuldades, como por exemplo, na aplicação de uma metodologia de avaliação de significância que fosse o menos subjetiva possível e que fosse exequível a sua implementação durante o tempo de realização deste trabalho. É recomendado que no futuro sejam estudadas outras metodologias de avaliação, de modo a determinar qual a mais adequada às atividades da organização.

Apesar de ser um dos novos requisitos da norma ISO 14001, não foi possível ter em consideração neste trabalho a Análise do Ciclo de Vida (ACV) na avaliação dos aspetos ambientais, devido essencialmente ao fato de grande parte dos fornecedores e clientes da Sasal, estarem sediados no estrangeiro, tornando difícil o contacto e acompanhamento dos produtos, em tão curto espaço de tempo.

Outro obstáculo encontrado, prende-se com o facto de a nova ISO 14001 ter sido lançada apenas em setembro do ano passado, sendo por isso muito recente, levando a que em muitas das novidades e dos novos requisitos não exista ainda uma uniformidade de opiniões sobre a forma como devem ser analisados e integrados no SGA.

O tempo limitado para a realização do estágio curricular, possibilitou ao autor abordar apenas algumas das fases de implementação de um SGA. No entanto, sabendo que as expectativas da gestão de topo da Sasal, S.A., são as de obter a certificação ambiental, é recomendada a implementação das restantes etapas do processo, de forma a dar continuidade ao trabalho desenvolvido até aqui e a permitir que sejam atingidos objetivos mais ambiciosos.

Neste seguimento, é importante salientar uma correspondência quase linear entre alguns dos requisitos presentes na ISO 14001 e na ISO TS, referencial normativo de Qualidade já implementado na organização. Assim, propõe-se uma integração destes requisitos do SGA no SGQ, facilitando o estabelecimento dos procedimentos e instruções comuns.

O balanço da realização deste estágio curricular é, sem dúvida, positivo, uma vez que foi fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais a nível da implementação de sistemas de gestão ambiental, permitindo a aquisição e aplicação de conhecimentos na área ambiental em contacto com a realidade industrial.

A oportunidade de integrar um grupo de referência no ramo automóvel, ao qual se associa uma equipa multidisciplinar competente, revelou-se uma experiência extremamente enriquecedora, que certamente trará ao autor os mais diversos benefícios no seu trajeto profissional.

6.1. Bibliografia

- Almeida, A. L. M., & Real, D. (2005). Guia de referência para a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental segundo a Norma ISO 14001:2004. *QTEL & AIP – Direção de Associativismo e Competitividade Empresarial*.
- Basílio, C., Freire, E., Calvinho, M., & Segurado, N. (1999). *Práticas de Sistemas de Gestão Ambiental*. NPF - Pesquisa e Formação. Sintra.
- BSI Group. (2015). ISO 14001 - Environmental Management System - Transition Guide. Página consultada em fevereiro de 2016 em <http://www.bsigroup.com>
- Calado, A. S. (2007). *Desenvolvimento do Sistema de Gestão Ambiental da Matutano*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Biológica. Instituto Superior Técnico. Universidade Técnica de Lisboa.
- Carvalho, I. (2009). *Avaliação do Processo de Implementação de Sistemas de Gestão Ambiental*. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente. Universidade de Aveiro.
- EIC - Empresa Internacional de Certificação. (2015). ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015 - Plano de Transição Previsível. Página consultada em fevereiro de 2016 em <http://www.eic.pt>
- Environmental Innovations Branch. (2004). Environmental Management Systems and ISO 14000: an overview. *Nova Scotia Environment & Labour, Pollution Prevention Program*. Página consultada em fevereiro de 2016 em <https://www.novascotia.ca>
- Faurecia (2016). Página consultada em junho de 2016 em <http://www.faurecia.com>
- Ferrão, P. C. (1998). *Introdução à Gestão Ambiental: a avaliação do ciclo de vida de produtos*. IST Press. Lisboa.
- Gonçalves, V. (2001). Sistemas de Gestão Ambiental. *Indústria e Ambiente*, 25–26.
- ISO. (2012). *Sistemas de Gestão Ambiental – Especificações e linhas de orientação para a sua utilização. NP EN ISO 14001: 2004*. Lisboa.
- ISO. (2015). *Sistemas de Gestão Ambiental - Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (ISO 14001:2015)*.
- Jabbour, C. J. C., & Santos, F. C. A. (2006). Evolução da Gestão Ambiental na Empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. *Gestão & Produção*, 13, 435–448.
- Michelis, E.-A. (2015). *Faurecia - 2014 Results and 2015 Objectives*. Página consultada em fevereiro de 2016 em <http://www.faurecia.com>
- Nawrocka, D. (2008). Environmental supply chain management, ISO 14001 and RoHS. How are small companies in the electronics sector managing? *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15, 349–360.

- Pinto, A. (2005). *Sistemas de Gestão Ambiental – Guia para a sua implementação* (1ª ed.). Sílabo. Lisboa.
- Rondinelli, D., & Vastag, G. (2000). Panacea, Common Sense, or just a label? The value of ISO 14001 Environmental Management System. *European Management Journal*, 18, 499–510.
- Santos, F. (2006). *Caracterização dos aspectos e impactes ambientais da Ferespe*. Relatório de Estágio. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Segurado, M. T., & Oliveira, R. (2009). Guia Interpretativo EN NP ISO 14001:2004. APCER.
- Shrivastava, P. (1995). Environmental technologies and competitive advantage. *Strategic Management Journal*, 16, 183–200.
- The ISO Survey - Evolution of ISO 14001 certificates in Portugal. (2014). Página consultada em Janeiro de 2016 em <http://www.iso.org>
- Welford, R. (1998). *Corporate Environmental Management: Systems and Strategies* (2ª ed.). Earthscan. London.
- Westley, F., & Vredenburg, H. (1996). Sustainability and the Corporation. *Journal of Management Inquiry*, 5, 104–119.

Legislação Consultada

2016

Decreto-Lei n.º 13/2016, de 9 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 48 — 9 de março de 2016

2015

Regulamento (UE) 2015/830 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 132/8, 29 de maio de 2015

Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 32 — 16 de fevereiro de 2015

Decreto-Lei n.º 73/2015, de maio de 2015, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 90 — 11 de maio de 2015

Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 90 — 11 de maio de 2015

Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 128 — 3 de julho de 2015

Portaria n.º 289/2015, de 17 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 182 — 17 de setembro de 2015

Decreto-Lei nº 214-G/2015, de 02 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 193 — 2 de outubro de 2015

Decreto-Lei nº 246-A/2015, de 21 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 206 — 21 de outubro de 2015

Declaração de Retificação nº 38/2015, de 1 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 170 — 1 de setembro de 2015

Portaria nº 307/2015, de 24 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 187 — 24 de setembro de 2015

Despacho nº 7110/2015, de 29 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 124 — 29 de junho de 2015

2014

Decisão da comissão 2014/955/UE, de 18 de dezembro de 2014, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 370/44, de 30 de dezembro de 2014

Lei nº 82-D/2014, de 31 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 252 — 31 de dezembro de 2014

Decreto-Lei nº 19-A/2014, de 7 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 27 — 7 de fevereiro de 2014

Decreto-Lei nº 19/2014, de 14 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 73 — 14 de abril de 2014

Decreto-Lei nº 67/2014, de 07 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 87 — 7 de maio de 2014

Decreto-Lei nº 85/2014, de 27 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 101 — 27 de maio de 2014

Decreto-Lei nº 165/2014, de 05 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 214 — 5 de setembro de 2014

Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 173 — 9 de setembro de 2014

Declaração de Retificação nº 46-A/2014, de 10 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 217 — 10 de novembro de 2014

2013

Regulamento (UE) nº 348/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de abril, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 108/1, 18 de abril de 2013

Regulamento (UE) nº 944/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 2 de outubro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 261/5, 3 de outubro de 2013

Lei nº 7/2013, de 22 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 15 — 22 de janeiro de 2013

Decreto-Lei nº 88/2013, de 9 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 130 — 9 de julho de 2013

Decreto-Lei nº 127/2013, de 30 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 30 de agosto de 2013

2012

Lei nº 44/2012, de 29 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 167 — 29 de agosto de 2012

Decreto-Lei nº 60/2012, de 14 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 53 — 14 de março de 2012

Decreto-Lei nº 130/2012, de 22 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 120 — 22 de junho de 2012

Decreto-Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 148 — 1 de agosto de 2012

Decreto-Lei nº 217/2012, de 9 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 195 — 9 de outubro de 2012

Decreto-Lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 252 — 31 de dezembro de 2012

2011

Decreto-Lei nº 29-A/2011, de 1 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 42 — 1 de março de 2011

Decreto-Lei nº 56/2011, de 21 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 79 — 21 de abril de 2011

Decreto-Lei nº 57/2011, de 27 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 81 — 27 de abril de 2011

Decreto-Lei nº 73/2011, de 17 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 116 — 17 de junho de 2011

Decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 117 — 20 de junho de 2011

Decreto-Lei nº 95/2011, de 8 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 151 — 8 de agosto de 2011

2010

Lei nº 28/2010, de 2 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 171 — 2 de setembro de 2010

Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 62 — 30 de março de 2010

Decreto-Lei nº 41-A/2010, de 29 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 83 — 29 de abril de 2010

Decreto-Lei nº 82/2010, de 02 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 127 — 2 de julho de 2010

Decreto-Lei nº 90/2010, de 22 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 141 — 22 de julho de 2010

Decreto-Lei nº 98/2010, de 11 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 155 — 11 de agosto de 2010

Declaração de Retificação nº 18/2010, de 28 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 123 — 28 de junho de 2010

2009

Decreto-Lei nº 6/2009, de 6 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 3 — 6 de janeiro de 2009

Decreto-Lei nº 107/2009, de 15 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 94 — 15 de maio de 2009

Decreto-Lei nº 183/2009, de 10 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 153 — 10 de agosto de 2009

Decreto-Lei nº 245/2009, de 22 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 184 — 22 de setembro de 2009

Decreto-Lei nº 267/2009, de 29 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 189 — 29 de setembro de 2009

Decreto-Lei nº 293/2009, de 13 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 198 — 13 de outubro de 2009

Declaração de Rectificação nº 74/2009, de 09 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 196 — 9 de outubro de 2009

Despacho nº 484/2009, de 8 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 5 — 8 de janeiro de 2009

2008

Regulamento (CE) nº 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 353/1, 31 de dezembro de 2008

Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 20 — 29 de janeiro de 2008

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 20 — 29 de janeiro de 2008

Decreto-Lei nº 31/2008, de 25 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 39 — 25 de fevereiro de 2008

Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 74 — 15 de abril de 2008

Decreto-Lei nº 116/2008, de 04 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 128 — 4 de julho de 2008

Decreto-Lei nº 93/2008, de 04 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 107 — 4 de junho de 2008

Despacho nº 17313/2008, de 26 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 122 — 26 de junho de 2008

Decreto-Lei nº 97/2008, de 11 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 111 — 11 de junho de 2008

Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 145 — 29 de julho de 2008

Decreto-Lei nº 173/2008, de 26 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 164 — 26 de agosto de 2008

Decreto-Lei nº 195/2008, de 6 de outubro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 193 — 6 de outubro de 2008

2007

Lei nº 60/2007, de 04 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 170 — 4 de setembro de 2007

Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 12 — 17 de janeiro de 2007

Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 105 — 31 de maio de 2007

Decreto-Lei nº 278/2007, de 1 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 147 — 1 de agosto de 2007

Decreto-Lei nº 389/2007, de 30 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 231 — 30 de novembro de 2007

Decreto-Lei nº 391-A/2007, de 21 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 246 — 21 de dezembro de 2007

Declaração de Retificação nº 18/2007, de 14 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 54—16 de março de 2007

Portaria nº 50/2007, de 9 de janeiro, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 6—9 de janeiro de 2007

2006

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 29 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 136/3, 29 de maio de 2007

Decreto-Lei nº 126/2006, de 03 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 126—3 de julho de 2006

Decreto-Lei nº 157/2006, de 08 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 152 — 8 de agosto de 2006

Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 171—5 de setembro de 2006

Decreto-Lei nº 181/2006, de 6 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 172—6 de setembro de 2006

Decreto-Lei nº 221/2006, de 8 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 215—8 de novembro de 2006

Declaração de Retificação nº 11-A/2006, de 23 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série—N.º 39—23 de fevereiro de 2006

Portaria nº 1023/2006, de 20 de setembro, publicado no Diário da República, 1.ª série — N.º 182—20 de setembro de 2006

2005

Lei nº 58/2005, de 29 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 249—29 de dezembro de 2005

Decreto-Lei nº 133/2005, de 16 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 156—16 de agosto de 2005

Despacho conjunto nº 662/2005, de 6 de setembro, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 171 — 6 de setembro de 2005

2004

Regulamento (CE) nº 648/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de março, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 104/1, 8 de abril de 2004

Decreto-Lei nº 43/2004, de 2 de março, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 52 — 2 de março de 2004

Decreto-Lei nº 78/2004, de 3 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 80 — 3 de abril de 2004

2003

Lei nº 4-A/2003, de 19 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 42 — 19 de fevereiro de 2003

Decreto-Lei nº 153/2003, de 11 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 158 — 11 de julho de 2003

Decreto-Lei nº 196/2003, de 23 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 194 — 23 de agosto de 2003

Portaria nº 1358/2003, de 13 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 287 — 13 de dezembro de 2003

Despacho nº 1859/2003 (2ª série), de 30 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 25 — 30 de janeiro de 2003

2002

Lei nº 15/2002, de 22 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 45 — 22 de fevereiro de 2002

Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 273 — 26 de novembro de 2002

2001

Decreto-Lei nº 111/2001, de 6 de abril, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 82 — 6 de abril de 2001

Decreto-Lei nº 177/2001, de 4 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 129 — 4 de junho de 2001

Portaria nº 460/2001, de 8 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 106 — 8 de maio de 2001

Portaria n.º 690/2001, de 10 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 158 — 10 de julho de 2001

Despacho n.º 22333/2001 (2.ª série), de 30 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 252 — 30 de outubro de 2001

2000

Declaração de Retificação n.º 5-B/2000, de 29 de fevereiro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 50 — 29 de fevereiro de 2000

Portaria n.º 362/2000, de 20 de junho, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 141 — 20 de junho de 2000

1999

Decreto-Lei n.º 521/99, de 10 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 286 — 10 de Dezembro de 1999

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 291 — 16 de dezembro de 1999

1997

Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 293 — 20 de dezembro de 1997

Portaria n.º 335/97, de 16 de maio, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 113 — 16 de maio de 1997

1996

Despacho n.º 242/96, de 13 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 187 — 13 de agosto de 1996

1995

Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 194 — 23 de agosto de 1995

1992

Portaria n.º 1028/92, de 5 de novembro, publicado no Diário da República, 1.ª série-B — N.º 256 — 5 de novembro de 1992

1990

Decreto-Lei n.º 232/90, de 16 de julho, publicado no Diário da República, 1.ª série-A — N.º 162, 16 de julho de 1990

Anexo I – Correspondência entre a ISO 14001:2015 e a ISO 14001:2004

Tabela Anexo A - Correspondência entre a ISO 14001:2015 e a ISO 14001:2004

ISO 14001:2015		ISO 14001:2004	
Título da secção	Nº da secção	Nº da secção	Título da secção
Introdução	0	0	Introdução
Objetivo e campo de aplicação	1	1	Objetivo e campo de aplicação
Referências normativas	2	2	Referências normativas
Termos e definições	3	3	Termos e definições
Contexto da Organização (apenas o título)	4		
		4	Requisitos do sistema de gestão ambiental (apenas o título)
Compreender a organização e o seu contexto	4.1		
Compreender as necessidades e expectativas das partes interessadas	4.2		
Determinar o âmbito do sistema de gestão ambiental	4.3	4.1	Requisitos gerais
Sistema de gestão ambiental	4.4	4.1	Requisitos gerais
Liderança (apenas o título)	5		
Liderança e compromisso	5.1		
Política Ambiental	5.2	4.2	Política Ambiental
Funções, responsabilidades e autoridades organizacionais	5.3	4.4.1	Recursos, atribuições, responsabilidades e autoridade
Planeamento (apenas o título)	6	4.3	Planeamento (apenas o título)
Ações para tratar riscos e oportunidades (apenas o título)	6.1		
Generalidades	6.1.1		
Aspetos ambientais	6.1.2	4.3.1	Aspetos ambientais
Obrigações de conformidade	6.1.3	4.3.2	Requisitos legais e outros requisitos
Planeamento de ações	6.1.4		
Objetivos ambientais e planeamento para os atingir (apenas o título)	6.2	4.3.3	Objetivos, metas e programa(s)
Objetivos ambientais	6.2.1		
Planeamento de ações para atingir os objetivos ambientais	6.2.2		
Suporte (apenas o título)	7	4.4	Implementação e operação (apenas o título)
Recursos	7.1	4.4.1	Recursos, atribuições, responsabilidades e autoridade
Competências	7.2	4.4.2	Competência, formação e sensibilização
Consciencialização	7.3		

Comunicação (apenas o título)	7.4	4.4.3	Comunicação
Generalidades	7.4.1		
Comunicação interna	7.4.2		
Comunicação externa	7.4.3		
Informação documentada (apenas o título)	7.5	4.4.4	Documentação
Generalidades	7.5.1		
Criação e atualização	7.5.2	4.4.5	Controlo dos documentos
		4.5.4	Controlo dos registos
Controlo da informação documentada	7.5.3	4.4.5	Controlo dos documentos
		4.5.4	Controlo dos registos
Operacionalização (apenas o título)	8	4.4	Implementação e operação (apenas o título)
Planeamento e controlo operacional	8.1		Controlo operacional
Preparação e respostas a emergências	8.2		Preparação e resposta a emergências
Avaliação do desempenho (apenas o título)	9		Verificação (apenas o título)
Monitorização, medição, análise e avaliação	9.1	4.5.1	Monitorização e medição
Generalidades	9.1.1		
Avaliação da conformidade	9.1.2	4.5.2	Avaliação da conformidade
Auditoria Interna (apenas o título)	9.2	4.5.5	Auditoria interna
Generalidades	9.2.1		
Programa de auditoria interna	9.2.2		
Revisão pela gestão	9.3	4.6	Revisão pela gestão
Melhoria (apenas o título)	10		
Generalidades	10.1		
Não conformidade e ação corretiva	10.2	4.5.3	Não conformidades, ações corretivas e ações preventivas
Melhoria contínua	10.3		
Linhas de orientação para a utilização da presente Norma	Anexo A	Anexo A	Linhas de orientação para a utilização da presente Norma
Correspondência entre a ISO 14001:2015 e a ISO 14001:2004	Anexo B		
		Anexo B	Correspondência entre a ISO 14001:2015 e a ISO 9001:2000
Bibliografia			Bibliografia
Índice alfabético de termos			

Anexo II – Política Ambiental

POLÍTICA DE SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE



A SASAL, Assentos para automóveis, SA, pertencente ao grupo Faurecia e localizada em Vouzela, na Zona Industrial de Monte Cavallo, dedica-se à produção de capas para assentos de automóveis, sendo composta por processo de corte e processo de costura.

Para a SASAL, Assentos para Automóveis, SA não é apenas importante atingir os seus objetivos produtivos mas também a forma como os alcança, com respeito pelo Ambiente e pela Segurança dos seus colaboradores.

A SASAL, Assentos para Automóveis, SA compromete-se a cumprir os seguintes princípios e padrões gerais de atuação:

- Satisfazer as necessidades dos seus clientes no que diz respeito à melhoria contínua da qualidade, minimizando de forma continuada os impactos ambientais associados à produção;
- Controlar a performance ambiental e prevenir os impactos ambientais com vista à melhoria contínua;
- Cumprir a legislação ambiental e de segurança vigentes, no âmbito da atividade da Faurecia – Vouzela;
- Responsabilizar a Gestão e Colaboradores para a proteção do Ambiente, para a preservação da Saúde e prevenção dos Acidentes de Trabalho;
- Organizar as atividades da Faurecia – Vouzela de acordo com os princípios definidos na norma ISO 14001 e na norma OHSAS 18001;
- Controlar e prevenir o impacto das atividades de Segurança e Higiene e medir o progresso com vista à melhoria contínua;
- Conceber e desenvolver novos projetos, com respeito pelo ambiente, de acordo com os requisitos legais;
- Garantir que a Política Ambiental está disponível ao público e a todas as partes interessadas.

SASAL, Assentos para Automóveis, SA

O Diretor fábrica

faurecia

Being Faurecia

Anexo III – Procedimento de Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais

HSE

Titulo do documento	Aspetos Ambientais
Referência	XXX-X-XXX-0000
Objectivo	Descrever a metodologia para identificar e avaliar os aspetos ambientais das atividades, serviços e produtos da Sasal, quantificando quais destes podem ter um impacte significativo sobre o ambiente e a forma de os gerir.
Âmbito	FAURECIA-FAS-PORTUGAL-SASAL Aplica-se a todos os sectores, instalações e equipamentos considerando os serviços, produtos e as atividades, desenvolvidas pela organização, incluindo as de rotina e ocasionais, quer desenvolvidas por colaboradores permanentes ou temporários, prestadores de serviços e os fornecedores.
Documentos relacionados	FAU-P-LSC-5800/EN: Manage HSE
Versão nº	01
Descrição das alterações	N/a
Cancela e substitui	N/A
Dono	Diogo Marques
Aprovado por	(nome) Diretor de Fábrica

ÍNDICE

1. Referências
2. Definições e Abreviaturas
3. Descrição
 - 3.1. Atualização do Registo
 - 3.2. Controlo dos Aspetos Ambientais
 - 3.3. Fluxograma do Processo
4. Directrizes para a Identificação dos Aspetos Ambientais e Avaliação da sua Significância
 - 4.1. Identificação dos Aspetos Ambientais
 - 4.2. Avaliação dos Aspetos Ambientais
 - 4.3. Determinação da Significância
5. Anexo – Modelo de Matriz para a Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais

1 – REFERÊNCIAS

- ISO 14001:2015;
- Sistemas de Gestão Ambiental – Abel Pinto, 2005.

2 – DEFINIÇÕES E ABERVIATURAS

- *Aspeto Ambiental* – Um elemento das atividades, produtos ou serviços da organização que pode interagir com o ambiente e sobre o qual a organização tem controlo.
- *Impacte Ambiental* – Efeito positivo ou negativo sobre o ambiente, resultante das atividades, produtos e serviços da organização.
- *Impacte Ambiental negativo* – Aspeto ambiental com incidência negativa no ambiente.
- *Impacte Ambiental positivo* – Aspeto ambiental com incidência positiva no ambiente.
- *Registo da identificação de aspetos e impactes ambientais* - Visa a aquisição de capacidades, competências e conhecimentos de base que permitam a adaptação e inserção na profissão ou no posto de trabalho, podendo dar origem a certificação e /ou a uma qualificação reconhecida pela organização.
- *Filtros de significância* – Conjunto de critérios adotados pela organização, que permitem determinar de entre os aspetos ambientais quais os significativos para o SGA.
- *Aspetos ambientais diretos* – Aspeto ambiental sobre o qual a organização pode intervir diretamente. Estes podem ser emissões atmosféricas, descargas de águas residuais, gestão de resíduos, contaminação de solos, utilização de recursos naturais, de matérias-primas e de energia, riscos de acidentes ambientais e impactes ambientais decorrentes da sua atividade.

3 – DESCRIÇÃO

A identificação de aspetos ambientais e a determinação da sua significância constitui a base de todo o sistema de gestão, pelo que é muito importante que seja bem elaborada, sob risco de inviabilizar a eficácia de todas as etapas posteriores.

3.1 - ATUALIZAÇÃO DO REGISTO

O processo de identificação e avaliação de aspetos ambientais, deve ser atualizado, atendendo às seguintes situações:

- Alterações no processo ou nas atividades da empresa;
- Novos projetos ou qualquer projeto de alteração ou ampliação;
- Novos conhecimentos científicos;
- Alterações na legislação ambiental aplicável ou outra que a organização subscreva;
- Existência de reclamações ambientais ou outro tipo de solicitações externas;

- Desenvolvimento de novos serviços ou utilização de outros combustíveis;
- Avaliação dos resultados de auditorias ou inspeções de ambiente;
- Ocorrência de situações de emergência;
- Ou, no mínimo anualmente.

3.2 – CONTROLO DOS ASPETOS AMBIENTAIS

O controlo dos aspetos ambientais significativos é garantido pela Sasal.

3.3 – FLUXOGRAMA DO PROCESSO

Impactes Ambientais Adversos	Responsável	Critérios de Execução	Docs
Identificação de Aspetos Ambientais e respectivos Impactes	HSE	A identificação dos aspetos ambientais e respetivos impactes é efetuada segundo as directrizes presentes neste documento e registados na matriz presente em anexo.	Matriz para a Identificação e Avaliação dos Aspectos Ambientais
Avaliação de Significância dos Impactes	HSE	A Avaliação de Significância dos Impactes é feita de acordo com os critérios apresentados neste procedimento e exibidos na matriz presente em anexo.	
Levantamento Aprovado Sim Não	HSE Diretor de Fábrica	Aprova formalmente o levantamento dos aspetos ambientais significativos.	
Medidas para a Minimização dos Impactes Ambientais Adversos	HSE	Elaborar propostas de ações para minimização dos Impactes Ambientais Adversos, tendo em conta os objetivos e metas estabelecidos.	Plano de Ações para tratar Riscos e Oportunidades
Medidas Aprovadas Sim Não	HSE Diretor de Fábrica	Aprovação do Planeamento de Ações.	
Divulgação	HSE	Divulgação dos resultados a todos os colaboradores.	
Rever/Atualizar	HSE	Atualização conforme definido em 3.1.	
Arquivo	HSE	Arquivo dos documentos.	

Figura A - Fluxograma do Processo de Avaliação dos Aspetos Ambientais

4 – DIRETRIZES PARA A IDENTIFICAÇÃO DOS AA E AVALIAÇÃO DA SUA SIGNIFICÂNCIA

4.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS ASPETOS AMBIENTAIS

A Identificação dos Aspectos Ambientais e respectivos Impactes é realizada segundo o modelo de Matriz apresentada em anexo neste mesmo documento e segue um conjunto de passos a seguir apresentados.

1. Seleção do Setor e respetiva atividade, produto ou serviço relativa à organização.
2. Identificação dos aspetos ambientais associados à atividade, produto ou serviço selecionado.
3. Identificação dos Impactes Ambientais associados aos Aspetos Ambientais identificados.
4. Identificação do Tipo de Aspeto Ambiental.

Os aspetos ambientais podem ser divididos em duas categorias: os diretos e os indiretos. Os primeiros são controlados diretamente pela organização, pois estão associados geralmente aos processos produtivos. Os aspetos indiretos não são controlados diretamente pela organização, mas esta pode influenciar, como é o caso do transporte subcontratado.

➤ Identificação do Funcionamento

Indica se o Aspeto Ambiental ocorre ou pode ocorrer em situação:

- Normal (N) – Atividades de rotina;
- Anormal (A) – Atividade não rotineiras, paragem/arranque;
- Emergência (E) – Situações de emergência.

4.2 – AVALIAÇÃO DOS ASPETOS AMBIENTAIS

Relativamente à avaliação da significância dos aspetos ambientais, a metodologia segue um método quantitativo, isto é, a avaliação dos aspetos ambientais é realizada tendo por base vários critérios com uma escala de pontuações definida.

Para classificação dos Aspetos Ambientais e consequente avaliação dos respetivos Impactes, os critérios utilizados são estipulados segundo diferentes considerações ambientais.

Temos como exemplo os seguintes critérios ambientais:

- Probabilidade de Ocorrência (P)

A Probabilidade de Ocorrência é dirigida para os impactes ambientais, avaliando se estes têm uma maior ou menor probabilidade de acontecer, tendo em conta as medidas de contenção e controlo já aplicadas.

Probabilidade de Ocorrência (P)	Classificação
Baixa (provável, mas nunca ocorreu)	1
Moderada (provável, já ocorreu)	2
Elevada (já ocorreu várias vezes)	3

- Gravidade (G)

A Gravidade (G) está relacionada com a perigosidade e intensidade dos impactes inerentes para o meio ambiente.

Gravidade	Classificação
Baixo Impacte no Ambiente	1
Risco Moderado para o Ambiente	2
Elevado Risco para o Ambiente e alerta para a Saúde	3

- Magnitude (M)

A Magnitude mede o “peso” do aspeto ambiental dentro da organização, ou seja, este critério permite diferenciar entre dois aspetos com o mesmo tipo de impacte, aquele que apresenta a contribuição mais elevada.

Magnitude (M)	Classificação
Irrelevante	1
Relevante	2
Muito relevante	3

- Escala (E)

A Escala (E) permite saber se o aspeto ambiental tem impacte a nível local, regional ou global.

Escala (E)	Classificação
Local, com incidência num raio de 1 km	1
Regional, com incidência ao nível da área do concelho	2
Global, com incidência ao nível nacional	3

4.3 – AVALIAÇÃO DA SIGNIFICÂNCIA

A avaliação do nível de Significância (S) pode ser determinada através do seguinte cálculo:

$$S = P \times G \times M \times E;$$

Ao qual se considera:

- Não significativo – Se o resultado for inferior a 18;
- Significativo – Se o resultado for igual ou superior a 18.

ANEXO A - Modelo de Matriz para a Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais

Identificação								Avaliação				Significância	Observações
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais					
					N	A	E	P	G	M	E		

Legenda

• Identificação

Tipo:

- Direto;
- Indireto.

Funcionalidade:

- Normal (N);
- Anormal (A);
- Emergência (E).

• Avaliação

Critérios Ambientais:

- Probabilidade de Ocorrência (P);
- Gravidade (G);
- Magnitude (M);
- Escala (E).

Anexo IV – Matriz de Identificação e Avaliação dos Aspetos Ambientais

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspetto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
UAP A / UAP B	Operação Máquinas de Costura	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	3	1	12
		Consumo de Matéria-prima (Linhas de costura, espumas...)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	2	2	16
		Produção de Resíduos - Resíduos de Fibras Têxteis	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	3	2	24
		Produção de Resíduos - Plástico	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	2	2	16
		Produção de Resíduos - Papel e Cartão	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	1	2	2	8
		Emissão de Ruído	Poluição Sonora	Direto	x			2	1	1	1	2
	Ventilação	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	1	1	1	2
	Aquecimento (Termoblocos)	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	1	1	1	2
		Consumo de Energia (Gás Propano)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	3	1	3	18

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspetto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
UAP C	Operação Máquinas de Corte	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	3	1	12
		Consumo de Matéria-prima (Tecidos, Peles)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	2	2	16
		Produção de Resíduos - Resíduos de Fibras Têxteis	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	3	2	24
		Produção de Resíduos - Plástico	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	3	2	24
		Produção de Resíduos - Papel e Cartão	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	1	3	2	12
		Emissão de Ruído	Poluição Sonora	Direto	x			2	1	1	1	2
	Ventilação	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
	Aquecimento (Termoblocos)	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
		Consumo de Energia (Gás Propano)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	3	1	3	18

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
Logística	Operações de Logística	Produção de Resíduos - Madeira (Paletes)	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			3	2	2	2	24
		Produção de Resíduos - Plástico	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	2	2	16
		Produção de Resíduos - Papel e Cartão	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	1	3	2	12
		Emissão de Ruído	Poluição Sonora	Direto	x			2	1	1	1	2
	Transporte de matérias por empilhadores e pequenos comboios elétricos	Consumo de Energia Elétrica (Carregar das baterias)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	3	1	1	6
		Emissão de Ruído	Poluição Sonora	Direto	x			2	1	1	1	2
	Ventilação	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
	Aquecimento (Termoblocos)	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
		Consumo de Energia (Gás Propano)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	3	1	3	18

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
Suporte Técnico e Administrativo	Ar condicionado	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
		Emissões de Gases Fluorados	Degradação da Qualidade do Ar	Direto	x			2	2	1	3	12
	Utilização de computadores e de outros equipamentos eletrónicos	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	2	1	8
		Consumo de Materiais	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			1	3	1	3	9
		Produção de Resíduos - Pilhas	Contaminação dos Solos e Água	Direto		x		1	3	1	3	9
		Produção de Resíduos - REEE	Contaminação dos Solos e Água	Direto		x		1	3	1	3	9
	Utilização de material de escritório	Consumo de Materiais	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	2	8
		Produção de Resíduos - Cartão	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			1	1	1	1	1
	Impressão de Documentos	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
		Consumo de Materiais	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	2	8
		Produção de Resíduos - Papel	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	1	2	2	8
		Produção de Resíduos - Tinteiros (Toners)	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	3	1	2	12

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
Cantina	Ar condicionado	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
		Emissões de Gases Fluorados	Degradação da Qualidade do Ar	Direto	x			2	2	1	3	12
	Equipamentos de refrigeração	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	1	4
	Confeção de Alimentos	Consumo de produtos alimentares	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	1	1	2	4
		Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	2	1	8
		Consumo de Energia (Gás Propano)	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	3	1	3	18
		Consumo de Água	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	2	2	16
		Produção de Resíduos - Óleos Alimentares Usados	Contaminação dos Solos e Água	Direto		x		2	3	1	2	12
		Produção de Resíduos - Resíduos Sólidos Urbanos	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			3	2	2	2	24

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
Instalações sanitárias	Higiene Pessoal	Consumo de Água	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			3	2	2	2	24
		Produção de efluentes sanitários	Contaminação dos solos e água	Direto	x			2	2	2	2	16
		Consumo de papel higiénico	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	1	1	2	4
		Consumo de sabonetes	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	1	2	8
		Produção de Resíduos	Contaminação dos Solos e Água	Direto	x			2	2	1	2	8
Limpeza	Limpeza das instalações	Consumo de Água	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	1	1	1	2
		Produção de efluentes líquidos	Contaminação dos solos e água	Direto	x			2	2	1	1	4
		Consumo de detergentes	Contaminação dos solos e água	Direto	x			2	3	1	1	6
Manutenção	Manutenção dos diferentes equipamentos	Consumo de produtos químicos	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto		x		2	3	2	2	24
		Produção de Resíduos	Contaminação dos Solos e Água	Direto		x		2	3	2	2	24
		Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto		x		2	2	1	1	4

Identificação								Avaliação				Significância
Setor	Atividade	Aspeto Ambiental	Impacte Ambiental	Tipo	Funcionalidade			Critérios Ambientais				
					N	A	E	P	G	M	E	
Transporte	Transporte de matéria-prima e produto acabado	Consumo de Combustível	Depleção de Recursos não Renováveis	Indireto	x			2	2	1	3	12
		Consumo de baterias	Depleção de Recursos não Renováveis	Indireto	x			2	2	1	2	8
		Consumo de pneus	Depleção de Recursos não Renováveis	Indireto	x			2	2	1	2	8
		Produção de Resíduos - Pneus e Baterias	Contaminação dos Solos e Água	Indireto		x		2	2	1	2	8
		Emissão de Ruído	Poluição Sonora	Indireto	x			2	1	1	1	2
Posto Médico	Assistência Médica	Produção de Resíduos - Resíduos Hospitalares	Contaminação dos Solos e Água	Direto		x		2	3	2	1	12
Todas	Iluminação	Consumo de Energia Elétrica	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto	x			2	2	3	2	24
		Produção de Resíduos - Lâmpadas	Depleção de Recursos não Renováveis	Direto		x		2	2	2	1	8
	Incêndio	Emissões atmosféricas	Degradação da Qualidade do Ar	Direto			x	1	3	3	2	18
		Produção de Resíduos - Derivados do incêndio	Contaminação dos Solos e Água	Direto			x	1	2	2	2	8
		Produção de Resíduos - Pó químico dos extintores	Contaminação dos Solos e Água	Direto			x	1	2	2	2	8
	Acidentes	Derrame de Produtos químicos	Contaminação dos Solos e Água	Direto			x	1	3	3	1	9

Anexo V – Obrigações de Conformidade

- Âmbito Geral

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
DL n.º 19/2014 de 14 de abril	Define as bases da política de ambiente, em cumprimento do disposto nos artigos 9º e 66º da Constituição.	-	<u>Direito ao ambiente (Art. 5º)</u> 1 - Todos têm direito ao ambiente e à qualidade de vida, nos termos constitucional e internacionalmente estabelecidos. 2 - O direito ao ambiente consiste no direito de defesa contra qualquer agressão à esfera constitucional e internacionalmente protegida de cada cidadão, bem como o poder de exigir de entidades públicas e privadas o cumprimento dos deveres e das obrigações, em matéria ambiental, a que se encontram vinculadas nos termos da lei e do direito.	Direta	Conforme
			<u>Deveres ambientais (Art. 8º)</u> 1 - O direito ao ambiente está indissociavelmente ligado ao dever de o proteger, de o preservar e de o respeitar, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável a longo prazo, nomeadamente para as gerações futuras. 2 - A cidadania ambiental consiste no dever de contribuir para a criação de um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e, na ótica do uso eficiente dos recursos e tendo em vista a progressiva melhoria da qualidade de vida, para a sua proteção e preservação.	Direta	Conforme
			<u>Atos permissivos em matéria de ambiente (Art. 19º)</u> As atividades públicas ou privadas, potencial ou efetivamente poluidoras, ou ainda suscetíveis de afetar significativamente o ambiente e a saúde humana, estão sujeitas a prévio licenciamento ou autorização nos termos da legislação aplicável.	Direta	Conforme

DL nº 147/2008 de 29 de julho	Aplica-se aos danos ambientais, bem como às ameaças iminentes desses danos, causados em resultado do exercício de uma qualquer atividade desenvolvida no âmbito de uma atividade económica.	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL n.º 13/2016, de 09/03;</p> <p>-DL n.º 60/2012, de 14/03</p> <p>-DL n.º 29-A/2011, de 01/03</p> <p>-DL n.º 245/2009, de 22/09</p>	<p><u>Garantia Financeira (Art. 22º)</u></p> <p>Devem obrigatoriamente ser constituídas uma ou mais garantias financeiras próprias e autónomas, alternativas ou complementares entre si, que permitam assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida, as quais podem tomar a forma de apólices de seguro, garantias bancárias, participação em fundos ambientais ou constituição de fundos próprios reservados para o efeito.</p> <p>Estas garantias devem ter este fim exclusivo, não se destinando a qualquer outro fim.</p>	Direta	Conforme
DL nº 75/2015 de 11 de maio	Aplica-se aos procedimentos de licenciamento e autorização relativos a projetos e atividades abrangidas pelos diversos regimes jurídicos de licenciamento e controlo prévio ambiental	-	<p><u>Pedido (Art. 12º)</u></p> <p>1 – O pedido de TUA realiza-se mediante a entrega do dossier único eletrónico previsto no artigo seguinte, contendo todos os elementos instrutórios exigidos no âmbito dos regimes de licenciamento ou controlo prévio ambiental aplicáveis, sempre juízo do disposto no número seguinte.</p> <p>2 – O requerente pode optar por incluir no pedido de TUA apenas um ou mais dos atos de licenciamento ou controlo prévio ambiental instrutórios que sejam aplicáveis, nos termos dos regimes referidos no n.º 1 do artigo 2º.</p> <p>3 – O indeferimento de um dos pedidos de licenciamento ou controlo prévio em matéria ambiental determina a não emissão do título de instalação ou de exploração, que deles dependa nos termos dos regimes jurídicos aplicáveis.</p>	Direta	Conforme

DL nº 75/2015 de 11 de maio	Aplica-se aos procedimentos de licenciamento e autorização relativos a projetos e atividades abrangidas pelos diversos regimes jurídicos de licenciamento e controlo prévio ambiental	-	<u>Deveres gerais do titular do Título Único Ambiental (Art. 18.º)</u> O titular do TUA tem de obedecer a conjunto de deveres gerais especificados neste artigo.	Direta	Conforme
			<u>Taxa Ambiental Única (Art. 19.º)</u> 1-O procedimento de emissão do TUA está sujeito ao pagamento de uma Taxa Ambiental Única (TAU), a efetuar à ANLUA, como pedido do TUA. 2-O pagamento da TAU é sempre efetuado através de documento único de cobrança, com prévia abertura de conta junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IG CP, E.P.E., assegurando-se o princípio da unidade de tesouraria do Estado.	Direta	Conforme

DL nº 555/99 de 16 de dezembro	Revisão dos regimes jurídicos do licenciamento municipal	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 214-G/2015, de 02/10; -Retificação nº 46-A/2014, de 10/11; -DL nº 136/2014, de 09/09; -DL nº 266-B/2012, de 31/12; -Lei nº 28/2010, de 02/09; -DL nº 26/2010, de 30/03; -DL nº 116/2008, de 04/07; - DL nº 18/2008, de 29/01; - Lei nº 60/2007, de 04/09; - DL nº 157/2006, de 08/08; - Lei nº 4-A/2003, de 19/02; - Lei nº 15/2002, de 22/02; - DL nº 177/2001, de 4/06 - Declaração nº 5-B/2000, de 29/02; 	<p><u>Licença de Utilização</u></p> <p>A organização deverá possuir a licença de utilização emitida pela Câmara Municipal para a atividade exercida.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Licenças e autorizações administrativas (Art. 4.º)</u></p> <p>A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as exceções constantes da presente secção.</p> <p>Estão sujeitas a licença administrativa: c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do nº 1 do artigo 91º d o DL nº 380/99, de 22 de setembro. Está sujeita a autorização a utilização dos edifícios ou suas frações, bem como as alterações da utilização dos mesmos.</p>	Informativa	Conforme

Portaria nº 307/2015 de 24 de setembro	Regime dos seguros obrigatórios de responsabilidade civil	-	<u>Obrigação de segurar (Art. 3º)</u> Estão sujeitos à obrigação de segurar: a) O industrial titular da exploração de estabelecimento industrial incluído nas tipologias 1 ou 2, tal como definidas no artigo 11º do SIR; b) As entidades acreditadas a que refere a alínea j) do artigo 2º do SIR.	Direta	Conforme
			<u>Estabelecimento industrial - Âmbito de cobertura do seguro (Art. 4º)</u> Conjunto de requisitos alusivos ao âmbito de cobertura do seguro.	Direta	Conforme
			<u>Estabelecimento industrial - Delimitação temporal, geográfica e exclusões do seguro (Art. 5º)</u> Conjunto de requisitos alusivos à delimitação temporal, geográfica e exclusões do seguro.	Direta	Conforme
			<u>Estabelecimento industrial - Capital mínimo a segurar (Art. 6º)</u> Conjunto de requisitos referentes ao capital mínimo a segurar.	Direta	Conforme
			<u>Disposição transitória - comprovativo da celebração de contrato de seguro (Art. 20º)</u> 1-Os industriais que, à data de entrada em vigor da presente portaria, explorem estabelecimento industrial que seja enquadrável nas tipologias 1 ou 2 conforme definidas no artigo 11º do SIR, aprovado em anexo ao Decreto -Lei nº 169/2012, de 1 de agosto, na redação que lhe foi dada pelo Decreto -Lei nº 73/2015, de 11 de maio, bem como as entidades gestoras que se encontrem em exploração devem, no prazo máximo de seis meses contados dessa data, remeter à entidade coordenadora competente comprovativo da celebração de contrato de seguro que obedeça ao estipulado no presente diploma.	Direta	Conforme

DL nº 169/2012 de 1 de agosto	Estabelece os procedimentos necessários ao acesso e exercício da atividade industrial, à instalação e exploração de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema.	Alterado pelo DL 73/2015	<u>Gestão da atividade industrial (Art.3º)</u> 1-O industrial deve exercer a atividade industrial através: a) De um comportamento ético, transparente, socialmente responsável e de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis; b) Da adoção de medidas de prevenção e controlo, no sentido de eliminar ou reduzir os riscos suscetíveis de afetar as pessoas e bens, garantindo as condições de segurança e saúde no trabalho, a segurança contra incêndio em edifícios, bem como o respeito pelas normas ambientais, minimizando as consequências de eventuais acidentes.	Direta	Conforme
			<u>Regras e princípios (Art.3º)</u> Conjunto de Regras e princípios ser respeitadas pelo industrial.	Direta	Conforme
			<u>Em situação de anomalia no funcionamento do estabelecimento (Art.3º)</u> Sempre que seja detetada alguma anomalia no funcionamento do estabelecimento, o industrial deve tomar as medidas adequadas para corrigir a situação e, se necessário, proceder à suspensão da exploração, devendo imediatamente comunicar esse facto à entidade coordenadora.	Direta	Conforme
			<u>Processo organizado e atualizado dos procedimentos SIR (Art.3º)</u>	Direta	Conforme
			<u>Seguro de responsabilidade civil do industrial (Art. 4º)</u> O industrial deve celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil extra contratual que cubra os riscos decorrentes das instalações e das atividades exercidas em estabelecimento industrial incluído no tipo 1 ou no tipo 2, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, da economia, da agricultura e do ambiente.	Direta	Conforme

DL nº 169/2012 de 1 de agosto	Estabelece os procedimentos necessários ao acesso e exercício da atividade industrial, à instalação e exploração de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER), bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste sistema.	Alterado pelo DL 73/2016	<p><u>Pedido de título digital de exploração (Art.25º)</u></p> <p>1 – Quando pretenda iniciar a exploração, o requerente deve apresentar, no «Balcão do empreendedor», um pedido de emissão de título digital de exploração, acompanhado dos respetivos elementos instrutórios, nos termos definidos na portaria a que se refere o nº 1 do artigo 2 1º.</p> <p>2 – Submetido o pedido nos termos no número anterior, o «Balcão do empreendedor» emite automática e imediatamente a guia para pagamento da taxa devida pelo pedido de emissão de título digital de exploração.</p> <p>3 – Verificado o pagamento da taxa devida, o «Balcão do empreendedor» emite, automática e imediatamente:</p> <p>a) Recibo comprovativo do pagamento da taxa devida;</p> <p>b) Notificação da entidade coordenadora e das entidades públicas consultadas que o procedimento iniciado se encontra disponível para verificação.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Vistorias de reexame (Art.37º)</u></p> <p>1 – Os estabelecimentos industriais dos tipos 1 e 2 estão sujeitos a reexame global das respetivas condições de exploração, após terem decorrido sete anos, contados a partir da data de emissão do título digital de exploração ou da data da última atualização do mesmo, sem prejuízo do que for exigido por legislação específica.</p> <p>2 – Se o estabelecimento industrial estiver sujeito a RJP CIP, a que se refere ii do REI, o reexame global previsto no número anterior deve ter lugar nos seis meses que antecedem o fim do período de validade da licença ambiental, emitida nos termos do disposto no artigo 40º do Decreto -Lei nº 127 /2013, de 30 de agosto.</p> <p>6 – O título digital de exploração é sempre atualizado pela entidade coordenadora na sequência da realização das vistorias de reexame.</p>	Direta	Conforme

- Resíduos

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
Portaria nº 289 /2015 de 17 de setembro	Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registo bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma, nos termos do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos	-	<u>Inscrição (Art.1º)</u> 1 – O acesso ao Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos (SIRER) carece de prévia inscrição das entidades previstas no artigo 48º do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), aprovado pelo DL nº 178 /2006. 2 – A inscrição no SIRER é efetuada através do preenchimento de formulário disponível na plataforma eletrónica da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA,I.P.), enquanto Autoridade Nacional dos Resíduos (ANR). 3 – A APA, I.P. publicita as regras de funcionamento da plataforma eletrónica no seu sítio da internet. 4 – A inscrição na plataforma eletrónica e a seleção de um perfil relacionado com resíduos confere às entidades referidas no nº 1 a qualidade de utilizador do SIRER, habilitando-as ao preenchimento e submissão dos respetivos mapas de registo.	Direta	Conforme
			<u>Mapas de registo (Art. 2º)</u> O registo dos dados efetua-se através do preenchimento por via eletrónica de mapas de registo disponíveis na plataforma da APA, I. P. que incluem dados sobre: a) O estabelecimento e a sua atividade; b) A produção e gestão de resíduos.	Direta	Conforme

Portaria nº 289 /2015 de 17 de setembro	Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registro Eletrônico de Resíduos (SIRER), que estabelece os procedimentos de inscrição e registro bem como o regime de acesso e de utilização da plataforma, nos termos do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos	-	<p><u>Periodicidade de preenchimento dos mapas de registro - MIRR (Art.4º)</u></p> <p>1 – O mapa de registro previsto no artigo 2º preenche-se uma única vez, sem prejuízo da possibilidade de introdução, a todo o momento, de alterações.</p> <p>2 – Os mapas de registro previstos no artigo 2º incluem:</p> <p>a) Os Mapas Integrados de Registro de Resíduos (MIRR) que são preenchidos anualmente, devendo a introdução de dados e alterações ser efetuada até à data de fecho do registro, que ocorre no termo do mês de março seguinte a cada ano, salvo autorização concedida pela APA, que não prejudique os prazos para pagamento da taxa de gestão de resíduos.</p> <p>3 – A obrigação legal de preenchimento dos mapas de registro referidos no nº 2 apenas se considera cumprida se os mesmos forem submetidos até à data de fecho do registro.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Taxas (Art. 12º)</u></p> <p>1 – Os utilizadores do SIRER procedem ao pagamento da taxa de registro anual, prevista no artigo 57º do RGGR, antes de enviarem os mapas de registro de resíduos.</p> <p>2 – O envio dos mapas de registro de resíduos só é admissível após o pagamento da taxa de registro, devendo a sua regularização ser solicitada na plataforma eletrónica da ANR.</p> <p>3 – O pagamento da taxa de registro pode efetuar-se através de transferência bancária, débito em conta, ou qualquer outro meio de pagamento admitido, fazendo o atraso no pagamento incorrer o sujeito passivo em juros de mora, nos termos da lei tributária.</p>	Direta	Conforme

DL nº 73/2011 de 17 de junho	O presente DL altera o regime geral da gestão de resíduos e transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos	Contém as seguintes alterações: -DL nº 165/2014, de 05/11; -DL nº 67/2014, de 07/05;	<u>Alteração ao DL 366-A/97 (Art.5º)</u> A adesão a um sistema de gestão dos resíduos de embalagem não é aplicável aos responsáveis pela primeira colocação no mercado de embalagens não reutilizáveis de matérias-primas e de produtos embalados desde que utilizadas exclusivamente para consumo próprio nas respetivas instalações e objeto de um circuito fechado no seu processo de utilização, ficando no entanto sujeitos ao registo e preenchimento do SIRER.	Direta	Conforme
Portaria nº 50/2007 de 9 de janeiro	Modelo de alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos	-	<u>Requisito Único</u> Modelo de alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos que se deve exigir aos operadores de gestão de resíduos.	Indireta	Conforme
Portaria nº 1023/2006 de 20 de setembro	Licenciamento nos termos das operações de armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos	-	<u>Autorização prévia</u> A organização deve garantir que os seus fornecedores ao nível de resíduos o cumprem em termos de autorização para armazenar, transportar, tratar, valorizar ou eliminar resíduos.	Indireta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL nº 75/2015, de 11/05;</p> <p>- Lei nº 82-D/2014, de 31/12;</p> <p>- DL nº 127/2013, de 30/08;</p> <p>- DL nº 73/2011, de 17/06;</p> <p>- DL nº 183/2009, de 10/08;</p> <p>- Lei nº 64-A/2008, de 31/12;</p> <p>- DL nº 173/2008, de 26/08;</p>	<p><u>Princípio da responsabilidade pela gestão (Art.5º)</u></p> <p>1 – A responsabilidade pela gestão dos resíduos, incluindo os respetivos custos, cabe ao produtor inicial dos resíduos, sem prejuízo de poder ser imputada, na totalidade ou em parte, ao produtor do produto que deu origem aos resíduos e partilhada pelos distribuidores desse produto se tal decorrer de legislação específica aplicável (Em caso de impossibilidade de determinação do produtor do resíduo, a responsabilidade pela respetiva gestão recai sobre o seu detentor);</p> <p>4 – Quando os resíduos tenham proveniência externa, a sua gestão cabe ao responsável pela sua introdução em território nacional, salvo nos casos expressamente definidos na legislação referente à transferência de resíduos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Cessação da responsabilidade pela gestão (Art.5º)</u></p> <p>A responsabilidade pela gestão dos resíduos, conforme definido no nº 1 e nº3 do art. 5º, extingue-se pela transferência para uma entidade licenciada que execute operações de recolha ou tratamento de resíduos, ou uma entidade licenciada responsável por sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Princípio da hierarquia dos resíduos (Ar t. 7º)</u></p> <p>1/2 – A gestão de resíduos deve seguir a seguinte ordem: a) Prevenção e redução / b) Preparação para a reutilização / c) Reciclagem / d) Outros tipos de valorização / e) Eliminação (no caso de fluxos específicos a ordem pode ser alterada).</p> <p>4 – Os produtores de resíduos devem proceder à separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.</p>	Direta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL nº 75/2015, de 11/05;</p> <p>- Lei nº 82-D/2014, de 31/12;</p> <p>- DL nº 127/2013, de 30/08;</p> <p>- DL nº 73/2011, de 17/06;</p> <p>- DL nº 183/2009, de 10/08;</p> <p>- Lei nº 64-A/2008, de 31/12;</p> <p>- DL nº 173/2008, de 26/08;</p>	<p><u>Princípio da regulação da gestão de resíduos (Art.9º)</u></p> <p>2 – É proibida a realização de operações de tratamento de resíduos não licenciadas.</p> <p>3 – São igualmente proibidos o abandono de resíduos, a incineração de resíduos no mar e a sua injeção no solo, a queima a céu aberto, bem como a descarga de resíduos em locais não licenciados para realização de tratamento de resíduos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Princípio da responsabilidade alargada do produtor (Art.10º -A)</u></p> <p>1 – A responsabilidade alargada do produtor consiste em atribuir, total ou parcialmente, física e ou financeiramente, ao produtor do produto a responsabilidade pelos impactes ambientais e pela produção de resíduos decorrentes do processo produtivo e da posterior utilização dos respetivos produtos, bem como da sua gestão quando atingem o final de vida.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Transporte de resíduos (art. 21º)</u></p> <p>1 – O transporte de resíduos está sujeito a registo eletrónico a efetuar pelos produtores, detentores, transportadores e destinatários dos resíduos, através de uma guia de acompanhamento de resíduos eletrónica (e -GAR) disponível no sítio da ANR na Internet. <i>Até à entrada em funcionamento do registo eletrónico, mantém-se em vigor o regime previsto na Portaria n.º 335/97 (GAR em papel).</i></p>	Direta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 75/2015, de 11/05; - Lei nº 82-D/2014, de 31/12; - DL nº 127/2013, de 30/08; - DL nº 73/2011, de 17/06; - DL nº 183/2009, de 10/08; - Lei nº 64-A/2008, de 31/12; - DL nº 173/2008, de 26/08; 	<p><u>Resíduos perigosos (Art. 21º -A)</u></p> <p>1 – A produção, a recolha e o transporte de resíduos perigosos, bem como o seu armazenamento e tratamento, são realizados em condições que assegurem a proteção do ambiente e da saúde, observando medidas de garantia da rastreabilidade desde a produção até ao destino final.</p> <p>2 – A operação de mistura, incluindo a diluição, de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos perigosos ou com outros resíduos, substâncias ou materiais é proibida.</p> <p>5 – Para efeitos de recolha, transporte e armazenamento preliminar os resíduos perigosos, com exceção dos urbanos, são embalados se rotulados nos termos da legislação em vigor.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>CIRVER (Art. 22º)</u></p> <p>As operações de gestão de resíduos efetuadas nos CIRVER são realizadas de acordo com as normas técnicas.</p> <p>Os CIRVER devem realizar operações de preparação de combustíveis alternativos a partir de resíduos perigosos para posterior valorização energética em instalações de incineração ou co -incineração, podendo ainda essas operações de tratamento, desde que exclusivamente físicas, ser licenciadas noutras instalações devidamente licenciadas para o efeito nos termos do presente DL.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL nº 75/2015, de 11/05;</p> <p>- Lei nº 82-D/2014, de 31/12;</p> <p>- DL nº 127/2013, de 30/08;</p> <p>- DL n.º 73/2011, de 17/06;</p> <p>- DL nº 183/2009, de 10/08;</p> <p>- Lei nº 64-A/2008, de 31/12;</p> <p>- DL nº 173/2008, de 26/08;</p>	<p><u>Óleos usados (Art. 22º-A)</u></p> <p>1 – A gestão de óleos usados rege-se pelo regime jurídico específico (DL 153/2003), sem prejuízo da aplicação do disposto no presente DL em tudo o que não estiver naquele previsto.</p> <p>2 – Os óleos usados são recolhidos seletivamente, sempre que tecnicamente exequível.</p> <p>3 – É proibida a mistura de óleos usados de características diferentes bem como a mistura de óleos usados com outros tipos de resíduos ou substâncias se tecnicamente exequível e economicamente viável e quando a mistura em causa impeça o tratamento dos óleos usados.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Licenciamento de operadores de gestão de resíduos (Art. 23º /26º)</u></p> <p>A atividade de tratamento de resíduos está sujeita a licenciamento por razões de saúde pública e de proteção do ambiente, nos termos do presente capítulo.</p> <p>O pedido de licença para a atividade de tratamento de resíduos, bem como os outros documentos exigidos no âmbito do presente DL, são apresentados pelo requerente em suporte informático e por meios eletrónicos, através do balcão único eletrónico dos serviços, podendo as peças desenhadas ser apresentadas em suporte de papel.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Licenciamento de operadores de gestão de resíduos (Licença Ambiental) (Art.41º-A)</u></p> <p>No caso de instalações de tratamento de resíduos sujeitas ao regime de prevenção e controlo integrados da poluição, aprovado pelo DL nº 173 /2008 o pedido de licença previsto no artigo 27º do presente DL é apresentado através do formulário para o pedido de licença ambiental, designado por formulário PCIP.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 75/2015, de 11/05; - Lei nº 82-D/2014, de 31/12; - DL nº 127/2013, de 30/08; - DL nº 73/2011, de 17/06; - DL nº 183/2009, de 10/08; - Lei nº 64-A/2008, de 31/12; - DL nº 173/2008, de 26/08; 	<p><u>Licenciamento de operadores de gestão de resíduos (Licença Industrial) (Art.41º-A)</u></p> <p>1 – No licenciamento de uma atividade abrangida pelo regime de exercício da atividade industrial, aprovado pelo DL nº 209/2008 que careça igualmente de licenciamento para a atividade de tratamento de resíduos ao abrigo do presente DL, o alvará de licença da atividade de tratamento de resíduos é substituído por um parecer vinculativo.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Subprodutos (Art.44º-A)</u></p> <p>1 – Podem ser considerados subprodutos e não resíduos quaisquer substâncias ou objetos resultantes de um processo produtivo cujo principal objetivo não seja a sua produção quando verificadas as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Existir a certeza de posterior utilização da substância ou objeto; b) A substância ou objeto poder ser utilizado diretamente, sem qualquer outro processamento que não seja o da prática industrial normal; c) A produção da substância ou objeto ser parte integrante de um processo produtivo; d) A substância ou objeto cumprir os requisitos relevantes como produto em matéria ambiental e de proteção da saúde e não acarretar impactes globalmente adversos do ponto de vista ambiental ou da saúde humana, face à posterior utilização específica. 	Indireta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 75/2015, de 11/05; - Lei nº 82-D/2014, de 31/12; - DL nº 127/2013, de 30/08; - DL n.º 73/2011, de 17/06; - DL nº 183/2009, de 10/08; - Lei nº 64-A/2008, de 31/12; - DL nº 173/2008, de 26/08; 	<p><u>Fim do estatuto de resíduo (Art. 44º-B)</u></p> <p>1 - O fim do estatuto de resíduo pode aplicar-se a determinados resíduos quando tenham sido submetidos a uma operação de valorização, incluindo a reciclagem, e satisfaçam critérios específicos a estabelecer nos termos das seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) A substância ou objeto ser habitualmente utilizado para fins específicos; b) Existir um mercado ou procura para essa substância ou objeto; c) A substância ou objeto satisfazer os requisitos técnicos para os fins específicos e respeitar a legislação e as normas aplicáveis aos produtos; d) A utilização da substância ou objeto não acarretar impactos globalmente adversos do ponto de vista ambiental ou da saúde humana; e) Os critérios podem incluir valores limite para os poluentes e ter em conta eventuais efeitos ambientais adversos da substância ou objeto. 	Indireta	Conforme
---------------------------------	--	--	---	----------	----------

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 75/2015, de 11/05; - Lei nº 82-D/2014, de 31/12; - DL nº 127/2013, de 30/08; - DL nº 73/2011, de 17/06; - DL nº 183/2009, de 10/08; - Lei nº 64-A/2008, de 31/12; - DL nº 173/2008, de 26/08; 	<p><u>Obrigatoriedade de inscrição e de registo no SIRER (Art.48º)</u></p> <p>1 – Estão sujeitos a inscrição e a registo de dados no SIRER:</p> <p>a) As pessoas singulares ou coletivas responsáveis por estabelecimentos que empreguem mais de 10 trabalhadores e que produzam resíduos não urbanos;</p> <p>b) As pessoas singulares ou coletivas responsáveis por estabelecimentos que produzam resíduos perigosos;</p> <p>(...)</p> <p><i>Atualmente este registo é realizado no SIRAP.</i></p>	Direta	Conforme
			<p><u>Informação objeto de registo no SIRER (Art.49º)</u></p> <p>2 – Para efeitos de registo na plataforma, os produtores de produtos devem prestar, pelo menos, a seguinte informação:</p> <p>a) Identificação do produtor e marcas comercializadas, se aplicável;</p> <p>b) Identificação do tipo de produto e quantidades colocadas no mercado anualmente;</p> <p>c) Indicação do sistema de gestão de resíduos adotado.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Manutenção de registos (Art.49º-A)</u></p> <p>1 – As entidades sujeitas a registo no SIRER devem manter um registo cronológico dos dados registados nos termos do artigo anterior por um período mínimo de três anos.</p>	Direta	Conforme

DL nº 178/2006 de 5 de setembro	Estabelece o regime geral aplicável à prevenção, produção e gestão de resíduos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 75/2015, de 11/05; - Lei nº 82-D/2014, de 31/12; - DL nº 127/2013, de 30/08; - DL n.º 73/2011, de 17/06; - DL nº 183/2009, de 10/08; - Lei nº 64-A/2008, de 31/12; - DL nº 173/2008, de 26/08; 	<p><u>Prazo de inscrição e de registo no SIRER (Art.49º -B)</u></p> <p>1 – A inscrição no SIRER deve ser efetuada no prazo de um mês após o início da atividade ou do funcionamento da instalação ou do estabelecimento.</p> <p>2 – O prazo para registo anual da informação relativa aos resíduos e aos produtos colocados no mercado termina no dia 31 de Março do ano seguinte ao do ano a reportar.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Taxa de gestão de resíduos (Art.58º)</u></p> <p>1 – As entidades responsáveis por sistemas de gestão de fluxos específicos de resíduos, individuais ou integrados, de sistemas de gestão de resíduos urbanos multimunicipais ou intermunicipais, de instalações de incineração e deposição de resíduos, estão obrigadas ao pagamento de uma taxa de gestão de resíduos visando compensar os custos administrativos de acompanhamento das respetivas atividades, incentivar a redução da produção de resíduos, estimular o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos e melhorar o desempenho do sector.</p>	Direta	Conforme

DL nº 183/2009 de 10 de agosto	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DL nº 88/2013, de 09/07; - DL nº 84/2011, de 20/06; - Rect. nº 74/2009, de 09/10; 	<p><u>Regime de licenciamento da operação de deposição de resíduos em aterro (Ar t.12º)</u></p> <p>A operação de deposição de resíduos em aterro está sujeita a licenciamento nos termos do presente capítulo.</p>	Indireta	Conforme
Despacho nº 7110/2015 de 29 de junho	Requisitos e regras para o processo de qualificação de operadores de gestão de resíduos, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE)	-	<p><u>Qualificação dos operadores de gestão de resíduos de embalagens (Art. 4º)</u></p> <p>1 – Os operadores de gestão de resíduos, nacionais ou estrangeiros, que pretendam candidatar-se aos concursos de acesso para a retoma de resíduos de embalagens, devem apresentar o pedido de qualificação, por material, a uma das entidades autorizadas, habilitada para o tipo de resíduo de embalagem em questão, as quais são divulgadas nos sítios da Internet da APA, I.P. e da DGAE.</p> <p>2 – As entidades autorizadas estabelecem, para efeitos de reconhecimento da qualificação dos operadores de gestão de resíduos, esquemas de avaliação da conformidade, baseados em critérios que têm como referência os requisitos de qualificação estabelecidos nos termos do artigo 2º do presente despacho.</p> <p>3 – As entidades não acreditadas, para efeitos de reconhecimento da qualificação dos operadores de gestão de resíduos, podem exercer provisoriamente a sua atividade, mediante a obtenção de uma autorização provisória conjunta, concedida pela APA, I.P. e pela DGAE, com base em parecer técnico favorável emitido pelo IPAC, I. P.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 67/2014 de 7 de maio	Regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos	-	<p><u>Proibição de colocação e disponibilização no mercado (Art.7º)</u></p> <p>1 – É proibida a colocação no mercado de EEE quando:</p> <p>a) O produtor não se encontre devidamente registado;</p> <p>b) O produtor não tenha, para a categoria de EEE em concreto, um sistema individual autorizado e não tenha transferido a responsabilidade pela gestão dos REEE para uma entidade gestora do sistema coletivo.</p> <p>2 – É proibida a disponibilização de EEE no mercado quando os mesmos não venham acompanhados das marcações impostas por lei ou quando se verificar qualquer das condições previstas nas alíneas a) e b) do número anterior.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Responsabilidade pela recolha de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos provenientes de utilizadores não particulares (Art.19º)</u></p> <p>1 – Os utilizadores não particulares estão obrigados a proceder ao encaminhamento dos REEE que detenham através de uma entidade gestora licenciada nos termos do artigo 26º ou de um operador licenciado para o tratamento de REEE.</p> <p>2 – Cabe aos produtores, individualmente ou através de uma entidade gestora licenciada, a responsabilidade pela organização da recolha de REEE provenientes de utilizadores não particulares.</p>	Direta	Conforme

DL nº 6/2009 de 6 de janeiro	Regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.	-	<u>Proibição de colocação no mercado (Art.7º)</u> É proibida a colocação no mercado de: Pilhas ou acumuladores, incorporados ou não em aparelhos, que contenham um teor ponderal de mercúrio superior a 5 ppm; Pilhas ou acumuladores portáteis, incluindo os incorporados em aparelhos, comum teor ponderal de cádmio superior a 20 ppm.	Indireta	Conforme
			<u>Recolha de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis (Art.9.º)</u> 1 – Os utilizadores finais estão obrigados a proceder à entrega dos resíduos de pilhas e acumuladores portáteis que detenham, sem quaisquer encargos, em pontos de recolha seletiva destinados para o efeito.	Direta	Conforme
			<u>Obrigações dos Distribuidores (Art.9º)</u> 4 – Os distribuidores de pilhas e acumuladores portáteis estão obrigados a aceitar a devolução dos respetivos resíduos, independentemente da sua composição química e da sua origem, sem encargos para os utilizadores finais e sem que estes tenham de adquirir novas pilhas ou acumuladores. 5 – Para esse efeito, os distribuidores de pilhas e acumuladores portáteis são obrigados a dispor nas suas instalações de recipientes específicos para recolha seletiva de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis em local bem identificado e acessível.	Indireta	Conforme

DL nº 6/2009 de 6 de janeiro	Regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores.	-	<u>Recolha de resíduos de baterias de utilizadores finais particulares (Art.10º)</u> 1-Os utilizadores finais particulares estão obrigados a entregar os resíduos de baterias e acumuladores industriais e de baterias e acumuladores para veículos automóveis que detenham, sem quaisquer encargos, nos termos previstos nos números seguintes, consoante aplicável.	Direta	Conforme
			<u>Eliminação de pilhas, acumuladores e baterias (Art.13º)</u> 1 – É proibida a eliminação por deposição em aterro ou por incineração de resíduos de baterias e acumuladores industriais e para veículos automóveis. 2 – A eliminação em aterro ou armazenamento subterrâneo de resíduos de pilhas e de acumuladores portáteis que contenham mercúrio, cádmio ou chumbo só é admissível nos seguintes casos: a) Quando o encaminhamento para valorização não seja viável; b) Quando resulte de um plano de gestão de resíduos que preveja a eliminação progressiva dos referidos metais pesados e que demonstre, com base numa avaliação ambiental, económica e social, que a opção de eliminação é preferível à de reciclagem.	Direta	Conforme

DL n.º 366-A/97 de 20 de dezembro	Estabelece os princípios e as normas aplicáveis à gestão de embalagens e resíduos de embalagens	Alterado pelo DL n.º 73/2011, de 17 de junho	<p><u>Cumprimento de Obrigações (Art.5º)</u></p> <p>1 – Para efeitos do cumprimento das obrigações estabelecidas, os operadores económicos podem optar por submeter a gestão das suas embalagens e resíduos de embalagens a um dos dois sistemas, de consignação ou integrado, cujas normas de funcionamento e regulamentação são as constantes do presente diploma.</p> <p>2 – No âmbito do sistema integrado, a responsabilidade dos agentes económicos pela gestão dos resíduos de embalagens pode ser transferida para uma entidade devidamente licenciada para exercer essa atividade, nos termos do presente diploma e demais legislação aplicável.</p>	Direta	Conforme
Despacho conjunto nº 662/2005 de 6 de Setembro	Sistema integrado de gestão de óleos usados	-	<p><u>Armazenamento prévio à Sogilub</u></p> <p>A organização é responsável por um correto armazenamento dos óleos usados, e pela sua integração no sistema de gestão de óleos usados.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Recolha pela Sogilub</u></p> <p>A recolha de óleos usados por parte da SOGILUB só será efetuada caso sejam respeitadas as especificações técnicas por ela estabelecida.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 153/2003 de 11 de julho	Regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e usados	Alterado pelo DL n.º 73/2011, de 17 de junho	<u>Proibições (Art.5º)</u> É proibida a descarga de óleos usados no meio hídrico, gestão dos mesmos sem autorização, queima e mistura com outras substâncias.	Direta	Conforme
			<u>Responsabilidade (Art.6º)</u> Os produtores de óleos usados são responsáveis pela sua correta armazenagem e encaminhamento para o circuito de gestão dos óleos usados.	Direta	Conforme
			<u>Armazenagem, tratamento e reciclagem de óleos usados (Art.17º/18º/19º)</u> As operações de armazenagem, tratamento e reciclagem de óleos usados só podem ser realizadas por entidades licenciadas com operadores de gestão de resíduos.	Indireta	Conforme
Portaria nº 1028/92 de 5 de novembro	Estabelece normas de segurança e identificação para o transporte dos óleos usados.	-	<u>Atuação em caso de derrames</u> Quando, no carregamento, durante o percurso ou na descarga de um veículo de transporte de óleos usados se verificar algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa com recurso a produtos absorventes.	Indireta	Conforme
			<u>Embalagens estanques (Art.1º)</u> As embalagens a utilizar no transporte de óleos usados devem ser estanques e a sua taxa de enchimento não deve exceder os 98 %.	Indireta	Conforme
			<u>Identificação do Camião-Cisterna (Art.5º)</u> Se o transporte de óleos usados for efetuado em cisternas, devem as mesmas ostentar uma identificação escrita donde conste, de forma bem legível e indelével, a expressão 'Transporte de óleos usados'.	Indireta	Conforme
			<u>Ficha de Dados de Segurança (Art.6º)</u> Durante a operação de transporte, carga ou descarga o transportador deve conservar na cabine dos veículos uma ficha de segurança, de formato A4.	Indireta	Conforme

DL nº 267/2009 de 29 de setembro	Regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados	-	<u>Licenciamento das operações de gestão de OAU (Art.5º)</u> As operações de gestão de OAU encontram-se sujeitas a licenciamento nos termos da gestão de resíduos; Algumas operações podem ser dispensadas mediante publicação de portaria que defina as normas específicas para as operações em causa, os tipos e as quantidades de resíduos a valorizar, nos termos do artigo 25º do DL 178/2006.	Indireta	Conforme
			<u>Encaminhamento dos OAU do sector HORECA (Art.11º)</u> Os produtores de OAU do sector HORECA são responsáveis pelo seu encaminhamento para um dos seguintes destinos: a) Operador de gestão de resíduos, devidamente licenciado nos termos do artigo 5º, sem custos para o produtor ou detentor; b) Município respetivo, através dos pontos de recolha previamente indicados pelo mesmo.	Indireta	Conforme
			<u>Comprovativo do encaminhamento dos OAU do sector HORECA (Art.11º)</u> Divulgar ao público o encaminhamento dos OAU produzidos mediante a afixação em local visível do certificado de OAU, cujo modelo constado anexo ao presente diploma. Solicitar ao município ou operador de gestão de resíduos que assegura o encaminhamento dos respetivos OAU um certificado, com validade máxima de um ano.	Indireta	Conforme

Despacho nº 242/96 de 13 de agosto	Normas de organização e gestão dos resíduos hospitalares	-	<u>Triagem no local da produção</u> A triagem e o acondicionamento dos resíduos hospitalares devem ter lugar junto do local de produção.	Direta	Conforme
			<u>Acondicionamento consoante tipo de perigosidade</u> Os resíduos hospitalares devem ser devidamente acondicionados de modo a permitir uma identificação clara da sua origem e do seu grupo: a) Os resíduos dos grupos I e II em recipientes de cor preta; b) Os resíduos do grupo III em recipientes de cor branca, com indicativo de risco biológico; c) Os resíduos do grupo IV em recipientes de cor vermelha, com exceção dos materiais cortantes e perfurantes que devem ser acondicionados em recipientes, contentores imperfuráveis.	Direta	Conforme
			<u>Condições de armazenamento dos resíduos hospitalares</u> 1 – Cada unidade de saúde deve ter um local de armazenamento específico para os resíduos dos grupos I e II, separado dos resíduos dos grupos III e IV, que deverão estar devidamente sinalizados. 2 – O local de armazenamento deve ser dimensionado em função da periodicidade de recolha e ou da eliminação, devendo a sua capacidade mínima corresponder a três dias de produção. Caso seja ultrapassado este prazo e até um máximo de sete dias, deverá ter condições de refrigeração. 3 – O local de armazenamento terá as condições estruturais e funcionais adequadas a acesso e limpeza fáceis.	Direta	Conforme

Despacho nº 242/96 de 13 de agosto	Normas de organização e gestão dos resíduos hospitalares	-	<p><u>Acondicionamento</u></p> <p>1 – Os resíduos hospitalares devem ser devidamente acondicionados de modo a permitir uma identificação clara da sua origem e do seu grupo:</p> <p>a) Os resíduos dos grupos I e II em recipientes de cor preta;</p> <p>b) Os resíduos do grupo III em recipientes de cor branca, com indicativo de risco biológico;</p> <p>c) Os resíduos do grupo IV em recipientes de cor vermelha, com exceção dos materiais cortantes e perfurantes que devem ser acondicionados em recipientes, contentores imperfuráveis.</p> <p>2 – Os contentores utilizados para armazenagem e transporte dos resíduos dos grupos III e IV devem ser facilmente manuseáveis, resistentes, estanques, mantendo-se hermeticamente fechados, laváveis e desinfetáveis, se forem de uso múltiplo.</p>	Direta	Conforme
DL nº 43/2004 de 2 de março	Regras para a comercialização e recolha de pneus	-	<p><u>Regras para a comercialização e recolha (Art.9º)</u></p> <p>Aquando da comercialização de pneus, os produtores e distribuidores devem discriminar, num item específico a consagrar na respetiva fatura, o valor correspondente à contra partida financeira fixada a favor da entidade gestora.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 196/2003 de 23 de agosto	Regime jurídico a que fica sujeita a gestão de veículos e de veículos em fim de vida	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -DL nº 114/2013, de 07/08; -DL nº 1/2012, de 11/01; -DL nº 73/2011, de 17/06; -DL nº 98/2010, de 11/08; -DL nº 64/2008, de 08/04; -DL nº 178/2006, de 05/09; 	<p><u>Obrigação de comunica�o de dados (Art.21�)</u></p> <p>4 – Os fabricantes de materiais e de equipamentos para veículos ficam obrigados a enviar anualmente � APA, até 31 de Março do ano imediato àquele a que se reporta, um relatório relativo às ações levadas a cabo no âmbito do disposto no n� 1 do artigo 6�.</p>	Direta	Conforme
DL n� 111/2001 de 6 de abril	Princípios e as normas aplicáveis à gestão de pneus e pneus usados	-	<p><u>Regras para a recolha (Art.9�)</u></p> <p>1 – Aquando da comercialização de pneus, os produtores e distribuidores discriminam, num item específico a consagrar na respetiva fatura, o valor correspondente � contra partida financeira fixada a favor da entidade gestora.</p> <p>2 – Os distribuidores não podem recusar-se a aceitar pneus usados contra a venda de pneus do mesmo tipo e na mesma quantidade, devendo remeter os mesmos para recauchutagem ou para os locais previstos.</p> <p>3 – A recolha de pneus usados, mediante entrega nos locais adequados, é feita sem qualquer encargo para o detentor.</p> <p>4 – Os pneus usados recolhidos deverão ser armazenados em locais devidamente autorizados ou licenciados em consonância com a legislação aplicável.</p>	Indireta	Conforme

Portaria nº 335/97 de 16 de maio	Regras a que fica sujeito o transporte de resíduos	-	<p><u>O transporte de resíduos deve ser efetuado em condições ambientalmente adequadas, de modo a evitar a sua dispersão ou derrame (Art. 3º)</u></p> <p>a) Os resíduos líquidos e pastosos devem ser acondicionados em embalagens estanques, cuja taxa de enchimento não exceda 98 %;</p> <p>b) Os resíduos sólidos podem ser acondicionados em embalagens ou transportados a granel, em veículo de caixa fechada ou veículo de caixa aberta, com a carga devidamente coberta;</p> <p>d) Quando, no carregamento, durante o percurso ou na descarga, ocorrer algum derrame, a zona contaminada deve ser imediatamente limpa, recorrendo a produtos absorventes, quando se trate de resíduos líquidos ou pastosos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Guia de Acompanhamento de Resíduos (Art.5º)</u></p> <p>O produtor e o detentor devem assegurar que cada transporte é acompanhado das competentes guias de acompanhamento de resíduos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Arquivo das Guias de Acompanhamento de Resíduos (Art.6º)</u></p> <p>O produtor ou detentor, o transportador e o destinatário dos resíduos devem manter em arquivo os seus exemplares da guia de acompanhamento por um período de cinco anos.</p>	Direta	Conforme

Portaria nº 335/97 de 16 de maio	Regras a que fica sujeito o transporte de resíduos	-	<u>Obrigações do Produtor/Detentor (Art.6º)</u> O produtor ou detentor deve preencher convenientemente o campo I dos três exemplares da guia de acompanhamento; Verificar o preenchimento pelo transportador dos três exemplares da guia de acompanhamento; Reter um dos exemplares da guia de acompanhamento.	Direta	Conforme
			<u>Obrigações do Destinatário (Art.6º)</u> Fornecer ao produtor ou detentor, no prazo de 30 dias, uma cópia do seu exemplar da Guia de Acompanhamento de Resíduos.	Indireta	Conforme
Decisão 2014/955/UE de 18 de dezembro de 2014	Procede à alteração e adaptação da LER	-	<u>Lista Europeia de Resíduos (Geral)</u> Procede à alteração e adaptação da LER tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1272/2008.	Direta	Conforme

- Ruído

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
DL nº 9/2007 de 17 de janeiro	Estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora	Contém as seguintes alterações: -DL nº 278/2007, de 01/08; -Rect.nº 18/2007, de 14/03;	<u>Obrigações Gerais</u> As atividades ruidosas permanentes têm que cumprir os valores limite estabelecidos para zonas sensíveis e mistas, bem como o critério de incomodidade.	Direta	Conforme
			<u>Valores limite de exposição (Art.11º)</u> As zonas mistas não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 65 dB (A), expresso pelo indicador L (índice den), e superior a 55 dB (A) indicador L (índice n). As zonas sensíveis não devem ficar expostas a ruído ambiente exterior superior a 55 dB (A), expresso pelo indicador L (índice den), e superior a 45 dB (A) indicador L (índice n). Até à classificação das zonas sensíveis e mistas referidos, para efeitos de verificação do valor limite de exposição, aplicam-se aos recetores sensíveis os valores limite de L (índice den) igual ou inferior a 63 dB (A) e L (índice n) igual ou inferior a 53 dB (A). Para efeitos de verificação de conformidade dos valores fixados no presente artigo, a avaliação deve ser efetuada junto do ou no recetor sensível.	Direta	Conforme

DL nº 9/2007 de 17 de janeiro	Estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora	Contém as seguintes alterações: -DL nº 278/2007, de 01/08; -Rect.nº 18/2007, de 14/03;	<u>Atividades ruidosas permanentes (Art.13º)</u> 1 – A instalação e o exercício de atividades ruidosas permanentes em zonas mistas, nas envolventes das zonas sensíveis ou mistas ou na proximidade dos recetores sensíveis isolados estão sujeitos: a) Ao cumprimento dos valores limite fixados no artigo 11º; b) Ao cumprimento do critério de incomodidade, considerado como a diferença entre o valor do indicador LAeq do ruído ambiente determinado durante a ocorrência do ruído particular da atividade ou atividades em avaliação e o valor do indicador LAeq do ruído residual, diferença que não pode exceder 5 dB (A) no período diurno, 4dB (A) no período do entardecer e 3 dB (A) no período noturno.	Direta	Conforme
			<u>Controlo metrológico de instrumentos (Art.33º)</u> Os instrumentos técnicos destinados a realizar medições acústicas no âmbito da aplicação do presente Regulamento são objeto de controlo metrológico.	Indireta	Conforme

DL nº 221/2006 de 8 de novembro	Regras em matéria de emissões sonoras de equipamento para utilização no exterior	-	<u>Conformidade do equipamento (Art.4º e Art.6º)</u> Os equipamentos abrangidos por este diploma (ex: empilhadores/ compressores) apenas podem ser colocados no mercado nacional caso possuam marcação CE, indiquem o nível de potência sonora e sejam acompanhadas de uma declaração de conformidade CE.	Indireta	Conforme
			<u>Responsabilidade do fabricante (Art.5º)</u> 1 – Cabe ao fabricante do equipamento ou ao seu mandatário estabelecido na União Europeia garantir que: a) O equipamento satisfaz os requisitos relativos à emissão sonora para o ambiente previstos no presente DL; b) Foram completados os procedimentos de avaliação de conformidade a que se refere o artigo 13º; c) O equipamento exibe a marcação CE e a indicação do nível de potência sonora garantido e vem acompanhado de uma declaração CE de conformidade. 2 – As obrigações decorrentes do presente DL recaem sobre qualquer pessoa responsável pela colocação do equipamento no mercado ou em serviço, no caso de o fabricante ou o seu mandatário não se encontrar em estabelecidos na Comunidade.	Indireta	Conforme

- Água

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
Lei nº 58/2005 de 29 de dezembro	Enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas	Contém as seguintes alterações: -DL nº 130/2012, de 22/06; -DL nº 60/2012, de 14/03; -DL nº 245/2009, de 22/09; -Rect. nº 11-A/2006, de 23/02;	<u>Deveres básicos dos utilizadores (Art. 57º)</u> Evitar qualquer perturbação do estado da água, e, em especial, qualquer contaminação ou alteração adversa das suas capacidades funcionais; Obter um uso económico da água sustentável e compatível com a manutenção da integridade dos recursos hídricos. Quem construa, explore ou opere uma instalação capaz de causar poluição hídrica deve, em caso de acidente, tomar as precauções adequadas, necessárias e proporcionais para, tendo em conta a natureza e extensão do perigo, prevenir acidentes e minimizar os seus impactes.	Direta	Conforme

Lei nº 58/2005 de 29 de dezembro	Enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL nº 130/2012, de 22/06;</p> <p>-DL nº 60/2012, de 14/03;</p> <p>-DL nº 245/2009, de 22/09;</p> <p>-Rect. nº 11-A/2006, de 23/02;</p>	<p><u>Estão sujeitas a licença prévia as seguintes utilizações privativas dos recursos hídricos do domínio público (Art.60º)</u></p> <p>a) A captação de águas;</p> <p>b) A rejeição de águas residuais;</p> <p>c) A imersão de resíduos;</p> <p>d) A ocupação temporária para a construção ou alteração de instalações, fixas ou desmontáveis, apoios de praia ou similares e infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos ao domínio público hídrico;</p> <p>e) A implantação de instalações e equipamentos referidos na alínea anterior;</p> <p>f) A ocupação temporária para construção ou alteração de infraestruturas hidráulicas;</p> <p>g) A implantação de infraestruturas hidráulicas;</p> <p>h) A recarga de praias e assoreamentos artificiais e a recarga e injeção artificial em águas subterrâneas;</p> <p>i) As competições desportivas e a navegação, bem como as respetivas infraestruturas e equipamentos de apoio;</p> <p>j) A instalação de infraestruturas e equipamentos flutuantes, culturas biogenéticas e marinhas;</p> <p>l) A sementeira, plantação e corte de árvores e arbustos;</p> <p>m) A realização de aterros ou de escavações;</p> <p>n) Outras atividades que envolvam a reserva de um maior aproveitamento desses recursos por um particular e que não estejam sujeitas a concessão;</p> <p>o) A extração de inertes;</p>	Direta	Não Conforme
----------------------------------	--	---	--	--------	--------------

Lei nº 58/2005 de 29 de dezembro	Enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição e costeiras, e das águas subterrâneas	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-DL nº 130/2012, de 22/06;</p> <p>-DL nº 60/2012, de 14/03;</p> <p>-DL nº 245/2009, de 22/09;</p> <p>-Rect. nº 11-A/2006, de 23/02;</p>	<p><u>Utilização de recursos hídricos particulares (Art.62º)</u></p> <p>A captação de águas particulares exige a simples comunicação do utilizador à entidade competente para a fiscalização de utilização de recursos hídricos quando os meios de extração não excedam os 5 cv, salvo se a referida captação vier a ser caracterizada pela autoridade competente para o licenciamento como tendo um impacte significativo no estado das águas.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Taxa de recursos hídricos (Art.78º)</u></p> <p>1 – A taxa de recursos hídricos (TRH) tem como bases de incidência objetiva separadas:</p> <p>a) A utilização privativa de bens do domínio público hídrico, tendo em atenção o montante do bem público utilizado e o valor económico desse bem;</p> <p>b) As atividades suscetíveis de causarem um impacte negativo significativo no estado de qualidade ou quantidade de água, internalizando os custos ambientais associados a tal impacte e à respetiva recuperação.</p>	Direta	Conforme
Despacho nº 484/2009 de 8 de janeiro	Normas de orientação para aplicação da taxa de recursos hídricos (TRH)	-	<p><u>TRH sobre utilização acima do valor constante da licença (Pt.A.4)</u></p> <p>A TRH incide sempre sobre o consumo efetivo, mesmo que este seja superior ao estabelecido no título.</p>	Direta	Conforme
DL nº 97/2008 de 11 de junho	Estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos	-	<p><u>Liquidação e pagamento das taxas (Art.13º e 16º)</u></p> <p>O pagamento das taxas é dividido após envio de nota de liquidação por parte dos serviços da ARH.</p>	Direta	Conforme

DL nº 226-A/2007 de 31 de maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Lei nº 44/2012, de 29/08; -DL nº 82/2010, de 02/07; -DL n.º 245/2009, de 22/09; -DL n.º 107/2009, de 15/05; -DL nº 93/2008, de 04/06; -DL n.º 391-A/2007, de 21/12; 	<p><u>Autocontrolo, programas de monitorização e planos de emergência (Art.5º)</u></p> <p>O titular de licença ou o concessionário deve instalar um sistema de auto controlo ou programas de monitorização adequados às respetivas utilizações sempre que essa instalação seja exigida com a emissão do respetivo título.</p> <p>As características, os procedimentos e a periodicidade de envio de registos à autoridade competente, fazem parte integrante do conteúdo do respetivo título.</p> <p>O titular da licença ou da concessão mantém um registo atualizado dos valores do autocontrolo ou dos programas de monitorização, para efeitos de inspeção ou fiscalização por parte das autoridades competentes.</p> <p>Os utilizadores que explorem instalações suscetíveis de causar impacto significativo sobre o estado das águas ficam ainda obrigados a definir medidas de prevenção de acidentes e planos de emergência que minimizem os seus impactes.</p> <p>Qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento das instalações, nomeadamente com influência nas condições de rejeição de águas residuais ou no estado das massas de água, deve ser comunicada pelo utilizador à autoridade competente no prazo de 24 horas a contar da sua ocorrência.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Licença (Art.22º)</u></p> <p>1 – Com a decisão final, é emitido e enviado ao utilizador o título de utilização contendo os respetivos termos, condições e requisitos técnicos, nos termos estabelecidos no presente DL.</p> <p>2 – A emissão da licença de utilização está sujeita à prestação de caução adequada destinada a assegurar o cumprimento das obrigações em causa.</p> <p>3 – O titular da licença pode ser dispensado da prestação da caução para recuperação ambiental, consoante o tipo de utilização pretendida.</p>		

DL nº 226-A/2007 de 31 de maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <p>-Lei nº 44/2012, de 29/08;</p> <p>-DL nº 82/2010, de 02/07;</p> <p>-DL n.º 245/2009, de 22/09;</p> <p>-DL n.º 107/2009, de 15/05;</p> <p>-DL nº 93/2008, de 04/06;</p> <p>-DL n.º 391-A/2007, de 21/12;</p>	<p><u>Termo da Licença (Art.34º)</u></p> <p>Pode ser solicitada, no prazo de seis meses antes do respetivo termo e desde que se mantenham as condições que determinaram a sua atribuição, a renovação de licença:</p> <p>a) De rejeição de águas residuais;</p> <p>b) De captação de águas, sempre que esta estiver associada a uma atividade que tenha igualmente uma licença de rejeição de águas residuais.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Captação de águas (Art.40º)</u></p> <p>Entende-se por captação de águas a utilização de volumes de água, superficiais ou subterrâneas, com ou sem retenção, nomeadamente para as seguintes finalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumo humano; - Rega; - Atividade industrial; - Produção de energia hidroelétrica; - Atividades recreativas ou de lazer. 	Direta	Conforme
			<p><u>Pesquisa e Captação de Águas Subterrâneas (Art.41º)</u></p> <p>A pesquisa e a execução do poço ou furo estão sujeitas aos requisitos:</p> <p>a) Na execução da obra, seja qual for a sua finalidade, deve proceder-se de modo a que não haja poluição química ou bacteriológica da massa de água subterrânea a explorar;</p> <p>b) Os poços ou furos de pesquisa e captação de águas repuxantes são munidos de dispositivos que impeçam o desperdício de água;</p> <p>c) No caso de a pesquisa resultar negativa ou haver necessidade de substituição da captação em virtude de erro técnico, a empresa executora dos trabalhos é responsável pela reposição do terreno na situação inicial e de acordo com as indicações da autoridade competente;</p> <p>d) É observado um afastamento mínimo de 100 m entre as captações de diferentes utilizadores de uma mesma massa de água subterrânea.</p>	Direta	Conforme

DL nº 226-A/2007 de 31 de maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos	Contém as seguintes alterações: -Lei nº 44/2012, de 29/08; -DL nº 82/2010, de 02/07; -DL nº 245/2009, de 22/09; -DL nº 107/2009, de 15/05; -DL nº 93/2008, de 04/06; -DL nº 391-A/2007, de 21/12;	<u>Rejeição de águas residuais industriais em sistemas de disposição de águas residuais urbanas (Art. 54º)</u> 1 – A rejeição de águas residuais industriais em sistemas de disposição de águas residuais urbanas só pode ocorrer mediante autorização da entidade gestora, devendo cumprir com as prescrições constantes no Regulamento Municipal. 2 – Impende sobre a entidade gestora a responsabilidade pela verificação do cumprimento das normas constantes na autorização de rejeição de águas residuais industriais em sistemas de disposição de águas residuais urbanas.	Direta	Conforme
DL nº 133/2005 de 16 de agosto	Regime de licenciamento da atividade das entidades que operam no sector da pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extração de água subterrânea	Alterado pelo DL nº 84/2011, de 20 de junho	<u>Licença</u> Estão sujeitas à obtenção de licença as entidades que exerçam atividades de pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extração de água subterrânea. A licença é emitida pelo prazo de cinco anos.	Indireta	Conforme

Decreto Regulamentar nº23/95 de 23 de agosto	Regulamento Geral dos sistemas públicos e prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais	-	<u>Sistemas de distribuição predial de água - Redes Prediais (Art.85º)</u> Não é permitida a ligação entre a rede predial de distribuição de água e as redes prediais de drenagem de águas residuais.	Direta	Conforme
			<u>Sistemas de drenagem predial de águas residuais pluviais - Lançamentos permitidos (Art. 199º Parte 2)</u> 2 – Em sistemas de drenagem de águas residuais pluviais é permitido o lançamento das águas provenientes de: - Rega de jardins e espaços verdes, lavagem de arruamentos, pátios e parques de estacionamento, ou seja aquelas que, de um modo geral são recolhidas pelas sarjetas, sumidouros ou ralos; - Circuitos de refrigeração e de instalações de aquecimento; - Piscinas e depósitos de armazenamento de água; - Drenagem do Subsolo.	Direta	Conforme
			<u>Proteção Sanitária (Art. 72º)</u> Para garantia de proteção sanitária da água armazenada, os reservatórios devem: a) Ser perfeitamente estanques às águas subterrâneas e superficiais; b) Possuir um recinto envolvente vedado, de acesso condicionado; c) Possuir as aberturas protegidas contra a entrada de insetos, pequenos animais e luz; d) Utilizar materiais não poluentes ou tóxicos em contacto permanente ou eventual com a água; e) Ter a entrada e a saída da água em pontos suficientemente afastados para evitar a formação de zonas de estagnação; f) Ser bem ventilados de modo a permitir a frequente renovação do ar em contacto com a água; g) Ter, quando necessário, adequada proteção térmica para impedir variações de temperatura da água.	Direta	Conforme

- Ar

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
DL nº 78/2004 de 3 de abril	Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera	Contém as seguintes alterações: - DL n.º 126/2006, de 03/07;	<u>Geradores de Emergência (Art.3º)</u> Os geradores de emergência estão excluídos do âmbito de aplicação do presente diploma, exceto no que respeita ao disposto no artigo 7º e no nº 4 do artigo 21º do presente diploma - Registo das horas de funcionamento e consumo de combustível dos geradores de emergência.	Direta	Conforme
DL nº 181/2006 de 6 de setembro	Limita o teor total de compostos orgânicos voláteis (COV)	Contém as seguintes alterações: -DL n.º 98/2010, de 11 de agosto;	<u>Âmbito (Art.1º)</u> Estabelece o teor total de compostos orgânicos voláteis (COV) em tintas, vernizes e produtos de retoque de veículos automóveis.	Indireta	Conforme
			<u>Requisitos de colocação no mercado (Art.3º)</u> Apenas podem ser colocados no mercado tintas, vernizes e produtos de retoque de veículos automóveis que respeitem os teores de COV listados no Anexo II.	Indireta	Conforme
			<u>Critérios de rotulagem (Art.4º)</u> As tintas, vernizes e produtos de retoque de veículos automóveis antes de serem colocadas no mercado devem indicar, obrigatoriamente: a) A subcategoria do produto e os valores limite pertinentes de COV em g/l, referidos no anexo II; b) O teor máximo de COV em g/l do produto pronto a utilizar.	Indireta	Conforme

DL nº 85/2014 de 27 de maio	Estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono	-	<u>Registo das intervenções (Art.4º)</u> 1-Estão sujeitas a registo, nos termos do disposto no nº 3 do artigo 23º do Regulamento, as intervenções em equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, extintores ou sistemas fixos de proteção contra incêndios da responsabilidade das empresas que exploram os referidos equipamentos. 2-O técnico que realiza a intervenção deve fornecer à empresa que explora o equipamento, ou o sistema fixo de proteção contra incêndios, a informação relativa à intervenção. 3-O registo a que se refere o nº 1 é efetuado de acordo com o modelo disponibilizado pela APA, I. P., no seu sítio na Internet.	Indireta	Conforme
			<u>Prazo de Conservação de Registo (Art.5º)</u> O registo bem como a informação relativa à intervenção registada nos termos do artigo anterior são conservados durante o período mínimo de cinco anos, contados a partir da data da intervenção.	Indireta	Conforme
			<u>Deteção de fugas em equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor (Art.6º)</u> 1-Na deteção de fugas em equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor podem ser utilizados métodos de medição diretos ou indiretos, com incidência nas seguintes partes dos equipamentos com maior probabilidade de ocorrência de fugas.	Indireta	Conforme

DL nº 85/2014 de 27 de maio	Estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono	-	<u>Manuseamento e condicionamento de substâncias regulamentadas (Art.8º)</u> 1-A recolha, manuseamento e acondicionamento de substâncias regulamentadas, devem respeitar os requisitos técnicos previstos no anexo ao presente DL. 2-O detentor de recipientes que contenham substâncias regulamentadas deve cumprir o disposto na série de normas NP EN 378, bem como a demais regulamentação aplicável. 3-Caso seja detetada fuga num recipiente que contenha substâncias regulamentadas, deve proceder -se à transferência da referida substância para outro recipiente, de modo a minimizar o risco de libertação para a atmosfera.	Indireta	Conforme
			<u>Destino final das substâncias regulamentadas (Art.10º)</u> 1 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, ao transporte das substâncias regulamentadas que constituam resíduos na aceção do regime geral da gestão de resíduos, aplica -se o disposto no ADR. 2 – No transporte de substâncias regulamentadas e de equipamentos que as contenham devem ser adotadas as seguintes precauções especiais, no sentido de evitar perdas não controladas: a) Os equipamentos devem ser convenientemente fixados no veículo de transporte de forma a evitar danos no equipamento e prevenir fugas de substâncias regulamentadas; b) Nas operações de carga e descarga destes resíduos para os veículos de transporte, os equipamentos não devem ser invertidos, e devem ser colocados de forma segura, evitando que escorreguem ou caiam durante o transporte; 3 – As substâncias mencionadas no número anterior são destruídas com recurso às tecnologias previstas no anexo VII ao Regulamento quando a reciclagem, valorização ou utilização das mesmas já não é viável ou é proibida.	Indireta	Conforme

DL nº 85/2014 de 27 de maio	Estabelece regras relativas à produção, importação, exportação, colocação no mercado, utilização, recuperação, reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono	-	<p><u>Corresponsabilização nas intervenções efetuadas (Art.11º)</u></p> <p>1 – As empresas que exploram equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor, ou sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores, contendo substâncias regulamentadas, devem recorrer a um técnico qualificado, responsável pelas seguintes operações:</p> <p>a) Preparação para a reciclagem da substância no local de instalação do equipamento;</p> <p>b) Encaminhamento da substância para reciclagem ou valorização.</p> <p>2 – Nas situações em que da intervenção realizada resulte um resíduo que contenha a substância regulamentada, a empresa, que explora um equipamento ou sistema, enquanto produtor desse resíduo, deve proceder ao seu encaminhamento para destruição anterior.</p> <p>3 – Excetuam-se do disposto no número anterior as situações em que seja definido contratualmente entre as partes que o técnico qualificado se assume como produtor de resíduos.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Resíduos de equipamentos ou sistemas que contenham substâncias regulamentadas (Art.12º)</u></p> <p>1 – Os resíduos de equipamentos de refrigeração, ar condicionado ou bombas de calor ou sistemas fixos de proteção contra incêndios e extintores que contenham substâncias regulamentadas, cuja gestão é assegurada nos termos do DL nº 178/2006, devem ser objeto de intervenção por parte de técnicos qualificados para a recuperação das substâncias regulamentadas.</p> <p>2 – Excetuam-se do disposto no número anterior os equipamentos classificados como sistema monobloco nos termos da série de normas NP EN 378, que se encontrem abrangidos pelo DL nº 230/2004.</p> <p>3 – À gestão dos resíduos de equipamentos ou sistemas que contenham substâncias regulamentadas resultantes de obras ou demolições de edificações ou derrocadas aplica-se o disposto no presente diploma e no DL nº 46/2008.</p>	Direta	Conforme

DL nº 56/2011 de 21 de abril	Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa	-	<u>Comunicação de Dados - Operadores de equipamentos fixos de refrigeração (Art.4º)</u> Os operadores de equipamentos fixos de refrigeração que executem: a) Detecção de fugas em aplicações que contêm 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e em aplicações que contêm 6 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e têm sistemas hermeticamente fechados rotulados como tal; b) Recuperação; c) Instalação; d) Manutenção ou assistência técnica em equipamentos fixos de refrigeração e bombas de calor comunicam: i) A quantidade de gás fluorado com efeito de estufa que tenham instalado (quilograma); ii) a quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeitos de recarga (quilograma); iii) a quantidade de cada gás fluorado com efeito de estufa que tenha recuperado para efeitos de regeneração ou destruição (quilograma).	Direta	Conforme
			<u>Avaliação e Certificação para os sectores de aquecimento, ventilação, ar condicionado, refrigeração (Art.5º)</u> O IPAC, procede à acreditação dos organismos de certificação, para efeitos de certificação de técnicos e ou de empresas no âmbito das seguintes atividades: a) Detecção de fugas em aplicações que contêm 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e em aplicações que contêm 6 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e têm sistemas hermeticamente fechados rotulados como tal; b) Recuperação; c) Instalação; d) Manutenção ou assistência técnica, relativa aos sectores de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração.	Indireta	Conforme

DL nº 56/2011 de 21 de abril	Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa	-	<u>Obrigatoriedade de Certificação - Técnicos (Art.9º)</u> As atividades: a) Detecção de fugas em aplicações que contêm 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e em aplicações que contêm 6 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e têm sistemas hermeticamente fechados rotulados como tal; b) Detecção de fugas em aplicações que contenham 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa, efetuadas em sistemas de proteção contra incêndios; c) Recuperação de determinados gases fluorados com efeito de estufa em comutadores de alta tensão; d) Recuperação de determinados solventes à base de gases fluorados com efeito de estufa, só podem ser executadas por técnicos certificados.	Indireta	Conforme
			<u>Obrigatoriedade de Certificação - Empresas (Art.9º)</u> As atividades: a) Detecção de fugas em aplicações que contêm 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e em aplicações que contêm 6 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa e têm sistemas hermeticamente fechados rotulados como tal; b) Detecção de fugas em aplicações que contenham 3 kg ou mais de gases fluorados com efeito de estufa, efetuadas em sistemas de proteção contra incêndios, podem ser executadas por empresas, desde que sejam certificadas nos termos dos artigos 12 ou 13º do presente diploma.	Indireta	Conforme

DL nº 56/2011 de 21 de abril	Estabelece o regime aplicável a determinados gases fluorados com efeito estufa	-	<u>Recuperação de gases fluorados com efeito de estufa em equipamentos e recipientes - Obrigações do Operador (Art.15º)</u> Sempre que os equipamentos fixos de refrigeração, ar condicionado ou bomba de calor e os comutadores de alta tensão que integrem um gás fluorado com efeito de estufa, os equipamentos que contenham solventes à base dos referidos gases e os recipientes de gás fluorado com efeito de estufa atingem o seu fim de vida, o operador do equipamento deve recorrer a um técnico certificado, que assegure a recuperação e eventual reciclagem no local de quaisquer gases residuais que os equipamentos ou recipientes integrem e, se necessário, o encaminhamento dos referidos gases para reciclagem, regeneração ou destruição.	Indireta	Conforme
			<u>Meio transitório de entrega de dados (Art. 23º)</u> Enquanto o SIRAPA não estiver adaptado à receção dos dados referidos no artigo 4º, a APA assegura que esta comunicação seja efetuada através de endereço de correio eletrónico único.	Direta	Conforme

- Energia

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
Lei nº 7/2013 de 22 de janeiro	Regime de exercício de atividades, no âmbito do Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia	-	<u>Geral</u> Produz algumas alterações ao DL nº 71/2008 e à Portaria nº 228/90, as quais foram replicados nos respetivos diplomas.	Informativa	Conforme
Despacho nº 17313/2008 de 26 de junho	Publica os fatores de conversão para tonelada equivalente petróleo	-	<u>Fatores de Conversão</u> Publica os fatores de conversão para tonelada equivalente petróleo (tep) de teores em energia de combustíveis selecionados para utilização final, bem como dos respetivos fatores para cálculo da Intensidade Carbónica pela emissão de gases com efeito de estufa.	Informativa	Conforme
DL nº 71/2008 de 15 de abril	Regula o sistema de gestão dos consumos intensivos de energia, abreviadamente designado por SGCIE	Alterado pela Lei nº 7/2013 de 22 de janeiro	<u>Exclusões (Art.2º)</u> O regime previsto no presente DL não se aplica aos edifícios que se encontrem sujeitos aos regimes previstos nos Decretos-Leis nº 78/2006, 79/2006 e 80/2006, de 4 de abril, exceto nos casos em que os edifícios se encontrem integrados na área de uma instalação consumidora intensiva de energia.	Informativa	Conforme
			<u>Obrigações do operador de instalações CIE (Art.4º)</u> a) Promover o registo das instalações; b) Efetuar auditorias energéticas; c) Elaborar Planos de Racionalização do Consumo de Energia (PREn), com base nas auditorias, apresentando-os à ADENE; d) Executar e cumprir os PREn aprovados, sob a responsabilidade técnica de um técnico habilitado escolhido pelo operador ou colocado ao serviço de entidade por ele contratada.	Informativa	Conforme

• **Produtos Químicos**

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
DL nº 293/2009 de 13 de outubro	Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento REACH	-	<u>Ficha de dados de segurança (Art.8º)</u> A ficha de dados de segurança deve ser elaborada em conformidade com o guia para a elaboração constante do anexo II do regulamento REACH (RG 1907/2006). A ficha de dados de segurança deve ser obrigatoriamente redigida em português se a substância se destinar ao mercado nacional.	Indireta	Conforme
DL nº 95/2011 de 8 de agosto	Estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)	Contém as seguintes alterações: - DL nº 123/2015, de 3 de julho; - Declaração de retificação nº 38/2015.	<u>Registo oficial junto da DGADR (Art.4º)</u> 1 - Estão sujeitos a inscrição obrigatória no registo oficial atribuído e mantido pela DGAV, a que se referem os artigos 9º a 11º do DL nº 154/2005, de 6 de setembro, os operadores económicos localizados na ZR que no exercício da respetiva atividade: a) Procedem ao abate, desramação, transporte, processamento, transformação ou queima industrial, de madeira de coníferas; b) Procedem à produção ou comercialização de coníferas hospedeiras destinadas à plantação; c) Procedem, sem prejuízo das especificidades e condicionantes previstas no capítulo III, ao: i) Tratamento de madeira de coníferas; ii) Tratamento e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos; iii) Fabrico e marcação do material de embalagem de madeira ou de colmeias e ninhos.	Indireta	Conforme

DL nº 95/2011 de 8 de agosto	Estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)	Contém as seguintes alterações: - DL nº 123/2015, de 3 de julho; - Declaração de retificação nº 38/2015.	<u>Dever de informação da presença do NMP (Art.13º)</u> 1 – Qualquer pessoa, singular ou coletiva, que tenha conhecimento ou suspeite da presença do NMP deve, de imediato, informar o ICNF, I. P., ou a DGAV, devendo, igualmente, sempre que solicitadas por estes serviços fornecer as informações que estiverem na sua posse relativas à presença do NMP.	Direta	Conforme
			<u>Registo dos operadores de tratamento e marcação de madeira (Art.15º)</u> 1 – Os operadores económicos registados a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 4º são autorizados, caso a caso, a proceder ao tratamento da madeira de coníferas e de material de embalagem de madeira, em função das características da madeira que tratam, bem como a proceder ao fabrico e marcação de material de embalagem de madeira, nos termos definidos no presente capítulo. 2 – Os operadores económicos registados são responsáveis pela: a) A posição da sua marca atestando: i) A sujeição ao tratamento do material de embalagem de madeira realizado pelo próprio; ii) Desde que não se encontrem autorizados a proceder ao tratamento, o fabrico do material de embalagem exclusivamente com madeira previamente sujeita a tratamento por outro operador económico registado e autorizado para o efeito; b) Devida utilização do passaporte fitossanitário, atestando a sujeição, pelo próprio, ao tratamento da madeira de coníferas. 3-Os operadores económicos registados estão impedidos de autorizar a aposição da sua própria marca por terceiros.	Direta	Conforme

DL nº 95/2011 de 8 de agosto	Estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP)	Contém as seguintes alterações: - DL nº 123/2015, de 3 de julho; - Declaração de retificação nº 38/2015.	<u>Exigências aplicáveis aos tratamentos (Art.18º)</u> 1 – O tratamento de madeira de coníferas deve ser realizado pelo calor (HT), de modo a atingir um mínimo de 56 °C durante trinta minutos consecutivos, em toda a madeira.	Indireta	Conforme
			<u>Restrições à circulação, receção, armazenamento, exportação e expedição de material de embalagem de madeira e madeira de coníferas (Art.20º)</u>	Direta	Conforme
			<u>Responsabilidade dos agentes económicos em geral (Art.21º)</u> 1 – O cumprimento do disposto no artigo anterior é da responsabilidade de qualquer pessoa singular ou coletiva, em especial dos operadores económicos ou quaisquer outros agentes económicos que: a) Procedem à comercialização de material de embalagem de madeira, de colmeias e ninhos e de madeira de coníferas; b) Procedem à expedição de madeira de coníferas, de colmeias e ninhos e de material de embalagem de madeira de coníferas, quer esteja ou não a acondicionar mercadorias; c) Embalam ou acondicionam mercadorias; d) Transportam mercadorias, incluindo madeira de coníferas, colmeias e ninhos e material de embalagem de madeira, quer estejam ou não a acondicionar a mercadoria; e) Procedem ao fabrico e/ou à reparação de material de embalagem de madeira e de colmeias e ninhos.	Direta	Conforme

DL nº 98/2010 de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente	-	<p><u>Classificação (Art.4º)</u></p> <p>1 – As substâncias são classificadas em função das suas propriedades intrínsecas.</p> <p>2 – A classificação das substâncias deve ter em conta as impurezas, desde que as concentrações das mesmas ultrapassem os limites de concentração referidos no anexo IV.</p> <p>3 – Os princípios gerais de classificação das substâncias e misturas perigosas são aplicados de acordo com os critérios previstos no anexo IV.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Colocação no mercado (Art.5º)</u></p> <p>1 – É proibida a colocação no mercado de qualquer substância perigosa, estreme ou contida numa mistura que não seja embalada e rotulada de acordo com os artigos 7º a 10º e com os critérios do anexo IV, exceto as misturas que são objeto de regulamentação específica.</p> <p>2 – É proibida a colocação no mercado de qualquer substância perigosa registada, estreme ou contida numa mistura, quando a embalagem e a rotulagem não refletem as informações do Regulamento REACH, exceto as misturas que são objeto de regulamentação específica.</p> <p>3 – É proibida a colocação no mercado de substâncias perigosas não incluídas na parte 3 do anexo VI do Regulamento CLP, que não sejam embaladas e rotuladas de acordo com as regras constantes dos artigos 7º a 10º e com os critérios do anexo IV.</p> <p>4 – As substâncias e misturas perigosas são obrigatoriamente acondicionadas, transportadas, armazenadas e expostas à venda em locais separados dos géneros alimentícios, alimentos para animais, medicamentos e produtos cosméticos, por forma a assegurar a sua higiene e segurança e a evitar qualquer confusão e contaminação com os mesmos.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 98/2010 de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente	-	<p><u>Requisitos da Embalagem (Art.7º)</u></p> <p>A embalagem deve cumprir os seguintes requisitos:</p> <p>a) Ser concebida e construída de modo a impedir qualquer fuga do conteúdo;</p> <p>b) A embalagem e o respetivo sistema de vedação devem ser feitos com materiais insuscetíveis de serem destruídos pelo conteúdo ou de formarem com estas combinações perigosas;</p> <p>c) Todas as partes da embalagem e do seu sistema de vedação devem ser sólidas e resistentes, de modo a evitar qualquer derrame e a garantir completa segurança às exigências de um manuseamento normal;</p> <p>d) As embalagens dotadas de um sistema de fecho para repetidas aberturas devem ser concebidas de modo a possibilitar várias utilizações sem perda do conteúdo;</p> <p>e) Qualquer recipiente, independentemente da sua capacidade, que contenha substâncias vendidas ao público ou colocadas à sua disposição e cujo rótulo ostente uma das seguintes indicações de perigo: «muito tóxico», «tóxico» ou «corrosivo», deve ser provido de fecho de segurança para as crianças;</p> <p>f) Qualquer recipiente, independentemente da sua capacidade, que contenha substâncias vendidas ao público ou colocadas à sua disposição e cujo rótulo ostente uma das seguintes indicações de perigo: «muito tóxico», «tóxico», «corrosivo», «nocivo», «extremamente inflamável» ou «facilmente inflamável», deve apresentar sempre uma indicação de perigo detetável pelo tato;</p> <p>g) As embalagens que contenham substâncias perigosas, não podem ter uma forma gráfica suscetíveis de despertarem ou de estimularem a curiosidade das crianças ou de induzirem em erro os consumidores.</p>	Indireta	Conforme
--	--	---	---	----------	----------

DL nº 98/2010 de 11 de agosto	Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente	-	<p><u>Rotulagem (Art.8º)</u></p> <p>1 – Os critérios gerais de rotulagem das substâncias e misturas perigosas aplicam-se de acordo com o previsto no anexo IV.</p> <p>2 – A embalagem deve conter obrigatoriamente, de modo legível e indelével, as seguintes indicações, redigidas em língua portuguesa:</p> <p>a) Nome da substância, sob uma nomenclatura internacionalmente reconhecida;</p> <p>b) Nome e morada completa, incluindo número de telefone, do responsável pela colocação no mercado, independentemente da qualidade de fabricante, importador ou distribuidor;</p> <p>c) Símbolos de perigo e indicação dos perigos que apresenta a utilização da substância, em conformidade com o anexo I, impressos a negro sobre fundo amarelo-alaranjado;</p> <p>d) Frases tipo indicando os riscos particulares que derivam dos perigos que apresenta o uso da substância (frases «R»), de acordo com o anexo II;</p> <p>e) Frases tipo indicando os conselhos de prudência no uso da substância (frases «S»), de acordo com o anexo III;</p> <p>f) Número CE, obtido a partir do EINECS ou do ELINCS, quando atribuído.</p> <p>3 – Se for materialmente impossível apresentar os conselhos de prudência (frases «S») no rótulo ou na própria embalagem, a embalagem deve ser acompanhada de um folheto indicativo dos referidos conselhos de prudência.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Obrigação de prestação de informações (Art.11º)</u></p> <p>1 – Previamente à colocação de substâncias perigosas no mercado, o responsável fornece ao Centro de Informação Antivenenos do Instituto Nacional de Emergência Médica as informações pertinentes sobre essas substâncias.</p> <p>2 – O responsável pela colocação de substâncias perigosas no mercado deve disponibilizar, às entidades com competência para fiscalizar, todas as informações relativas aos dados aplicados na sua classificação.</p>	Indireta	Conforme

DL nº 41-A/2010 de 29 de abril	Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas	Contém as seguintes alterações: - DL nº 246-A/2015, de 21 de outubro; - DL nº 19-A/2014, de 7 de fevereiro; - Declaração de Retificação nº 18/2010, de 28 de junho	<u>Obrigações do Expedidor (Art.13º)</u> Conjunto de obrigações específicas do expedidor no que diz respeito ao transporte de mercadorias perigosas.	Direta	Conforme
			<u>Obrigações do Carregador (Art.13º)</u> Constituem obrigações do carregador, nos termos dos anexos I e II: a) Cumprir as normas de segurança da carga e do manuseamento ou movimentação das mercadorias perigosas, no transporte em volumes; b) Cumprir as normas de proibição de carregamento em comum de volumes num mesmo veículo, vagão ou contentor; c) Cumprir as normas de segurança relativas à separação de géneros alimentares, objetos de consumo e alimentos para animais; d) Cumprir as normas de proibição da carga em locais públicos ou aglomerados urbanos que requeira autorização; e) Garantir a existência da sinalização adequada nos contentores, no que se refere às placas-etiquetas.	Direta	Conforme
			<u>Obrigações do Destinatário (Art.13º)</u> Constituem obrigações do destinatário, nos termos dos anexos I e II: a) Cumprir as normas de segurança da descarga e do manuseamento ou movimentação das mercadorias perigosas, no transporte em volumes, em cisternas ou a granel; b) Cumprir as normas de proibição da descarga em locais públicos ou aglomerados urbanos que requeira autorização.	Direta	Conforme

DL nº 41-A/2010 de 29 de abril	Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DL nº 246-A/2015, de 21 de outubro; - DL nº 19-A/2014, de 7 de fevereiro; - Declaração de Retificação nº 18/2010, de 28 de junho 	<p><u>Obrigações Comuns (Art.13º)</u></p> <p>3 – Constituem obrigações do embalador, do carregador, do transportador ou do destinatário, consoante o caso, nos termos dos anexos I e II:</p> <p>a) Nomear um ou mais conselheiros de segurança, quando a empresa não esteja isenta de tal obrigação;</p> <p>b) Comunicar por escrito ao IMTT, I. P., a nomeação do conselheiro de segurança, e, quando for o caso, a sua desvinculação, no prazo de cinco dias úteis a contar do ato da nomeação ou desvinculação;</p> <p>c) Garantir a existência e a adequação do certificado de formação do conselheiro de segurança nomeado;</p> <p>d) Garantir a existência e adequação por um período de cinco anos, a cargo do conselheiro de segurança nomeado, dos registos da formação recebida pelos intervenientes no transporte de mercadorias perigosas, bem como da documentação escrita sobre procedimentos de emergência;</p> <p>9-Constitui obrigação do proprietário das instalações, cais de acostagem ou gares de triagem, utilizados para permanência temporária de veículos ou vagões durante o transporte de mercadorias perigosas, nos termos dos anexos I e II, garantir que as zonas de permanência temporária se encontrem adequadamente controladas, bem iluminadas e não acessíveis ao público.</p> <p>10-Constitui obrigação do expedidor, do embalador, do carregador, do enchedor, do transportador, do descarregador ou do destinatário, consoante o caso, nos termos dos anexos I e II, garantir a adoção e aplicação do plano de proteção física para as mercadorias de alto risco.</p> <p>11-Constitui obrigação de qualquer pessoa, interveniente ou não no transporte, nos termos dos anexos I e II, não abrir os volumes durante a carga, o transporte, a descarga ou qualquer manuseamento ou movimentação de mercadorias perigosas.</p>	Direta	Conforme
--------------------------------	---	---	---	--------	----------

DL nº 41-A/2010 de 29 de abril	Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas	Contém as seguintes alterações: - DL nº 246-A/2015, de 21 de outubro; - DL nº 19-A/2014, de 7 de fevereiro; - Declaração de Retificação nº 18/2010, de 28 de junho	<u>Altera o anexo II do Regulamento (CE) nº 1907/2006</u> Sem prejuízo do artigo 31º, nº 9, do Regulamento (CE) nº 1907/2006, as fichas de dados de segurança fornecidas a qualquer destinatário antes de 1 de junho de 2015 podem continuar a ser utilizadas e não têm de cumprir o disposto no anexo do presente regulamento até 31 de maio de 2017.	Indireta	Conforme
Regulamento (UE) nº 348/2013 de 17 de abril de 2013	Relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH)	-	<u>Geral</u> Procede à atualização da lista de substâncias constantes do Anexo XIV do Regulamento REACH.	Direta	Conforme
Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 29 de maio de 2007	Aplica-se ao fabrico, à colocação no mercado ou à utilização dessas substâncias estremes ou contidas em preparações ou em artigos	-	<u>Registo de Substâncias - Ausência de dados, ausência de mercado (Art.5º)</u> As substâncias, estremes ou contidas em preparações ou artigos, não são fabricadas na Comunidade nem colocadas no mercado a não ser que tenham sido registadas de acordo com as disposições aplicáveis no Título II (Registo).	Indireta	Conforme
			<u>Registo de substâncias - Obrigação de registo das substâncias estremes ou contidas em preparações (Art.6º)</u> O produtor ou o importador de uma substância, estreme ou contida numa ou várias preparações em quantidades iguais ou superiores a 1 ton/ano é obrigado a apresentar um registo à ECHA.	Indireta	Conforme

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 29 de Maio de 2008	Aplica-se ao fabrico, à colocação no mercado ou à utilização dessas substâncias estremes ou contidas em preparações ou em artigos, e à colocação no mercado das preparações	-	<u>Registo de substâncias - Notificação de substâncias contidas em artigos (Art.7º)</u> 1 – O produtor ou importador de artigos notifica a Agência caso se verifiquem ambas as condições seguintes: a) A substância está presente nos artigos em quantidades que perfazem mais de 1 ton/ano por produtor ou importador; b) A substância está presente nos artigos numa concentração superior a 0,1 % em massa (m/m). 2 – O referido no nº 1, não se aplica aos casos em que o produtor ou o importador possam excluir a exposição direta dos seres humanos ou do ambiente em condições de utilização normais ou razoavelmente previsíveis, incluindo a eliminação. Nesses casos, o produtor ou importador fornecem informações adequadas ao destinatário do artigo.	Direta	Conforme
			<u>Informações na Cadeia de Abastecimento - Fornecimento obrigatório de Fichas de Dados de Segurança - FDS (Art.31º)</u> 1 – O fornecedor de uma substância ou preparação deve fornecer ao destinatário da substância ou preparação uma FDS elaborada em conformidade com o Anexo II, se: a) A substância ou preparação em causa cumprir os critérios para a sua classificação como perigosa (nos termos das Diretivas 67/548/CEE ou 1999/45/CE); b) A substância em causa for PBT ou mPmB (de acordo com os critérios estabelecidos no Anexo XIII); c) A substância estiver incluída na lista de substâncias candidatas ao Anexo XIV ou na lista do Anexo XIV.	Indireta	Conforme

Retificação ao Regulament o (CE) nº 1907/2006, de 29 de maio de 2009	Aplica-se ao fabrico, à colocação no mercado ou à utilização dessas substâncias extremes ou contidas em preparações ou em artigos, e à colocação no mercado das preparações	-	<p><u>Informações na Cadeia de Abastecimento - Ficha de Dados de Segurança - FDS (Art.31º)</u></p> <p>A FDS deve ser datada e conter os seguintes pontos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – Identificação da substância/preparação e da sociedade/empresa; 2 – Identificação dos perigos; 3 - Composição/informação sobre os componentes; 4 – Primeiros socorros; 5 – Medidas de combate a incêndio; 6 – Medidas a tomar em caso de fugas acidentais; 7 – Manuseamento e armazenagem; 8 – Controlo da exposição/proteção individual; 9 – Propriedades físicas e químicas; 10 – Estabilidade e reatividade; 11 – Informação toxicológica; 12 – Informação ecológica; 13- Considerações relativas à eliminação; 14 - Informações relativas ao transporte; 15 - Informação sobre regulamentação; 16 – Outras informações. <p>A ficha de dados de segurança deve ser fornecida gratuitamente, em papel ou por meios eletrónicos, e na língua oficial do Estado-Membro onde a substância ou preparação é comercializada.</p>	Indireta	Conforme
			<p><u>Informações na Cadeia de Abastecimento - Comunicação de informações a Montante (Art.34º)</u></p> <p>Devem ser comunicadas, ao agente ou distribuidor:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Novas informações acerca de propriedades perigosas, independente das utilizações envolvidas; b) Quaisquer outras informações que possam pôr em causa a adequação das medidas de gestão dos riscos identificadas numa FDS que lhes tenham sido fornecida. 	Direta	Conforme

Retificação ao Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 29 de maio de 2010	Aplica-se ao fabrico, à colocação no mercado ou à utilização dessas substâncias estreme ou contidas em preparações ou em artigos, e à colocação no mercado das preparações	-	<u>Informações na Cadeia de Abastecimento - Acesso dos trabalhadores às informações (Art.35º)</u> Aos trabalhadores e aos seus representantes, deve ser dado acesso, pela respetiva entidade patronal, às informações fornecidas relativamente a substâncias ou preparações que utilizem ou a que possam estar expostos na sua atividade laboral.	Direta	Conforme
			<u>Informações na Cadeia de Abastecimento - Obrigação de conservar a informação (Art.36º)</u> Cada fabricante, importador, utilizador a jusante e distribuidor deve reunir e manter disponíveis todas as informações durante pelo menos 10 anos, após a data em que fabricou, importou, forneceu ou utilizou pela última vez a substância ou preparação.	Direta	Conforme
			<u>Utilizadores a Jusante - Comunicação na cadeia de abastecimento (Art.37.º)</u> 1 – Qualquer utilizadora jusante tem direito a comunicar uma utilização, no mínimo, uma breve descrição geral da utilização por escrito ao fabricante, importador, utilizador a jusante ou distribuidor que lhe fornece uma substância, estreme ou contida numa preparação, com o objectivo de fazer dela uma utilização identificada. 2 – Os distribuidores devem comunicar estas informações ao operador ou distribuidor situado imediatamente a montante na cadeia de abastecimento.	Direta	Conforme

Retificação ao Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 29 de maio de 2010	Aplica-se ao fabrico, à colocação no mercado ou à utilização dessas substâncias extremas ou contidas em preparações ou em artigos, e à colocação no mercado das preparações	-	<p><u>Utilizadores a Jusante - Obrigação de transmissão de informações (Art.38º)</u></p> <p>Antes de iniciar ou prosseguir uma utilização específica de uma substância que tenha sido registada por um operador situado a montante na cadeia de abastecimento, o utilizador a jusante transmite à Agência os seguintes elementos:</p> <p>a) A sua identidade e informações de contacto;</p> <p>b) Número ou números de registo;</p> <p>c) Identidade das substâncias;</p> <p>d) Identidade dos fabricantes ou importadores;</p> <p>e) Breve descrição genérica das utilizações e das condições de utilização;</p> <p>f) Uma proposta de ensaios suplementares em animais vertebrados, caso o utilizador a jusante o considere necessário para completar a sua avaliação de segurança química.</p> <p>O Utilizador a Jusante deve informar a Agência se a sua classificação de uma substância for diferente da do respetivo fornecedor.</p>	Direta	Conforme
--	---	---	---	--------	----------

Regulamento (UE) nº 944/2013 de 2 de outubro de 2013	Relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH)	-	<p><u>Classificação, Embalagem e Rotulagem (Art.2º)</u></p> <p>1 – Em derrogação do artigo 3º, nº 2, as substâncias e as misturas podem, antes de 1 de dezembro de 2014 e de 1 de junho de 2015, respetivamente, ser classificadas, rotuladas e embaladas em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1272/2008, com as alterações introduzidas pelo presente regulamento.</p> <p>2 – Em derrogação do artigo 3º, nº 2, até 1 de dezembro de 2016, as substâncias classificadas, rotuladas e embaladas em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1272/2008 e colocadas no mercado antes de 1 de Dezembro de 2014 não têm de ser rotuladas de novo nem reembaladas em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1272/2008, com as alterações introduzidas pelo presente regulamento.</p> <p>3 – Em derrogação do artigo 3º, nº 2 , até 1 de junho de 2017, as misturas classificadas, rotuladas e embaladas em conformidade com a Diretiva 1999/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho ou com o Regulamento (CE) nº 1272 /2008 e colocadas no mercado antes de 1 de Junho de 2015 não têm de ser rotuladas de novo nem reembaladas em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1272/2008, com as alterações introduzidas pelo presente regulamento.</p> <p>4 – Em derrogação do artigo 3º, nº 3, as classificações harmonizadas estabelecidas no anexo VI, parte 3, do Regulamento (CE) nº 1272/2008, com as alterações introduzidas pelo presente regulamento, podem ser aplicadas antes das datas referidas no artigo 3º, nº 3.</p>	Indireta	Conforme
--	---	---	--	----------	----------

Regulamento (CE) nº 1272/2008 de 16 de dezembro de 2008	Relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas	-	<u>Obrigações gerais de classificação, rotulagem e embalagem (Art.4º)</u> 1. – Os fabricantes, importadores e utilizadores a jusante procedem à classificação das substâncias ou misturas em conformidade com o título II antes de as colocarem no mercado. 2 – Os fornecedores de uma substância ou mistura classificada como perigosa garantem, antes da sua colocação no mercado, que a respetiva rotulagem e embalagem cumpra o disposto nos títulos III e IV. 3 – Os utilizadores a jusante podem utilizar a classificação da substância ou mistura determinada em conformidade com o título II por uma gente da cadeia de abastecimento, desde que não alterem a composição da substância ou mistura. 4 – As misturas referidas na parte 2 do anexo II que contenham substâncias classificadas como perigosas não devem ser colocadas no mercado, excepto se tiverem sido rotuladas em conformidade com o título III. 5 – Só podem ser colocadas no mercado substâncias e misturas que cumpram o disposto no presente regulamento.	Indireta	Conforme
			<u>Classificação de Perigo-Identificação e análise das informações disponíveis sobre substâncias (Art.5º)</u> Os fabricantes, importadores e utilizadores a jusante de uma substância identificam as informações disponíveis pertinentes para determinar se a substância comporta um perigo físico, para a saúde ou para o ambiente como definido no anexo I.	Indireta	Conforme
			<u>Classificação de Perigo - Identificação e análise das informações disponíveis sobre misturas (Art.6º)</u> Os fabricantes, importadores e utilizadores a jusante de uma mistura identificam as informações disponíveis pertinentes sobre a própria mistura ou as substâncias nela contidas para determinar se a mistura comporta um perigo físico, para a saúde ou para o ambiente como definido no anexo I.	Indireta	Conforme

Regulamento (CE) nº 1272/2008 de 16 de dezembro de 2008	Relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas	-	<p><u>Comunicação dos Perigos através da Rotulagem - Regras Gerais (Art.17º)</u></p> <p>1 – As substâncias ou misturas classificadas como perigosas contidas em embalagens devem ter um rótulo com os seguintes elementos:</p> <p>a) Nome, endereço e número de telefone do(s) fornecedor(es) da substância ou mistura;</p> <p>b) Quantidade nominal da substância ou mistura na embalagem colocada à disposição do grande público, a não ser que essa quantidade se encontre especificada noutro sítio da embalagem;</p> <p>c) Identificadores do produto;</p> <p>d) Se for caso disso, pictogramas de perigo;</p> <p>e) Se for caso disso, palavras-sinal;</p> <p>f) Se for caso disso, advertências de perigo;</p> <p>g) Se for caso disso, as recomendações de prudência adequadas;</p> <p>h) Se for caso disso, uma secção de informação suplementar;</p> <p>2 – O rótulo deve ser redigido na língua oficial do Estado-Membro em que a substância ou mistura é colocada no mercado, salvo disposição em contrário do Estado-Membro interessado.</p>	Indireta	Conforme
Regulamento (CE) nº 648/2004 de 31 de março de 2004	Estabelece regras para assegurar a livre circulação dos detergentes e tenso-ativos para detergentes no mercado interno	-	<p><u>Colocação no mercado (Art.3º)</u></p> <p>1 – Os fabricantes de detergentes e/ou de tenso-ativos para detergentes devem estar estabelecidos na Comunidade.</p> <p>2 – Os fabricantes são responsáveis pela conformidade dos detergentes e dos tenso-ativos para detergentes com as disposições do presente regulamento e dos respetivos anexos.</p>	Indireta	Conforme

- Petróleo, derivados e gás

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
Lei nº 15/2015 de 16 de fevereiro	Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, dos combustíveis e de outros produtos petrolíferos	-	<u>Acesso e exercício das atividades das entidades instaladoras de gás, inspetoras de gás, inspetoras de combustíveis e exploradoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás da classe I e II. (Art.2º)</u> 1 – A atividade de execução e manutenção de instalações de gás, de instalação de aparelhos a gás e de redes e ramais de distribuição de gás apenas pode ser exercida por EI que cumpra os requisitos previstos na presente lei. 2 – A atividade de inspeção de instalações de gás, de instalação de aparelhos a gás e de redes e ramais de distribuição de gás apenas pode ser exercida por EIG que cumpra os requisitos previstos na presente lei. 3 – A atividade de inspeção de instalações de armazenamento de combustíveis derivados do petróleo e postos de abastecimento de combustíveis, apenas pode ser exercida por EIC que cumpra os requisitos previstos na presente lei. 4 – A atividade de exploração técnica de armazenagens e de redes e ramais de distribuição de gás, apenas pode ser exercida por EEG que cumpra os requisitos previstos na presente lei.	Indireta	Conforme
			<u>Entidades instaladoras de gás - Seguro de responsabilidade civil (Art.7º)</u> 1 – As EI devem obrigatoriamente dispor de um seguro válido para cobrir a responsabilidade civil decorrente de danos corporais e materiais sofridos por terceiros, no decurso e em resultado do exercício da sua atividade.	Indireta	Conforme

DL nº 267/2002 de 26 de novembro	Estabelece os procedimentos e define as competências para o licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DL nº 15/2015, de 2 de fevereiro; - DL nº 217/2012, de 9 de outubro; - DL nº 195/2008, de 6 de outubro; - DL nº 31/2008, de 25 de fevereiro; - DL nº 389/2007, de 30 de novembro; 	<p><u>Requisitos para o licenciamento (Art.4º)</u></p> <p>1 – A construção, exploração, alteração de capacidade, renovação de licença e outras alterações que de qualquer forma afetem as condições de segurança da instalação ficam sujeitas a licenciamento nos termos do presente diploma.</p> <p>2 – Sem prejuízo do disposto no artigo 5º, os elementos a fornecer pelo promotor e os requisitos e condições técnicas a observar para a instalação, construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e exploração da instalação são definidos em portaria do membro do Governo responsável pela área da economia e do membro do Governo responsável pela área das autarquias locais.</p> <p>4 – As instalações objeto de um processo de licenciamento simplificado, ou não sujeitas a licenciamento, são as constantes do anexo III do presente diploma.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Processo de licenciamento (Art.7º)</u></p> <p>1 – A entidade promotora apresenta o pedido de licenciamento à entidade competente, a quem incumbe a instrução do respetivo processo.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Pedido de licenciamento (Art.8º)</u></p> <p>1 – O pedido de licenciamento deve conter os elementos exigidos pela portaria prevista no nº 2 do artigo 4º (Consultar PT 1188/2003, alterada pela PT 1515/2007).</p> <p>2 – Sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 10º, a entidade licenciadora, no prazo máximo de 10 dias, verifica a conformidade do pedido com o disposto do número anterior, recusando o recebimento do pedido se este não estiver acompanhado de todos os elementos instrutórios cuja junção é obrigatória.</p>	Direta	Conforme

DL nº 267/2002 de 26 de novembro	Estabelece os procedimentos e define as competências para o licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DL nº 15/2015, de 2 de Fevereiro; - DL nº 217/2012, de 9 de outubro; - DL nº 195/2008, de 6 de outubro; - DL nº 31/2008, de 25 de fevereiro; - DL nº 389/2007, de 30 de novembro; 	<p><u>Aprovação do projeto (Art.13º)</u></p> <p>1 – No prazo de 15 dias após a realização da vistoria inicial, a entidade licenciadora profere uma decisão devidamente fundamentada de aprovação, imposição de alterações ou rejeição do projeto, disso notificando o requerente.</p> <p>4 – Um exemplar autenticado do projeto aprovado é remetido ao requerente.</p> <p>8 – No caso de não execução da obra no prazo fixado nos termos do nº 2, a decisão de aprovação do projeto caduca, sem prejuízo de eventual prorrogação do referido prazo pela entidade licenciadora, na sequência de pedido fundamentado apresentado antes do respetivo termo pelo interessado.</p> <p>9 – A declaração da caducidade prevista no número anterior deve ser precedida de audiência do interessado, nos termos dos artigos 100º e seguintes do CPA.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Licença de exploração (Art.14º)</u></p> <p>1 – A licença de exploração é concedida após verificação da conformidade da instalação com o projeto aprovado e do cumprimento das condições que tenham sido fixadas, no prazo de 10 dias após a realização da vistoria final ou da realização das correções que lhe tenham sido impostas.</p> <p>3 – O titular da licença de exploração deve comprovar, previamente à emissão da licença, mesmo no caso referido no número anterior, que dispõe de seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir os riscos associados à respetiva atividade, em montante a definir pela entidade licenciadora.</p>	Direta	Conforme

DL nº 267/2002 de 26 de novembro	Estabelece os procedimentos e define as competências para o licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis	<p>Contém as seguintes alterações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - DL nº 15/2015, de 2 de fevereiro; - DL nº 217/2012, de 9 de outubro; - DL nº 195/2008, de 6 de outubro; - DL nº 31/2008, de 25 de fevereiro; - DL nº 389/2007, de 30 de novembro; 	<p><u>Validade e renovação das licenças de exploração (Art.15º)</u></p> <p>1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as licenças de exploração das instalações a que este diploma respeita, incluindo as autorizações de utilização referidas no nº 4 do artigo 5º, não caducam com o decurso do tempo.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Inspeções periódicas (Art.19º)</u></p> <p>1 – As instalações de armazenamento de derivados do petróleo e os postos de abastecimento são objeto de inspeção periódica, quinzenal, destinada a verificar a conformidade da instalação com as condições aprovadas no âmbito do licenciamento.</p> <p>2 – O resultado da inspeção quinquenal será apresentado à entidade licenciadora.</p> <p>4 – Os certificados são válidos por cinco anos, devendo ser renovados obrigatoriamente até 30 dias antes do seu termo.</p>	Direta	Conforme

Portaria nº 460/2001 de 8 de maio	Estabelece as condições a que devem obedecer as instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Uso de garrafas de GPL em oficinas e naves industriais (Art.4º)</u> Em oficinas e naves industriais, é permitida a existência de garrafas de GPL amovíveis, cheias ou vazias, desde que a sua capacidade global não exceda 1,500 dm ³ , por metro quadrado de área útil da oficina ou nave industrial. No caso de utilização de garrafas amovíveis com capacidade unitária inferior a 30 dm ³ , estas não devem ser agrupadas em mais de quatro unidades por grupo.	Direta	Conforme
			<u>Localização dos postos de garrafas de GPL no exterior de edifício (Art.5º)</u> 1 – As garrafas devem ficar contidas em cabinas, destinadas exclusivamente a esse efeito, encastradas ou não na face exterior da parede do edifício, facilmente acessíveis aos serviços de bombeiros e aos seus equipamentos. 2 – Deve ser colocada, em lugar bem visível, uma placa de material incombustível com a identificação, em caracteres indeléveis, da entidade exploradora e o seu contacto para situações de emergência.	Direta	Conforme
			<u>Garrafas Vazias ou em reserva (Art. 8º)</u> 1 – As garrafas vazias devem ter as suas válvulas fechadas. 2 – O número das garrafas não ligadas à instalação, quer vazias quer em reserva, não deve ultrapassar o das garrafas ligadas. 3 – Quando não for cumprido o disposto no número anterior, o local é considerado com o parque de armazenagem de garrafas de GPL, ficando sujeito à respetiva regulamentação. 4 – Não é permitido o enchimento de garrafas fora das estações de enchimento licenciadas para esse efeito.	Direta	Conforme

Portaria nº 460/2001 de 8 de maio	Estabelece as condições a que devem obedecer as instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Instalação de reservatórios de GPL superficiais (Ar t.10º)</u> Apenas podem ser colocados no exterior de edifícios, não sendo permitida a sua colocação sob edifícios, linhas elétricas não isoladas, pontes e viadutos, em túneis, caves e depressões de terreno ou ainda sobre outros reservatórios. Devem ser instaladas em locais de fácil acesso aos serviços de emergência (bombeiros).	Direta	Conforme
			<u>Ligação à terra (reservatório superficial) (Art.14º)</u> Os reservatórios deverão ser ligados ao solo, por meio de um elétrodo, comum a resistência de contacto inferior a 10 (Ómega).	Direta	Conforme
			<u>Válvulas de segurança (reservatório superficial) (Art.15º)</u> Todos os reservatórios com capacidade igual ou superior a 0,500 m ³ devem ser equipados com válvulas de segurança, munidas com um dispositivo de proteção destinado a evitar a entrada de água da chuva e outros corpos estranhos que possam torná-las inoperantes.	Direta	Conforme
			<u>Sistema de pulverização de água (reservatório superficial) (Art.16º)</u> Nos reservatórios superficiais, fixos ou amovíveis usados como fixos, de capacidade igual ou superior a 2,500 m ³ , o equipamento fixo de aspersão de água deve ser de funcionamento automático e abrir sempre que a pressão interna do reservatório atinja 12 bar relativos para o propano e 6 bar relativos para o butano, mantendo-se a necessidade da existência de um sistema de comando manual.	Direta	Conforme

Portaria nº 460/2001 de 8 de maio	Estabelece as condições a que devem obedecer as instalações de armazenagem de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Extintores (Art.17º)</u> 1 – Nos postos com capacidade, por reservatório, superior a 2,500 m ³ , ou na sua proximidade imediata, devem existir, pelo menos, dois extintores portáteis de 6 kg de pó químico, do tipo ABC. 2-Para capacidades iguais ou inferiores a 2,500 m ³ deve existir, pelo menos, um extintor com as mesmas características enunciadas no número anterior.	Direta	Conforme
			<u>Classificação de zonas de segurança (Art.32º)</u> Devem ser classificadas as zonas de segurança: Zona 1: até 1 m em redor de todo o reservatório; Zona 2: da zona 1 até aos limites fixados no Anexo I.	Direta	Conforme
			<u>Vedações (Art. 35º)</u> As áreas afetas aos postos de reservatórios devem ser circundadas por uma vedação. Para os postos de reservatórios superficiais, a vedação deve ter, pelo menos, 2 m de altura, podendo ser reduzida para 1 m ou ser substituída por postes interligados por correntes metálicas se a implantação dos reservatórios estiver compreendida no perímetro de um local vedado que assegure proteção suficiente contra a entrada de pessoas estranhas.	Direta	Conforme
			<u>Sinalização (Art.38º)</u> Nos limites da área vedada devem ser afixadas em lugar visível, junto aos acessos e, se possível, em lados opostos da vedação, pelo menos, duas placas com a sinalização 'Proibição de fumar ou foguear'.	Direta	Conforme

Portaria n.º 362/2000 de 20 de junho	Aprova os procedimentos aplicáveis às inspeções das instalações e das redes e ramais de gás, bem como proceder à aprovação do estatuto das entidades inspetoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás	Contém as seguintes alterações: Portaria n.º 690/2001; Portaria n.º 1358/2003;	<u>Inspeções a instalações de gás (Art.3º)</u> 1 – Devem realizar-se inspeções a instalações de gás sempre que ocorra uma das seguintes situações: a) Alterações no traçado, na secção ou na natureza da tubagem, nas partes comuns ou no interior dos fogos; b) Fuga de gás combustível; c) Novo contrato de fornecimento de gás combustível. 2 – As inspeções periódicas devem ser feitas de acordo com o disposto no artigo 13.º do DL nº 521/99, de 10 de dezembro, com a seguinte periodicidade: a) Dois anos, para as instalações de gás afetas à indústria turística e de restauração, a escolas, a hospitais e outros serviços de saúde, a quartéis e a quaisquer estabelecimentos públicos ou particulares com capacidade superior a 250 pessoas; b) Três anos, para instalações industriais com consumos anuais superiores a 50000 m³ de gás natural, ou equivalente noutro gás combustível; c) Cinco anos, para instalações de gás executadas há mais de 20 anos e que não tenham sido objeto de remodelação. 3 – Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, quaisquer instalações de gás podem ser sujeitas a uma inspeção extra ordinárias em condições específicas.	Direta	Conforme
			<u>Competência e realização da inspeção das instalações de gás (Art.4º)</u> As inspeções das instalações de gás devem ser realizadas pelas entidades inspetoras reconhecidas para o efeito pela Direcção-Geral da Energia (DGE), a solicitação dos proprietários ou utentes em conformidade como disposto no DL nº 521/99, de 10 de dezembro.	Indireta	Conforme

DL nº 521/99 de 10 de dezembro	Estabelece as normas relativas ao projeto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás.	-	<p><u>Instalações de Gás em edifícios (Art.1º)</u> O licenciamento industrial de uma atividade a exercer nas edificações deve incluir o respetivo projeto de gás, quando esteja prevista a utilização de gás nessa atividade.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Rede do edifício (Art.9º)</u> A rede do edifício deve ser dotada de ligação à terra, em conformidade com as normas aplicáveis. A coluna montante do edifício deve ser dimensionada e instalada em conformidade com os requisitos legais aplicáveis. O dispositivo de contagem de gás de cada consumidor é da propriedade da empresa distribuidora. Todas as derivações de fogo devem possuir, no seu início e no exterior do local de consumo, uma válvula de corte, só manobrável pela empresa distribuidora. Imediatamente a montante de cada contador, e alojado na caixa deste, deve ser instalado um redutor de segurança. A instalação do redutor de segurança previsto no número anterior não é obrigatória nos edifícios alimentados por redes de pressão igual ou inferior a 50 mbar. O contador deve ser instalado em caixa fechada de dimensões normalizadas, situada no exterior do local de consumo e com grau de acessibilidade 1, de acordo com o regulamento em vigor na matéria, exceto nos casos de conversão e de reconversão em que tal seja claramente inviável.</p>	Direta	Conforme

DL nº 521/99 de 10 de dezembro	Estabelece as normas relativas ao projeto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás.	-	<u>Válvula de corte geral (Art.º10º)</u> Na entrada de cada edifício, e sempre que possível com acesso pelo exterior do mesmo, deve existir uma válvula de corte geral cuja conceção só permita o seu rearme pela empresa distribuidora. As válvulas de corte geral devem ficar contidas numa caixa de visita fechada, embutida na parede, cuja tampa deve conter a inscrição da palavra 'gás', indelével e legível do exterior.	Direta	Conforme
			<u>Verificações finais (Art.11º)</u> Sempre que sejam executadas novas instalações de gás, ou quando as existentes sofram alteração, a entidade instaladora emite um termo de responsabilidade, em conformidade com o modelo a aprovar por despacho do diretor-geral da Energia. O termo de responsabilidade é emitido, em triplicado, destinando-se o original ao proprietário, o duplicado à empresa distribuidora e o triplicado à empresa instaladora.	Direta	Conforme
			<u>Manutenção de instalações (Ar t.13º)</u> 1 – Prevê a realização de inspeções periódicas às redes de distribuição de gás, as quais deverão ser executadas por entidades inspetoras reconhecidas para o efeito pela Direção Geral da Energia. 2-A responsabilidade da execução das inspeções periódicas é do proprietário, ou senhorio.	Direta	Conforme

DL nº 232/90 de 16 de julho	Visa estabelecer as normas a que deve obedecer a constituição do sistema de infraestruturas, composto pelo terminal de receção, armazenagem e tratamento, pelos gasodutos de transporte, pelas redes de distribuição, pelas estações de compressão e pelos postos de redução de pressão	-	<u>Aprovação de construção (Art.2º)</u> A construção dos componentes do sistema referidos nas alíneas a), b) e e) do nº 2 do artigo anterior fica sujeita a aprovação dos respetivos projetos base pelo Ministro da Economia.	Direta	Conforme
			<u>Capacidade técnica (Art.6º)</u> Só podem projetar, executar e manobrar componentes do sistema técnicos profissionalizados devidamente habilitados para as respetivas funções, nos termos do DL nº 263/89, de 17 de Agosto.	Indireta	Conforme
			<u>Manutenção (Art.9º)</u> A concessionária fica obrigada a proceder à inspeção periódica, à manutenção e a todas as reparações necessárias ao bom funcionamento dos componentes do sistema pelos quais seja responsável.	Direta	Conforme

- Equipamentos Sob Pressão

Requisitos Legais Aplicáveis				Sasal, SA FAURECIA	
Diploma	Descrição	Observações	Requisitos do diploma aplicáveis à organização	Aplicabilidade	Conformidade
DL nº 57/2011 de 27 de abril	Regime jurídico aplicável aos equipamentos sob pressão transportáveis	-	<u>Deveres dos Operadores (Art.10º)</u> 1. Os operadores devem apenas utilizar equipamentos sob pressão transportáveis que satisfaçam o disposto nos anexos I e II do DL nº 41-A/2010, de 29 de abril, e no presente DL. 2. Caso os equipamentos sob pressão transportáveis representem um risco, os operadores devem informar os proprietários e as autoridades de fiscalização.	Direta	Conforme
			<u>Identificação dos operadores económicos (Art.12º)</u> Os operadores económicos devem identificar, relativamente a um período de, pelo menos, 10 anos: a) Os operadores económicos que lhes tenham fornecido equipamentos sob pressão transportáveis; b) Os operadores económicos a quem tenham fornecido equipamentos sob pressão transportáveis.	Direta	Conforme
			<u>Conformidade dos equipamentos e sua avaliação (Art.13º)</u> 1. Os ESP transportáveis referidos na alínea a) do nº 2 do artigo 1º devem satisfazer os requisitos de conformidade, inspeção periódica e intercalar e verificação excecional previstos nos anexos I e II do DL nº 41-A/2010, e nos capítulos III e IV do presente DL. 2. Os ESP transportáveis referidos na alínea b) do nº 2 do artigo 1º devem satisfazer as especificações da documentação de acordo com a qual tenham sido fabricados e devem ser submetidos a inspeções periódicas e intercalares e verificações excecionais nos termos dos anexos I e II do DL nº 41-A/2010, e dos requisitos previstos nos capítulos III e IV do presente DL.	Direta	Conforme

DL nº 90/2010 de 22 de julho	Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão	-	<u>Registo de ESP (Art.3º)</u> 1 – O proprietário deve solicitar o registo do ESP nas direções regionais de economia (DRE). 2 – O pedido de registo é apresentado, através de requerimento, junto das DRE, devendo ser devidamente instruído nos termos do anexo I.	Direta	Conforme
			<u>Placa de Registo (Art.5º)</u> 1 – A placa de registo deve ser afixada de modo permanente no ESP, ou numa estrutura solidária com ele, em local bem visível, de modo a que a data da prova de pressão, ou de outros ensaios equivalentes, possa ser marcada, sem implicar a sua remoção. 2 – É proibida a colocação no ESP de qualquer outra placa, salvo a relativa às características do equipamento ou outras referidas em legislação específica. 3 – Na placa de registo só podem ser marcadas as provas de pressão efetuadas ao abrigo de processos de aprovação ou de renovação da autorização da instalação de ESP. 4 – Não é permitido recobrir a placa de registo com tinta ou outros meios que impeçam ou limitem a sua fácil visualização. 5 – Sempre que a placa se apresente totalmente preenchida, o proprietário ou utilizador deve solicitar uma nova placa à respetiva DRE, que a fornece de forma gratuita.	Direta	Conforme

DL nº 90/2010 de 22 de julho	Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão	-	<p><u>Autorização de Funcionamento de ESP (Art.10º)</u></p> <p>1 – O pedido de autorização de funcionamento do ESP é efetuado através da apresentação de requerimento dirigido à DRE, devidamente instruído nos termos do anexo III.</p> <p>2 – Efetuado o pagamento da taxa devida, a DRE procede à análise do pedido de autorização de funcionamento e, encontrando-se o mesmo conforme, comunica ao requerente a decisão, no prazo de 45 dias, sendo, em caso favorável, igualmente remetido o certificado de autorização de funcionamento.</p> <p>3 – Por motivos de segurança, caso a DRE considere necessária a realização de vistoria à instalação, a mesma é gratuita e deve ser realizada no decurso do prazo referido no número anterior.</p> <p>4 – Sempre que um ESP mude de local de instalação deve ser requerida nova autorização de funcionamento.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Renovação da Autorização de Funcionamento do ESP (Art.12º)</u></p> <p>1 – O pedido de renovação da autorização do funcionamento do ESP deve ser efetuado nos termos do artigo 10º até ao limite de 60 dias antes do termo do prazo constante do certificado.</p> <p>2 – Decorridos mais de dois anos sobre a colocação do ESP fora de serviço, a entrada em funcionamento do mesmo está sujeita a pedido de renovação da autorização do funcionamento do equipamento.</p> <p>3 – Para os ESP não fixos é emitido um certificado de renovação de funcionamento, devendo este indicar as condições a observar na instalação e no funcionamento do ESP.</p>	Direta	Conforme

DL nº 90/2010 de 22 de julho	Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão	-	<p><u>Inspeção aos ESP (Art.14º)</u></p> <p>1 – Os ESP podem estar sujeitos às seguintes inspeções, a realizar pelos OI:</p> <p>a) Inspeção inicial, destinada a verificar as condições da instalação e o estado de segurança do equipamento, para efeitos de emissão do certificado de autorização de funcionamento;</p> <p>b) Inspeção intercalar, destinada a verificar as condições de segurança e de funcionamento do ESP, bem como os órgãos de segurança e controlo, realizada de acordo com a periodicidade definida na ITC aplicável;</p> <p>c) Inspeção periódica, destinada a comprovar que as condições em que foi autorizado o funcionamento se mantêm e a analisar o estado de segurança do equipamento.</p> <p>2 – Os OI devem marcar a placa de registo na inspeção inicial e na inspeção periódica se do relatório de inspeção previsto no anexo V constar parecer conclusivo favorável.</p> <p>3 – Para além das inspeções iniciais e periódicas, compete aos OI a realização de inspeções intercalares quando definido nas respetivas ITC, devendo as cópias dos relatórios ser remetidas à DRE pelo proprietário ou pelo utilizador, no prazo de 30 dias a contar da data de inspeção.</p>	Direta	Conforme
---------------------------------------	--	---	--	--------	----------

DL nº 90/2010 de 22 de julho	Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão	-	<p><u>Órgãos de segurança e controlo (Art.16º)</u></p> <p>1 – Todos os ESP devem estar munidos de órgãos de segurança e controlo, de forma a garantir que os parâmetros de funcionamento estabelecidos no projeto sejam respeitados.</p> <p>2 – Salvo disposições em contrário previstas nas ITC, consideram-se como órgãos de segurança e controlo essenciais os manómetros e as válvulas de segurança.</p> <p>3 – As válvulas de segurança, que podem assumir várias configurações conforme a EN ISO 4126:2004, devem:</p> <p>a) Estar seladas;</p> <p>b) Ter indicação da pressão de abertura que não deve ser superior ao valor de PS;</p> <p>c) Ter um débito adequado à fonte criadora depressão e às demais condições de funcionamento do ESP;</p> <p>d) Ser adequadas para o fluido em que vão ser utilizadas.</p> <p>4 – Os manómetros devem respeitar a norma NP EN 837 -1:2004, sendo a classe de exatidão de referência de 1,6, ter um alcance máximo sensivelmente igual ao dobro da pressão PS, mas nunca inferior a 1,5 x PS e estar verificados de acordo com a legislação aplicável, devendo a PS estar marcada com um traço vermelho no mostrador, sempre que o equipamento o permita.</p> <p>5 – Os demais órgãos de segurança e controlo devem estar de acordo com a norma ou código de construção adotado e as prescrições indicadas nas respetivas ITC, devendo cumprir a legislação específica.</p>	Direta	Conforme
------------------------------	--	---	--	--------	----------

Despacho nº 1859/2003 (2ª série) de 30 de janeiro	Instrução técnica complementar (ITC) para recipientes sob pressão de ar comprimido	-	<u>Classe de Perigo C (Art.4º)</u> RAC: 3000 PS x V <15000 bar x litro a) Instalação a um mínimo de 5 m de distância de terceiros	Direta	Conforme
			<u>Instalação (Art.5º)</u> 1 – A instalação de RAC deverá ser feita de modo a salvaguardar a segurança de pessoas e bens, de preferência em local isolado, suficientemente amplo, com arejamento, iluminação adequada e dispondo de acessos fáceis, rápidos e seguros. 2 – Não é permitida a instalação de RAC no interior de edifícios com pé-direito inferior a 2 m. 3 – Em nenhuma circunstância é autorizado instalar um RAC em local inacessível ou enterrado, mesmo que parcialmente. 4 – As tubagens de distribuição devem ser identificadas com coloração azul-clara, tal como indicado na norma NP 182. É recomendável que o RAC apresente a mesma coloração.	Direta	Conforme
			<u>Sinalização (Art.5º)</u> Os RAC devem ostentar a inscrição que a seguir se indica, em letras negras sobre fundo amarelo, de tamanho legível a aproximadamente 5m: 'Perigo! Equipamento sob pressão'. Esta inscrição deve constar no corpo do recipiente e nas portas de acesso aos locais da instalação quando esta for dedicada a esse fim exclusivo.	Direta	Conforme

Despacho nº 1859/2003 (2ª série) de 30 de janeiro	Instrução técnica complementar (ITC) para recipientes sob pressão de ar comprimido	-	<p><u>Funcionamento (Art.6º)</u></p> <p>1 – O RAC não pode funcionar em caso algum a um valor de pressão superior à sua pressão máxima admissível (PS).</p> <p>2 – A purga de condensados, enquanto medida preventiva do fenómeno de corrosão do corpo do recipiente, deve ser efetuada com a periodicidade conveniente, condicionada, essencialmente, pelos caudais e temperaturas, de acordo com instruções de manutenção emitidas pelo proprietário ou utilizador.</p> <p>3 – O proprietário ou utilizador do RAC deve retirá-lo de funcionamento e comunicar de imediato à DRE competente quando ocorram situações de risco, nomeadamente:</p> <p>a) Deformações permanentes e profundas no RAC;</p> <p>b) Fissuras ou fugas no corpo do RAC;</p> <p>c) Fenómenos de corrosão intensa.</p> <p>4 – Devem ser comunicadas à DRE competente eventuais alterações de instalação e mudança de proprietário.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Renovação da autorização de funcionamento (Art.8º)</u></p> <p>1 – A renovação da autorização de funcionamento depende dos resultados de uma inspeção efetuada ao recipiente e à instalação.</p> <p>2 – O período máximo entre autorizações de funcionamento de RAC é de seis anos. A DRE pode reduzir este período, sempre que tal se justifique, no sentido de salvaguardar as condições de segurança inerentes a este tipo de instalações.</p>	Direta	Conforme
			<p><u>Órgãos de segurança (Art.9º)</u></p> <p>Consideram-se como órgãos de segurança obrigatórios num RAC as válvulas de segurança e o manómetro.</p>	Direta	Conforme

Despacho nº 22333/2001 (2.ª série) de 30 de outubro	Instrução técnica complementar (ITC) para reservatórios de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Aprovação da instalação e autorização de funcionamento (Art.5º)</u> 1 – A aprovação da instalação do reservatório é obrigatória, quer para reservatórios novos quer para usados. Deve também ser objeto de nova aprovação uma instalação já existente onde se verifique a alteração da capacidade ou do tipo de montagem do reservatório. 2 – O requerimento para aprovação da instalação e autorização de funcionamento deve referir o pedido de licenciamento da armazenagem de combustível ou o alvará concedido.	Direta	Conforme
			<u>Reservatórios superficiais - Requisitos gerais da instalação (Art.6º)</u> 1 – A instalação de reservatórios superficiais deve ter em consideração o estudo da geologia do terreno, estratigrafia, compressibilidade, nível freático, topografia, etc. 2 – As fundações e os pilares onde o recipiente irá ser apoiado devem ser dimensionados tendo em conta as solicitações internas e externas a que o reservatório vai ser submetido durante a sua vida útil, resultante, nomeadamente, de ventos, deslocamentos de terras, ensaios, sismos, etc. 3 – O pavimento do local dos reservatórios deve ser cimentado, ou apresentar outro pavimento equivalente, estar isento de qualquer matéria combustível e ser construído com uma ligeira inclinação por forma a escoar eventuais derrames. 4 – Os reservatórios devem dispor de ligação galvânica, em termos regulamentares, a elétrodo de terra com valor inferior a 10 0 ohm, e possuir um sistema que permita estabelecer uma ligação equipotencial com o veículo-cisterna, durante as operações de trasfega. 5 – Na instalação deve ser previsto um sistema de aspersão de água por forma a reduzir os efeitos da sobrepressão causados por temperaturas elevadas, a menos que a empresa distribuidora de GPL apresente documento justificativo da dispensa de tal sistema, suportado em dados técnicos.	Direta	Conforme

Despacho nº 22333/2001 (2.ª série) de 30 de outubro	Instrução técnica complementar (ITC) para reservatórios de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Inspeção de rotina (Art.6º)</u> Deve ser verificado o seguinte, entre outros aspetos: a) Estado de corrosão ou danos visíveis do reservatório; b) Acessórios dos reservatórios e tubagem adjacentes quanto a corrosão ou danos das válvulas de enchimento, de segurança e nível fixo de enchimento, fugas e ligações roscadas gastas ou danificadas; c) Cobertura das válvulas, quando aplicável; d) Ligação à terra (elétrodo de terra e ligação ao veículo-cisterna); e) Funcionamento dos indicadores de nível; f) Local da instalação quanto à não existência de materiais inflamáveis, distâncias de segurança recomendáveis e meios de proteção quanto a danos mecânicos, placas de aviso devidamente colocadas e legíveis, bom funcionamento de sistemas de aspersão de água e validade dos extintores.	Direta	Conforme
			<u>Inspeção intercalar (Art.6º)</u> A periodicidade das inspeções intercalares é definida no plano de inspeção e ensaio aprovado, não devendo ser efetuadas inspeções intercalares por período superior a seis anos após a aprovação da instalação ou de uma inspeção periódica. Na inspeção intercalar deve ser substituída ou ajustada a válvula de segurança com mola externa e verificado: a) O referido na inspeção de rotina; b) A validade da verificação do manómetro; c) O estado das válvulas de corte de fase gasosa e de fase líquida quanto a fugas externas. Por cada inspeção intercalar deverá ser elaborado o respetivo relatório indicando as anomalias detetadas, se for o caso, e as medidas adotadas para repor a normalidade. Estes relatórios devem constar do processo do equipamento.	Direta	Conforme

Despacho nº 22333/2001 (2.ª série) de 30 de outubro	Instrução técnica complementar (ITC) para reservatórios de gases de petróleo liquefeitos (GPL)	-	<u>Inspeção periódica (Art.6º)</u> 1 – A periodicidade das inspeções periódicas é definida no plano de inspeção e ensaio aprovado, não devendo ser efetuadas inspeções periódicas por período superior a 12 anos após a aprovação da instalação ou da última inspeção periódica. 2 – A inspeção periódica, realizada por um organismo de inspeção, consiste nas operações referidas para a inspeção intercalar e numa requalificação do reservatório. 3 – Por cada inspeção periódica deverá ser elaborado o respetivo relatório indicando as anomalias detetadas, se for o caso, e as medidas adotadas para repor a normalidade.	Direta	Conforme
			<u>Requalificação (Art.6º)</u> A requalificação do reservatório consiste, no mínimo, numa inspeção visual externa e num ensaio de pressão hidráulica, realizados por um organismo de inspeção. A não aprovação em requalificação determina a retirada de serviço do equipamento.	Direta	Conforme
			<u>Acessórios (Art.9º)</u> O reservatório deve estar equipado obrigatoriamente com: a) Válvula de segurança; b) Indicador de nível máximo (detetor de nível fixo); c) Indicador de nível variável; d) Manómetro; e) Válvula de saída de fase gasosa; f) Válvula de saída de fase líquida; g) Válvula de enchimento.	Direta	Conforme

Anexo VI - Planeamento de ações para atingir os objetivos ambientais

Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais							
Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Indicador	Ações	Recursos	Responsáveis	Prazos
Consumo de Água	Redução do consumo anual de água	Redução do consumo anual de água em 5 %	m ³ (furo+rede)/nº horas trabalhadas (por mês)	Manutenção dos equipamentos para que sejam evitadas perdas	Humanos	Manutenção	set-16
				Ajuste no volume descarregado em torneiras e autoclismos - Otimização dos consumos	Humanos	Manutenção	set-16
				Monitorização diária dos diferentes consumos	Humanos	HSE Vigilância	jan-16
				Pedir Alteração do volume estipulado na licença de extração no furo de captação	Humanos	HSE	set-16
				Reaproveitamento de águas pluviais para limpeza de pavimentos	Financeiros Humanos	HSE Serviços de Limpeza	set-16
				Sensibilizar colaboradores para um uso mais racional de água (Revista + Flash)	Financeiros Humanos	HSE Recursos Humanos	jul-16
				Aplicação de fotocélulas nos lavatórios	Financeiros Humanos	Manutenção	set-16

Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais							
Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Indicador	Ações	Recursos	Responsáveis	Prazos
Consumo de Produtos Químicos	Substituição de produtos químicos por outros equivalentes menos perigosos e maior segurança na sua utilização	100% dos produtos devidamente identificados e etiquetados;	nº de produtos ok/total produtos químicos	Integração dos Produtos Químicos numa base de dados, apresentando a identificação e a Ficha de Dados de Segurança de todos os produtos	Humanos	HSE	set-16
				Correto acondicionamento de substâncias perigosas	Humanos	HSE Manutenção	set-16
				Sensibilizar colaboradores para uma correta utilização deste tipo de substâncias (Revista + Flash)	Financeiros Humanos	HSE Recursos Humanos	set-16
				Monitorização do consumo de alguns produtos	Humanos	HSE Manutenção Serviços de Limpeza	dez-16
				Sinalização apropriada nos locais de acondicionamentos dos Produtos Químicos	Humanos	HSE	ago-16
				Utilização de bacias de retenção.	Financeiros Humanos	HSE Manutenção	set-16
				Utilização de recipientes apropriados para a manter os diferentes Produtos e devida apresentação do rótulo de identificação.	Financeiros Humanos	HSE Manutenção	set-16

Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais							
Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Indicador	Ações	Recursos	Responsáveis	Prazos
Consumo de Energia Elétrica	Redução do consumo anual de Energia Elétrica	Redução do consumo anual de Energia Elétrica em 5 %	KWh/nº horas trabalhadas (por mês)	Substituição progressiva de lâmpadas incandescentes em fim de vida por lâmpadas de menor consumo, como LED	Financeiros Humanos	HSE	dez-16
				Contadores de consumo de energia nas diferentes áreas de atividade	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-17
				Sensibilizar colaboradores para uma utilização mais racional da energia	Financeiros Humanos	HSE Recursos Humanos	mai-16
				Temperatura de ar condicionado recomendada para a época	Humanos	HSE	jun-16
				Quantificar o consumo de ar comprimido	Financeiros Humanos	Manutenção	dez-16
				Plano de Manutenção para fugas de ar comprimido	Humanos	Manutenção	dez-16
				Auditoria energética	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-16
				Estudo para implementação de energias renováveis	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-17
				Aproveitamento de luz natural nos escritórios	Humanos	HSE	jun-16
				Colocar sensores de movimento em certos locais estratégicos	Financeiros Humanos	Manutenção	set-16

Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais							
Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Indicador	Ações	Recursos	Responsáveis	Prazos
Produção de Resíduos	Redução da produção anual de resíduos	Redução da produção anual de resíduos em 5 %	kg resíduos têxteis/ nº peças cridas (por mês)	Aumentar eficiência dos equipamentos de forma a reduzir desperdícios	Financeiros	Engenharia	dez-17
				Criação de um local de armazenamento para resíduos perigosos	Financeiros Humanos	HSE	set-16
				Garantir correto fim-de-vida para todos os tipos de resíduos	Financeiros Humanos	HSE	set-16
				Instrução dos trabalhadores para correta separação dos resíduos (Revista + Flash)	Humanos	HSE Recursos Humanos	jul-16
				Aumento da área de cobertura do parque de resíduos	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-17
				Criação de um Ecomapa - Identificação dos locais de deposição de resíduos na fábrica	Humanos	HSE	jul-16
				Colocação e identificação de novos recipientes para separação seletiva	Humanos	HSE	jul-16

Planeamento de Ações para atingir os objetivos ambientais							
Aspeto Ambiental	Objetivo	Meta	Indicador	Ações	Recursos	Responsáveis	Prazos
Incêndio	Atualização dos meios de prevenção e controlo	0% de desatualizações	nº nulo de ocorrências	Revisão e divulgação do Plano de Emergência	Humanos	HSE	dez-16
				Realização de Simulacros	Humanos	HSE	dez-16
				Revisão dos tipos de sistemas de detenção	Humanos	HSE	dez-16
				Ações de formação e sensibilização dos colaboradores	Humanos	HSE Recursos Humanos	dez-16
Consumo de Gás	Redução do consumo anual de Gás	Redução do consumo anual de Gás	Kg/ nº de horas trabalhadas	Estudo para a substituição dos equipamentos de aquecimento por outros que não utilizem a combustão de gás natural	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-17
				Realização de uma Auditoria com vista à melhoria da eficiência do sistema de aquecimento, evitando perdas de calor	Financeiros (Empresa externa)	HSE	dez-16